

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Cláudio José Antônio Silva

**A participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da escola
Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa**

Juiz de Fora

2020

Cláudio José Antônio Silva

**A participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da escola
Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora para como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Dra. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Cláudio José Antônio .

A participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa / Cláudio José Antônio Silva. -- 2020.

129 f.

Orientadora: Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Participação da família. 2. Gestão democrática. 3. Tomadas de decisões. I. Alvim, Maria Isabel da Silva Azevedo, orient. II. Título.

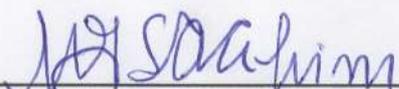
Cláudio José Antonio Silva

**A participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da
escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa**

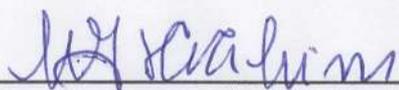
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 28 de outubro de 2020

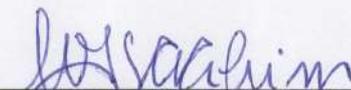
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Junior
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Daiana Pereira Neto
Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela proteção, saúde, força e sabedoria que me ajudaram a conduzir o trabalho, os estudos e alcançar o objetivo desejado.

Agradeço a minha esposa Danielle que sempre me incentivou a continuar com os estudos e me auxiliou nos momentos mais difíceis.

Agradeço a minha irmã Daniela pelo grande incentivo ao longo de todo o curso, assim como os demais irmãos e familiares, por estarem sempre me apoiando e acreditando em mim.

Agradeço aos meus filhos Melissa, Sofia e Benício, que são a inspiração para todos os meus esforços e que compreenderam grandemente e suportaram minha ausência em diversos momentos, para que este trabalho pudesse ser realizado e, junto comigo, abriram mão de muitas coisas, muitos finais de semana, para que esse sonho se concretizasse!

Aos meus colegas de curso (turma 2018), agradeço a oportunidade de aprender, conviver e crescer junto a pessoas tão grandiosas e fraternas, formando uma amizade que levarei para toda a vida.

Obrigado aos meus colegas da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa e comunidade escolar pela colaboração nesta pesquisa, pois o tema do meu estudo de caso foi objeto de discussões recorrentes em nossas reuniões.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, por oferecerem esse curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Agradeço minha orientadora, Prof^ª Dr^ª. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim, pela confiança e interesse no meu trabalho.

Faço um agradecimento especial ao Agente de Suporte Acadêmico, Daniel Eveling da Silva, por sua dedicação, paciência e, principalmente, pelas orientações e sugestões que me permitiram chegar até aqui.

À Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, pela oportunidade de formação oferecida aos seus profissionais. Sem vocês eu não teria concluído este estudo. Saibam que serão eternamente lembrados por mim e que sou muito grato a vocês.

Não há conhecimento sem mestre, vocês me possibilitaram compreender que somos capazes de romper barreiras e que precisamos ter metas a cumprir.

“Família é um fenômeno presente em todos os povos, em todas as épocas e por toda a extensão do planeta Terra. Fazê-la acontecer harmoniosamente e equilibradamente no contexto escolar é tarefa jamais concluída” (RAMPAZZO, 1996, p.123).

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão analisou a participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa. Neste sentido, nos questionamos: *quais ações podem ser tomadas para melhorar a participação de pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa?* O presente caso de gestão teve como objetivo geral analisar e identificar possíveis causas da não participação dos pais no cotidiano escolar dos alunos do Ensino Médio, e como objetivos específicos: I- Descrever a participação das famílias nas questões escolares, a partir das evidências de frequência nas reuniões escolares; II- Compreender como são estabelecidas as relações dentro do ambiente escolar no âmbito dos relacionamentos entre os pais e a escola; III- Analisar a percepção de pais e professores sobre as causas da não participação da vida escolar dos filhos e IV- Propor alternativas possíveis para que as famílias participem mais da vida escolar de seus filhos e ações de conscientização dos professores a respeito das especificidades dos pais e suas formas de participação na vida escolar dos filhos. Utilizamos como referencial teórico Picanço (2012), que aborda a relação entre escola e família; Pires (2017), que discorre sobre a gestão escolar e o desafio de uma parceria “efetiva” com a família e a educação de “qualidade”; Szymanski (2009), que aborda a relação família/escola: desafios e perspectivas; Diogo (1998), que trabalha na perspectiva das Famílias e Escolaridade: Representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar; Freire (1996), que serve como respaldo de uma educação inovadora; entre outros autores que deram respaldo para a confecção desta dissertação. A metodologia utilizada neste estudo foi a qualitativa, sendo que, para a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os pais e professores. Essas apontaram que, para se efetivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos, a escola precisa entender a realidade sociocultural, histórica e geográfica das famílias, para, assim, obter sucesso nessa parceria. O capítulo 4 apresenta algumas ações voltadas para o fortalecimento da relação das famílias com a escola, que são: Criação de um grupo de WhatsApp de pais para a promoção de uma gestão compartilhada; propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola; criar um calendário de reuniões; visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola; e por fim, a criação de uma horta no contexto escolar em parceria com os pais.

Palavras-Chave: Participação da família. Gestão democrática. Tomadas de decisões.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's in Education Management and Evaluation from the Center for Public Policy and Education Evaluation at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case analyzed the participation of families in the school life of high school students at the State School Mayor Odílio Fernandes Costa. The study shows the need to provide moments to increase the participation of families in decision-making in the school context. In this sense, we ask ourselves: what actions can be taken to improve the participation of parents and / or guardians of high school students in the school routine of the State School Mayor Odílio Fernandes Costa? The present management case had as its general objective: To analyze and identify possible causes of parental non-participation in the school routine of high school students. Soon after, the study has the following specific objectives: I- Describe the participation of families in school issues; II- Understand how relationships are established within the school environment in the context of relationships between parents and the school; III- Analyze the participation of parents in the perception of teachers and other educators who deal directly with high school classes, analyzing causes and possible strategies to improve participation and IV- Propose possible alternatives for families to participate more in the school life of their children through the implementation of an Action Plan. To that end, we used Picanço (2012) as a theoretical framework to discuss the subject, which addresses the relationship between school and family, Pires (2017) who discusses school management and the challenge of an “effective” partnership with the family and “quality” education, Szymanski (2009) that addresses the family / school relationship: challenges and perspectives, Diogo (1998) who works from the perspective of Families and Education: Parental representations of schooling, social class and family dynamics, Freire (1996), which serves as support for an innovative education among other authors who provided support for the preparation of this dissertation. The methodology used in this study will be qualitative, and, for the field research, interviews were carried out with parents and teachers and pointed out that in order for parents to participate effectively in their children's school life, the school needs to understand the socio-cultural reality, and geographic history of families, in order to achieve success in this partnership. Chapter 4 presents some actions aimed at strengthening the relationship of families with the school, which are: Creation of a WhatsApp group of parents to promote shared management, propose lectures to raise teachers' awareness of the process of parental participation at school, create a calendar of meetings, visits to families and

send audios on matters relevant to school decision-making and, finally, the creation of a vegetable garden in the school context in partnership with parents.

Keywords: Family participation. Democratic management. Decision making.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de Minas Gerais com a divisão territorial das SREs	30
Figura 2 –	Organograma da Estrutura organizacional da SRE de Janaúba	31
Figura 3 –	Mapa da Regional da SRE de Janaúba em Minas Gerais	33
Figura 4 –	Localização de Santo Antônio do Retiro/MG	34
Figura 5 –	Fachada da escola sede	35
Figura 6 –	Fachada do Anexo São Joaquim	35
Figura 7 –	Fachada do Anexo Brejo Grande	35
Figura 8 –	Dependências da Escola sede	40
Figura 9 –	Dependências da Escola Coabitada - Anexo São Joaquim	41
Figura 10 –	Dependências da Escola coabitada - Anexo Brejo Grande	42
Figura 11 –	Dependências para a horta da Escola Sede	114
Figura 12 –	Dependências para a horta da Escola Anexo São Joaquim	114
Figura 13 –	Dependências para a horta da Escola Anexo Brejo Grande	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Competências do Colegiado Escolar de Acordo com a Resolução SEE/MG Nº 2958, de 29 de abril de 2016	26
Quadro 2 – Requisitos necessários para a realização de reuniões do Colegiado Escolar	27
Quadro 3 – Distribuição das SRE em POLOS REGIONAIS e suas respectivas SREs	29
Quadro 4 – Número de turmas, turnos e alunos da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa.....	37
Quadro 5 – nº de funcionários da E.E. Prefeito Odílio Fernandes Costa em 2019	38
Quadro 6 – Estrutura física da E.E. Prefeito Odílio Fernandes Costa	39
Quadro 7 – Projetos e programas de iniciativa federal e estadual desenvolvidos na escola..	44
Quadro 8 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 1º Bimestre.....	45
Quadro 9 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 2º Bimestre.....	46
Quadro 10 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 3º Bimestre.....	48
Quadro 11 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 4º Bimestre.....	49
Quadro 12 – Total de votos na Eleição para os membros do colegiado escolar ano/2016.	51
Quadro 13 – Referência no texto em relação aos pais	55
Quadro 14 – Referência no texto em relação aos professores.....	56
Quadro 15 – Ações para a melhoria entre família e escola	106
Quadro 16 – Criação de um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação com os pais e, conseqüentemente, gerar uma gestão compartilhada.....	107
Quadro 17 – Propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola	110
Quadro 18 – Calendário escolar com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola.....	111
Quadro 19 – Criação de horta no contexto escolar	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGEI	Apoio Administrativo, a Gestão Estratégica e Inovação
Art.	Artigo
BG	Brejo Grande
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CARPE	Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado
COVID	<i>Corona Virus Disease</i>
DIFE	Diretoria de Administração e Finanças
DIPE	Diretoria de Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEPOFC	Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não-governamental
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proeb	Programa de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SICOL	Sistema Colegiado
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SJ	São Joaquim
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SRE/JB	Superintendência Regional de Ensino de Janaúba

UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	21
2.1	BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NO BRASIL.....	22
2.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS NA ESCOLA	24
2.3	CARACTERIZAÇÃO DA EEPOFC.....	28
2.3.1	Breve contexto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Superintendência Regional de Janaúba	28
2.3.2.	A Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa.....	34
2.3.3	A participação dos pais e/ou responsáveis na EEPOC	45
3	FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TEÓRICA: ANÁLISE DO CASO	52
3.1	PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	56
3.2.1	Família: suporte vital para o ser humano.....	57
3.2.2	Participação da Família no Processo de Aprendizagem.....	65
3.2.3	Gestão democrática e participativa	68
3.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	72
3.3.1	Análise da gestão democrática	72
3.3.2	Tempos e espaços de participação dos pais na escola pesquisada	83
3.3.3	Percepções sobre a consolidação da participação dos pais no contexto escolar ..	96
3.3.4	As famílias e as participações nos processos escolares.....	100
4	PLANEJAMENTO PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	104
4.1	CRIAÇÃO DE GRUPOS DE WHATSAPP PARA A PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO COMPARTILHADA COM A COMUNIDADE ESCOLAR	107

4.2	PALESTRAS PARA SENSIBILIZAR OS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA.....	109
4.3	CALENDÁRIO ESCOLAR COM VISITAS ÀS FAMÍLIAS E ENVIO DE ÁUDIOS SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES ÀS TOMADAS DE DECISÕES DA ESCOLA.....	111
4.4	CRIAÇÃO DE HORTA NO CONTEXTO ESCOLAR	113
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os professores do Ensino Médio da escola Estadual Prefeito Odilio Fernandes Costa.....	126
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com as famílias dos discentes do ensino médio da escola Estadual Prefeito Odilio Fernandes Costa	127

1 INTRODUÇÃO

Embora os estudos sobre família e sua relação com a escola não sejam recentes, a maneira como essa relação é abordada vem se reformulando ao longo das últimas décadas. Torna-se emergente, diante disso, compreender as relações entre a escola e a família no cenário educacional. Diante de tais questões, a presente dissertação analisa a participação das famílias na vida escolar dos alunos. Tal preocupação busca observar esse fato em uma escola do interior de Minas Gerais e como essas questões têm se colocado, apresentando-se, principalmente, a necessidade de proporcionar momentos para ampliar a participação das famílias nas tomadas de decisões do contexto escolar. É importante ressaltar que as concepções das relações escola e família aparecem desde a educação infantil, no entanto, o estudo aqui proposto foca o Ensino Médio e, para isso, aborda autores que discorrem à luz dessa modalidade de ensino.

A família é a primeira instituição que a criança conhece, com quem convive e inicia a aprendizagem, aprendendo elementos básicos de respeito, amor, solidariedade e responsabilidade, necessários à boa convivência humana e social. Antes da socialização escolar, a criança já traz, de casa, uma bagagem socializadora, ensinada pelos pais; de maneira que a interação daquela com outros grupos existentes dentro de uma escola, ou até mesmo suas impressões em relação à aprendizagem absorvida, dependerão muito do tipo de educação e convívio que a criança vivencia no seio familiar.

Picanço (2012, p.12) relata que “[...] a família é o primeiro suporte vital que temos nos primeiros anos de vida, é nela que está todo o equilíbrio que o ser humano necessita integração na sociedade e fundamentalmente à sua sobrevivência”. Complementando essa citação para entender melhor o conceito de “família”, Crepaldi (2017, p.67) assevera que ela representa o “[...] alicerce para que o indivíduo construa uma boa estrutura social, pois é dentro do espaço familiar que a criança determina os primeiros relacionamentos, que depois abrangerá a escola e, por fim, a sociedade”.

Diante de tais características, a união entre família e escola tende a exercer um papel fundamental para o desempenho escolar favorável e de qualidade, como nos aponta Picanço (2012): “a família e a escola são os principais contextos do desenvolvimento humano”. Pires (2017, p.123) acrescenta que:

[...] quando a escola e a família vivenciam uma parceria para melhorar o conhecimento e a compreensão sobre os filhos e os alunos, conseqüentemente, aumenta a capacidade de comunicação e de adequação

das estratégias didáticas, o que aumenta as chances de um trabalho escolar bem-sucedido.

Segundo Romanelli, Nogueira e Zago (2011), o movimento de interdependência e de influências recíprocas entre família e escola tem origem nas transformações pelas quais passam as estruturas e modos de vida familiar, e as instituições e processos escolares, em um mesmo momento e movimento. De acordo com os autores, há uma interdependência entre as condições sociais de origem das famílias e as formas como essas estabelecem relação com a escola. No contexto escolar, é de fundamental importância que haja uma boa relação entre a família e a escola para possibilitar um desenvolvimento das capacidades emocionais, cognitivas e relacionais de crianças e adolescentes.

Diante de tais afirmações, conclui-se que a vinculação da família com o ambiente escolar é fundamental. Ressaltamos ter ciência que os preceitos debatidos acima, pelos diferentes autores, se concentram no Ensino Fundamental. Entretanto, em nossa concepção essas mesmas problemáticas podem ser abordadas e definidas dentro do Ensino Médio, que se configura como a última etapa da educação básica, cuja duração mínima de três anos abrange, em grande parte, adolescentes entre 15 e 17 anos. Nesse momento da vida, o adolescente passa por transformações corporais, psicológicas e sociais que o levam a uma busca pela identidade e segurança, além de viver conflitos e questionamentos próprios dessa fase. A ligação entre escola e família é fundamental nesse contexto para oferecerem, ambas, o suporte necessário aos educandos. Tais aspectos assemelham-se ao pontuado por Bordenave (1994, p. 61), ao dizer que “[...] por sobre todas as coisas, a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática”. A escola e a comunidade, frente a isso, precisam praticar o hábito de conviver democraticamente, no qual cada pessoa tem sua opinião que, mesmo divergente dos outros, precisa ser compreendida. Essa convivência pode estimular pais e responsáveis a ouvirem o que o outro tem a dizer e, com isso, a melhorar seu posicionamento mediante as decisões escolares.

Em pesquisa com estudantes adolescentes sobre o sentido da escola, Leite (2016) verifica que:

[...] os estudantes a reconhecem como responsável por transmitir conhecimentos e como esperança de um futuro melhor decorrente da qualificação, considerando-a uma instituição importante em suas vidas. Porém, destacam que o interesse pessoal está mais ligado à sociabilidade que ela possibilita, do que à instrução formal. A escola é considerada importante

pelos adolescentes, porém, é utilizada, sobretudo, como meio para organizar as interações sociais com os pares. (LEITE, 2016, p. 2).

Particularmente, os adolescentes de 15 a 17 anos apresentam uma difícil situação no processo de escolarização; ademais, a etapa do Ensino Médio ainda representa o distanciamento da universalização; a discutível qualidade e ausência quanto à definição de sua identidade educacional (PORFÍRIO, 2020).

Diante das preocupações mencionadas, o Ensino Médio vem assumindo lugar de destaque e de inúmeras discussões no cenário educacional e político da atualidade. Debates acerca de seu papel, da organização de seu currículo, entre outras questões, são recorrentes na história da educação brasileira, confirmando um movimento de avanços e recuos. Contudo, a partir de 1990, iniciou-se uma série de proposições para essa etapa de ensino que sinalizam profundas alterações em seu conteúdo, forma e finalidades. Permite-se evidenciar que há alguns anos discutem-se as fragilidades que perpassam o Ensino Médio no Brasil, seja pela necessidade de ampliação das vagas seguindo rumo à universalização, essa já alcançada no Ensino Fundamental, seja pela evasão escolar ou, principalmente, devido às peculiaridades do perfil do aluno trabalhador, ou seja, pela necessidade de investimento nessa etapa de ensino, tendo em vista a precariedade das escolas públicas e o não alcance do atendimento esperado pelo público do Ensino Médio.

Historicamente, a oferta do Ensino Médio foi marcada pela desigualdade social e pela precariedade estrutural. Em seu histórico, identifica-se a ambiguidade de suas finalidades dividindo-se entre preparação para o mercado de trabalho e para a continuidade dos estudos (FERREIRA, 2010). Na mesma perspectiva, Krawczyk (2011) enfatiza que a idade de 15 a 17 anos é o momento em que o adolescente passa a questionar qual será a aplicabilidade da conclusão dessa etapa de ensino em sua vida e, especialmente, se o diploma dessa etapa representará ou não um diferencial para o seu ingresso no mercado de trabalho.

Krawczyk (2011) afirma que “muitos problemas observados no Ensino Médio ocorrem devido à ausência de participação da família na vida escolar”. Sendo assim, Castro e Regattieri (2009) dizem que o apoio familiar nas atividades escolares impacta decisivamente no desempenho escolar de jovens. Paro (1998 *apud* GALLO, 2009, p.74) defende a necessidade e a possibilidade de participação dos pais “[...] não só no desempenho escolar dos alunos, mas também na rotina escolar como meio do desenvolvimento do caráter social da educação, que não acontece isoladamente na rotina escolar”.

Essas preocupações encontram-se postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 12, inciso VI, ao preconizar que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996, p. 14). Dessa forma, entendemos a necessidade da escola estar em constante interação com as famílias para apresentar boletins, conversar sobre a participação dos filhos nas aulas e falar sobre os aspectos positivos e negativos da rotina escolar, a fim de manter e estruturar um diálogo de colaboração com o colegiado escolar e com a comunidade.

O colegiado escolar, órgão representativo da comunidade, poderia apresentar a discussão de assuntos de interesse da escola como as questões pedagógicas, administrativas, disciplinares e financeiras, sendo que cada segmento possui representatividade e, nessa perspectiva, apresenta elementos de participação da comunidade escolar, podendo tornar a instituição democrática, com opiniões relativas ao cotidiano escolar. Assim, além da participação dos pais nas reuniões, o acompanhamento da família pode acontecer nesse outro órgão representativo.

De acordo com Almeida (2014), “[...] a escola tem a responsabilidade de incentivar e criar oportunidades para que a família se sinta confortável para ter uma participação efetiva na vida escolar do aluno”. Assim, surgiu o interesse em pesquisar formas de contornar esse problema apresentado pela Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (EEPOFC) na qual sou professor efetivo na disciplina Química desde o ano de 2008 e atualmente estou como Diretor Escolar. A escola é localizada em Santo Antônio do Retiro, cidade com 6.955 habitantes de acordo com o Censo Populacional de 2010 (IBGE, 2020) e, por ser muito pequena, é possível conhecer as famílias dos alunos, sua realidade socioeconômica e modo de vida. Diante dessas experiências e percepções, observa-se um distanciamento dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos, especialmente no Ensino Médio, etapa marcada por incertezas da juventude ao mesmo tempo que necessitam de um monitoramento constante de seus formadores. Os docentes e equipe pedagógica sentem-se insatisfeitos com o pouco interesse que as famílias demonstram em participar e comparecer nas reuniões, eventos, até mesmo no cotidiano, quando são convidadas para conversas habituais acerca de assuntos escolares. Entre os educadores da EEPOFC, alvo da pesquisa, é possível concluir que, na medida em que a idade da criança aumenta, associada à sua progressão nas etapas, reduz-se a participação da família na vida escolar dos filhos.

Diante de tais elementos do cotidiano escolar, tem-se como questão de pesquisa: De qual maneira a gestão da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa pode melhorar a participação de pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar?

A presente pesquisa intenciona analisar os fatores que têm influenciado na participação familiar nas atividades escolares. A participação da família na escola estrutura-se como um dos principais elementos da vida escolar dos alunos e, por consequência, uma maior relação da gestão democrática escolar.

Para responder a essa pergunta, propõe-se como objetivo geral: Analisar e identificar possíveis causas da não participação dos pais no cotidiano escolar dos alunos do Ensino Médio. Já os objetivos específicos são:

- Descrever a participação das famílias nas questões escolares;
- Compreender como são estabelecidas as relações dentro do ambiente escolar no âmbito dos relacionamentos entre os pais e a escola;
- Analisar pais e professores para verificar as causas da não participação da vida escolar dos filhos;
- Apresentar possível ação para conscientizar os professores das especificidades dos pais e suas formas de participação na vida escolar dos filhos;
- Propor alternativas possíveis para sensibilizar os professores sobre a forma de participação das famílias na vida escolar dos filhos, e ações para que as famílias participem mais da vida escolar de seus filhos por meio da implementação de um Plano de Ação.

Para alcançar esses objetivos, optamos pela utilização do estudo bibliográfico, da análise documental e da aplicação de entrevistas semiestruturadas em docentes e pais da escola. Inicialmente, utilizamos os documentos e registros escolares desta instituição. Para coleta de dados de evidências foram utilizados como instrumentos de pesquisa recursos voltados para o levantamento documental (Projeto Político Pedagógico - PPP, Regimento Escolar, livros de atas e relatórios). A utilização da entrevista proveio da necessidade de se estabelecer um diálogo com as partes envolvidas: professores e pais/responsáveis por alunos do Ensino Médio da EEPOFC, visando entender as causas da pouca participação e a percepção desses sujeitos sobre a gestão escolar e a participação, com base nos seguintes eixos de análise: I) o cotidiano escolar (atuação e interação); II) os espaços de participação (órgãos deliberativos, reuniões, assembleias e projetos); III) a compreensão sobre o nível de participação dos pais e; IV) o que pode ser feito para melhorar esse aspecto. Esses eixos justificam-se pela possibilidade de análise do cotidiano escolar a respeito da reduzida

participação dos sujeitos nas ações diárias, o que colabora para a elucidação do problema pesquisado.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, contando a introdução como o primeiro capítulo. O segundo, “Relação Família/Escola na Instituição de Ensino”, tem por objetivo apresentar a contextualização do objetivo de pesquisa. Para isso, apresentaremos o colegiado escolar: especificamente na rede estadual mineira, sua composição e forma de atuação, bem como o histórico das relações entre família e escola no Brasil. Do mesmo modo, também será realizada a contextualização da escola, foco deste estudo de caso; será discutida a maneira pela qual ela tem colaborado para uma gestão democrática e participativa. Por fim, descreveremos a instituição, com destaque para os registros de controle de presença dos pais, nas reuniões, com demonstração dos indicativos que apontam para uma pouca participação dos responsáveis na instituição escolar.

No terceiro capítulo, traremos o referencial teórico com abordagens de autores que tratam dos desafios e possibilidades sobre o assunto com uma análise mais social do que técnica e os caminhos metodológicos para obtenção e análise dos dados pesquisados. Nesse ínterim, foi realizada a análise dos dados obtidos, que demonstraram, por meio das entrevistas, que a participação da família no contexto escolar apresenta-se como um fortalecimento do processo ensino/aprendizagem. Percebeu-se ainda que a família vê a escola como algo importante para seu filho, o que nos leva a entender a possibilidade de que existe uma participação dessas famílias na vida escolar de seus filhos, no entanto, muitos não sabem a forma como podem ajudar, ou não são criadas estratégias eficazes, por parte da escola, para que essa parceria aconteça. Nesse sentido, as entrevistas possibilitaram novos olhares para as questões sociais dos pais, as relações de trabalho e mesmo a forma como os professores entendem a participação apenas com a frequência em reuniões. Tais aspectos foram analisados buscando compreender como o gestor e sua equipe podem traçar estratégias para a possibilitar a participação das famílias na escola, levando em conta os fatores sociais, históricos e regionais deste município.

No quarto capítulo, apresenta a proposta de um Plano de Ação, para ser implementado pela escola, que apresenta algumas ações voltadas para o fortalecimento da relação das famílias com a escola que são: Criação de um grupo de WhatsApp de pais para a promoção de uma gestão compartilhada, propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola, criar um calendário de reuniões, visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola e, por fim, a criação de uma horta no contexto escolar em parceria com os pais.

Por fim, destaca-se que o importante é demarcar que a participação da família se constitui e constrói em um envolvimento com a escola, não somente em momentos quando se é chamado a participar e é possível estar presente na escola sem ser fisicamente.

.

2 RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O objetivo deste capítulo é apresentar o caso de gestão que se passa na EEPOFC. Para tanto, faz-se a contextualização do problema, que é compreender quais fatores têm contribuído para a participação das famílias e responsáveis na EEPOFC.

O capítulo é dividido em seis pontos e tem o propósito de apresentar e enquadrar a investigação relatada nesta pesquisa. Na primeira seção, pretende-se relacionar as interações entre escola e família no contexto da educação no Brasil. Na sequência, tratamos da importância e necessidade do envolvimento da família na vida escolar dos filhos. Na terceira parte, apresentamos as particularidades e características da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e da escola pesquisada. A seguir, passamos a apresentar as relações entre a escola e família em âmbito mais geral.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NO BRASIL

Nesta seção, apresentam-se as diretrizes da educação nacional, mais precisamente, as incumbências dos estabelecimentos de ensino em se articular com as famílias e comunidades, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Em seu artigo 205, a Constituição Federal da República do Brasil de 1998 dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 67)

Dessa forma, percebemos a Constituição Federal reiterando a importância da família no contexto escolar, atribuindo corresponsabilidades na função de educar e garantindo, como direito e dever, a articulação dentro dessas duas esferas sociais de vida dos educandos. Diante do embasamento legal, pensar sobre a participação familiar nas escolas remete-nos ao alcance de diversas finalidades, como: o fortalecimento da gestão democrática e participativa; envolvimento e entendimento do direito das famílias à informação e sobre as condições de aprendizagem e educação dos filhos; o estreitamento de laços entre comunidade e escola; o conhecimento da realidade do aluno; entre outras (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Nesse sentido, entendemos a família como ponto de partida para o processo educativo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de

aprendizagem, mas não estão sozinhos nessa tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias ao prescrever que:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema e ensino, terão a incumbência de:

[...] VI – **articular-se com as famílias e a comunidade**, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

[...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

[...] II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 5-6, grifo nosso).

Pelas definições da LDB/1996, é possível identificar a necessidade, tanto da instituição, quanto de seus profissionais, em estarem articulados com as famílias e suas comunidades. Isso permite, ou ao menos tende, a uma articulação mais efetiva entre os diferentes sujeitos integrantes da escola (pais, professores, gestores, responsáveis e comunidade escolar). A colaboração das entidades “escola” e “família” tem por finalidade a busca por uma educação de qualidade, tal qual afirma o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que implementa o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, em regime de colaboração com as famílias e com a comunidade pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007). Assim, faz-se necessário compreender as diferentes formas de atuação das famílias na educação dos filhos, identificando as possíveis contribuições, a fim de enfrentar os desafios para promoção de uma educação que progrida na direção da qualidade e igualdade nas condições e ofertas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 25, recepciona, de forma objetiva, o conceito de família, apresentando que “[...] entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” (BRASIL, 1990, p. 3). Cabe destacar que a estrutura familiar acompanha as rápidas transformações da sociedade e impactam de maneira significativa a estrutura das famílias, sendo necessário que a escola se atente para as mudanças paradigmáticas (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Castro e Regattieri (2009) apresentam a ideia de que a constituição da família continua sendo a base de referência do indivíduo, sendo, na família, o início dos primeiros vínculos e formação da identidade e da personalidade. O papel exercido pela família é fundamental na construção da identidade do indivíduo. Nessa direção, a cultura familiar tem sido apontada por especialistas como variável importante na estruturação de padrões de

comportamento, de crenças e de valores, dentre os quais a própria compreensão do processo de aprendizagem (CASTRO; REGATTIERI, 2009).

Dessa maneira, é necessário que a escola busque compreender os sujeitos que compõem a comunidade que atende, por meio de trocas de experiências e de vivências de mesmo nível para, assim, facilitar a compreensão das alteridades que marcam seus alunos, pais e sociedade, até porque a escola atende em três endereços com diversidade de costumes, o que favorece a diversidade nas relações com a instituição educacional.

A participação familiar na vida escolar dos filhos tem se destacado em estudos recentes, buscando, entre outros objetivos, identificar os efeitos do envolvimento dos responsáveis na escolaridade dos filhos. Para Castro e Regattieri (2009, p. 26), “[...] os estudiosos do tema atestam que hoje a escola e a família intensificaram como nunca suas relações”. Na tentativa de compreender essa relação entre escola-família, será analisada, neste trabalho, a participação da família na vida escolar dos filhos. Considerando os pressupostos das definições legais e das formas de configuração familiar, a próxima seção objetiva debater os elementos sobre a importância do envolvimento dos pais nas escolas.

2.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS NA ESCOLA

Nesta seção, apresentam-se as considerações sobre a necessidade da participação da família no desempenho escolar das crianças e jovens. Conforme Bordenave (1994, p. 46), “Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. Dessa forma, entende-se que é preciso demonstrar aos pais e familiares a importância e os benefícios de sua presença na vida escolar dos filhos. Da mesma maneira, é necessário aos sujeitos internos da escola (gestores, docentes e demais funcionários da instituição) as formas de conscientização e integração com os pais e/ou responsáveis. Nas intrínsecas relações entre esses dois grupos mencionados, poderá ser realizada a efetivação da participação social dos sujeitos e acompanhamento, por variadas vias, da trajetória dos estudantes.

Segundo Bordenave (1994), se os pais dos alunos tivessem maior participação na vida da escola, poderiam fazer com que os horários e calendários escolares, os trabalhos práticos e as pesquisas dos alunos fossem mais adequados a suas necessidades e interesses. Da mesma maneira, entendemos que a gestão escolar poderia entender as especificidades dos pais e, com

isso, estabelecer formas de ação nas quais buscariam estratégias de reuniões e encontros com pais e/ou responsáveis em momentos mais propícios a eles.

No cenário de participação da família na escola, cabe apresentar o órgão representativo da comunidade escolar que é, em Minas Gerais, o Colegiado Escolar. O mesmo possui regulamentação legal na Resolução da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) nº 2.958, de 29 de abril de 2016, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento desse órgão na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Por essa resolução, fica definido que a representatividade será escolhida por meio de eleição, na qual haverá representantes de profissionais da escola, pais de alunos e/ou alunos maiores de quatorze anos. Os votantes também são membros da comunidade escolar, bem como todos os servidores (MINAS GERAIS, 2016).

A supracitada Resolução descreve, em seu Artigo II, que o Colegiado deve atuar permanentemente como agente de apoio da gestão escolar, sendo ele um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo (decisões relativas às normas previstas no regimento escolar, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas, à gestão de pessoas, administrativas e financeiras, em consonância com o PPP da escola e o Plano de Gestão) e consultivo (análise de questões de interesse da escola propostas pelos diversos segmentos da comunidade escolar, e deverá apresentar sugestões para a solução das referidas questões), conforme a natureza do assunto a ser discutido em reunião, respeitadas as normas legais (MINAS GERAIS, 2016).

O Colegiado é composto por um presidente, que é necessariamente o diretor ou coordenador escolar; por membros oriundos das categorias pedagógica e administrativa do pessoal em exercício na escola; por estudantes com idade igual ou superior a quatorze anos; e por pais de alunos menores que quatorze anos. Cada categoria é representada por cinquenta por cento do total de membros do colegiado.

O Quadro 1 reproduz as competências do Colegiado Escolar, expressas no artigo 17 da Resolução SEE/MG nº 2.958/2016. Outros assuntos de ordem normativa e de atuação do Colegiado são descritos na Resolução citada. As escolas estaduais da jurisdição estão subordinadas a essa legislação e devem se organizar de forma a cumprir o que lhes é cobrado.

Quadro 1 – Competências do Colegiado Escolar de Acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.958, de 29 de abril de 2016

COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO ESCOLAR	
1	Convocar e realizar assembleias com a comunidade escolar;
2	Aprovar o Projeto Político Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, <i>ad referendum</i> da Assembleia Escolar, e acompanhar a sua execução;
3	Discutir e aprovar o Calendário Escolar e suas devidas alterações;
4	Aprovar e acompanhar a execução do Plano de Gestão do diretor;
5	Aprovar os critérios complementares para atribuição de turmas, aulas, funções e turnos aos servidores efetivos e estabilizados do Quadro de Pessoal da escola, observadas as normas legais pertinentes;
6	Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando necessário, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;
7	Indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários;
8	Atuar como agente de apoio ao diretor na transição entre uma gestão escolar e outra;
9	Apresentar e avaliar propostas de parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e Organizações Não Governamentais (ONG);
10	Propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz e à convivência democrática no ambiente da escola;
11	Propor adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes no âmbito da escola, respeitadas as normas legais pertinentes;
12	Propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução;
13	Referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;
14	Manter diálogo permanente com os pais de cada segmento sobre as decisões do Colegiado Escolar;
15	Manter atualizadas as informações dos membros do Colegiado Escolar no Sistema Colegiado (SICOL).

Fonte: Minas Gerais (2016).

Ainda sobre a Resolução SEE/nº 2.958/2016, é importante citar que, além do Colegiado Escolar, a legislação aponta para a Assembleia Escolar como sendo também um órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão escolar (Art. 2º). A diferença entre esses dois órgãos de apoio à gestão é que o primeiro é permanente, com atuação constante, enquanto o segundo, a assembleia geral, só existirá quando necessário, mediante convocação. As assembleias devem acontecer ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, sendo que, neste caso, destina-se à Prestação de Contas da Gestão Escolar nos setores de interesse de ordem pedagógica, administrativa e financeira. Tal assembleia deve estar prevista em calendário escolar

previamente aprovado pelo Colegiado. Para a realização das assembleias, são convocados profissionais em exercício na escola, estudantes e responsáveis por estes (MINAS GERAIS, 2016). Os elementos necessários para as reuniões encontram-se apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Requisitos necessários para a realização de reuniões do Colegiado Escolar

REQUISITOS	
1	Convocação por escrito dos membros com antecedência mínima de 48 horas, exceto no caso de reunião extraordinária, cujo prazo mínimo é de 12 horas;
2	Divulgação de documento de convocação, com especificação do local, data e horário de realização da reunião no qual constem com clareza os itens que serão discutidos.

Fonte: Minas Gerais (2016).

As funções desses órgãos são complementares e dizem respeito ao fortalecimento da educação e ao incremento da gestão participativa e democrática nas escolas estaduais mineiras. Acerca de tais funções e objetivos, é possível compreender que:

[...] ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação. (BRASIL, 1996, p.126).

Os conselhos escolares, bem como o colegiado escolar, possuem funções deliberativas e consultivas com poderes para representar seus pares nas tomadas de decisões relativas às normas previstas no regimento escolar, aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, sendo de extrema importância que todos os seguimentos sejam orientados no sentido do fortalecimento desse órgão e de proporem ações que ampliem a participação efetiva da comunidade nas discussões sobre os assuntos de interesse coletivo, em prol da aprendizagem dos alunos e do melhor clima escolar. Também se percebe que essa portaria visa ao trabalho coletivo e coloca a escola e a comunidade como foco deste trabalho. Optamos por apresentar esse órgão colegiado, pois, por meio dele, a comunidade escolar tende a possuir uma atividade mais intensificada nas preocupações educacionais. Em nossa perspectiva, a conjugação de dados entre a formação do colegiado escolar nas unidades escolares e da participação dos pais

e/ou responsáveis nas reuniões cotidianas da escola fornece dados para pensarmos como a comunidade escolar tem percebido e atuado junto à escola.

Nesse interim, podemos afirmar que a importância da participação da família na escola gira em torno de três pontos: a relação entre a comunidade e a escola fica mais estreita, há uma confiança mútua entre as duas instituições e o aluno passa a se interessar mais pela escola e ter um melhor rendimento. É essencial que a família confie na proposta da instituição à qual submete seus filhos todos dias, assim como a escola deve cumprir as diretrizes pedagógicas estabelecidas, cobrando envolvimento e participação dos responsáveis. O envolvimento dos pais no ambiente escolar proporciona segurança aos educandos, que se sentem acolhidos, encorajados e responsáveis por seus atos, que são observados e valorizados de perto. Sabemos, porém, que a rotina e as longas jornadas de trabalho podem comprometer a presença e a atuação dos pais na rotina estudantil dos filhos. Mas a organização e o planejamento são esforços necessários que trarão benefícios no futuro. A seguir, apresenta-se a escola, *lócus* da pesquisa.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DA EEPOFC

Nesta seção, apresenta-se o cenário mais geral para o contexto particular (da rede estadual de educação de Minas Gerais). Partindo da caracterização da Secretária de Estado de Educação, passa-se pela divisão nas Superintendências Regionais de Ensino até se tratar da Superintendência localizada no município de Janaúba. Na sequência, exibe-se a escola na qual se desenvolve a pesquisa.

2.3.1 Breve contexto da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Superintendência Regional de Janaúba

De acordo com dados do IBGE (2015), Minas Gerais é o segundo estado com maior número de alunos, atrás apenas de São Paulo. A Educação mineira atendeu, em 2018, de acordo com dados do censo escolar, a 13.902 escolas (estaduais, municipais e privadas) de educação básica. Destas, 3.614 são pertencentes à rede estadual, sendo 90 escolas estaduais parte da jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Janaúba (SRE/JB).

Para o acompanhamento das ações desenvolvidas em cada escola de educação básica, o estado foi organizado em seis polos regionais de educação, abrangendo 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE) (MINAS GERAIS, 2019^a). Tais SREs são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição das SRE em POLOS REGIONAIS e suas respectivas SREs

Polo Regional Centro	SREs. Metropolitana A, B e C (Belo Horizonte); Conselheiro Lafaiete; Pará de Minas; Ouro Preto; Sete Lagoas e Divinópolis.
Polo Regional Sul	SREs.: Campo Belo; Caxambu; Itajubá; Passos; Varginha; Pouso Alegre; São Sebastião do Paraíso e Poços de Caldas.
Polo Regional Mata	SREs.: Barbacena; Carangola; Juiz de Fora; Ubá; Muriaé; Ponte Nova; São João Del Rey e Leopoldina.
Polo Regional Triângulo	SREs.: Ituiutaba; Monte Carmelo; Paracatu; Unaí; Patrocínio; Uberaba; Uberlândia e Patos de Minas.
Polo Regional Vale do Aço	SREs.: Almenara; Araçuaí; Caratinga; Coronel Fabriciano; Governador Valadares; Teófilo Otoni; Manhuaçu; Nova Era e Guanhães.
Polo Regional Norte	SREs.: Curvelo; Diamantina; Pirapora; Januária; Montes Claros e Janaúba.

Fonte: Minas Gerais (2019c).

A reunião das SREs, no interior de cada polo, efetivou-se com base na proximidade geográfica e nas similaridades do perfil de desenvolvimento político e econômico entre elas. Dessa forma, torna-se mais fácil a organização e a implementação de políticas públicas em grande escala dentro de cada polo. A Figura 1 representa a delimitação das 47 (quarenta e sete) regionais no Estado de Minas Gerais.

A SRE/JP fica ao norte, representada pela cor vermelha na Figura 1, delimitada, ao norte, pelo Estado da Bahia; ao sul, pela SRE de Montes Claros; ao leste, pela SRE de Araçuaí; e a oeste, pela SRE de Januária.

A SEE/MG possui uma estrutura que se organiza no gabinete, nos conselhos estaduais e assessorias estaduais. Há o Conselho Estadual de Educação, o de Alimentação Escolar e o de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB). As assessorias são: a de Apoio Administrativo, a de Gestão Estratégica e Inovação (AGEI), a Jurídica, a de Comunicação Social, a de Relações Institucionais e a de Auditoria Setorial. Esses setores aconselham e assessoram as ações das subsecretarias: a de Administração do Sistema Educacional, a de desenvolvimento da educação Básica, a de Gestão de Recursos Humanos, e a de Informações e tecnologias Educacionais. Para o trabalho com a formação dos profissionais da educação existe também a Educação a Distância (EAD) da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, que subsidia os cursos e capacitações oferecidas pela SEE/MG.

Figura 1 – Mapa de Minas Gerais com a divisão territorial das SREs

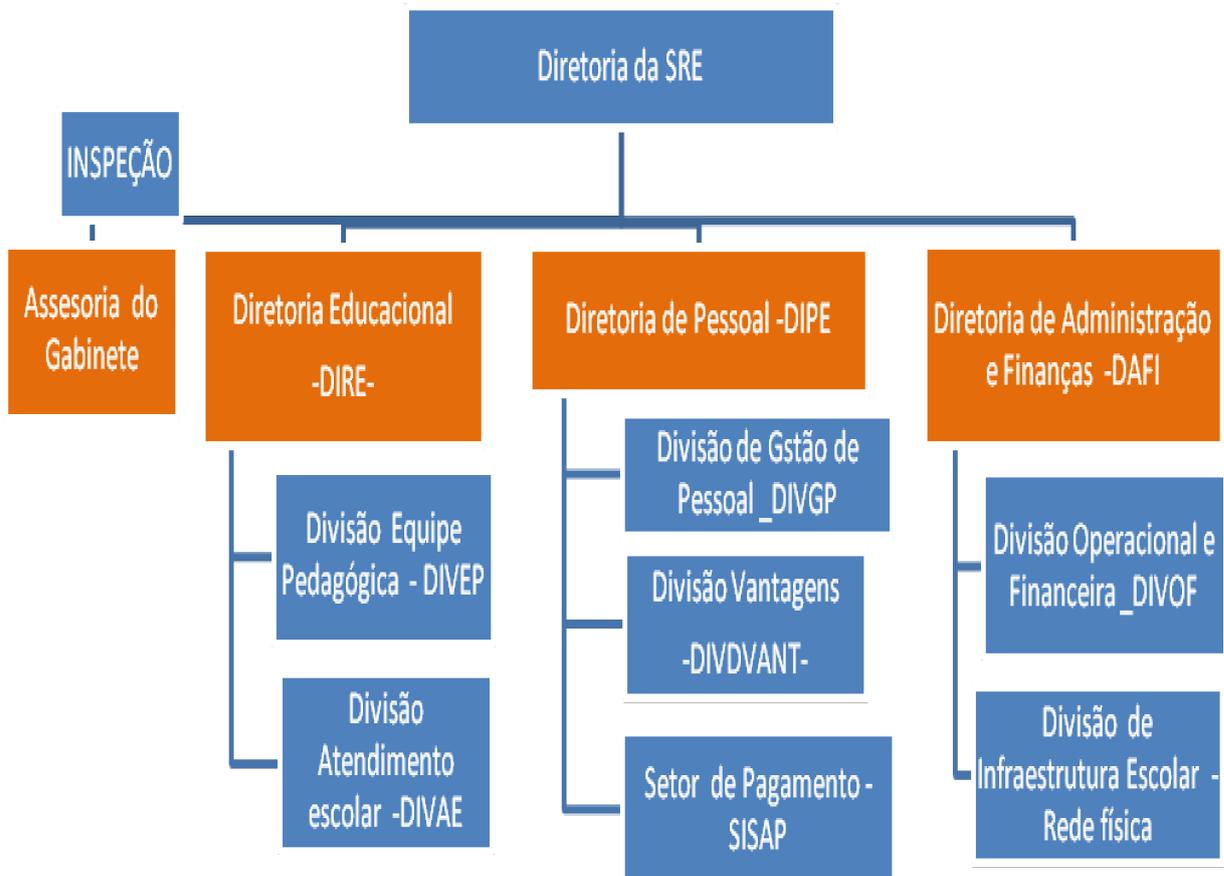


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do mapa das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2019b).

Essa estrutura da SEE/MG é organizada para a orientação às SREs, que são subdivididas em: Superintendências Regionais de Ensino de Porte 1 e Superintendências

Regionais de Ensino de Porte 2. As subsecretarias, a Escola de Formação e as Superintendências Regionais de Ensino, para o funcionamento de seus serviços, são subdivididas em várias diretorias de responsabilidades. Cada SRE tem um organograma estrutural de funcionamento dos seus servidores, padrão para o Estado de Minas Gerais, que está integrado à inspeção escolar, a qual está ligada diretamente à Diretoria Geral e dá assistência a todos os outros setores, de acordo com a Figura 2:

Figura 2 – Organograma da Estrutura organizacional da SRE de Janaúba



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados internos da SRE/JB.

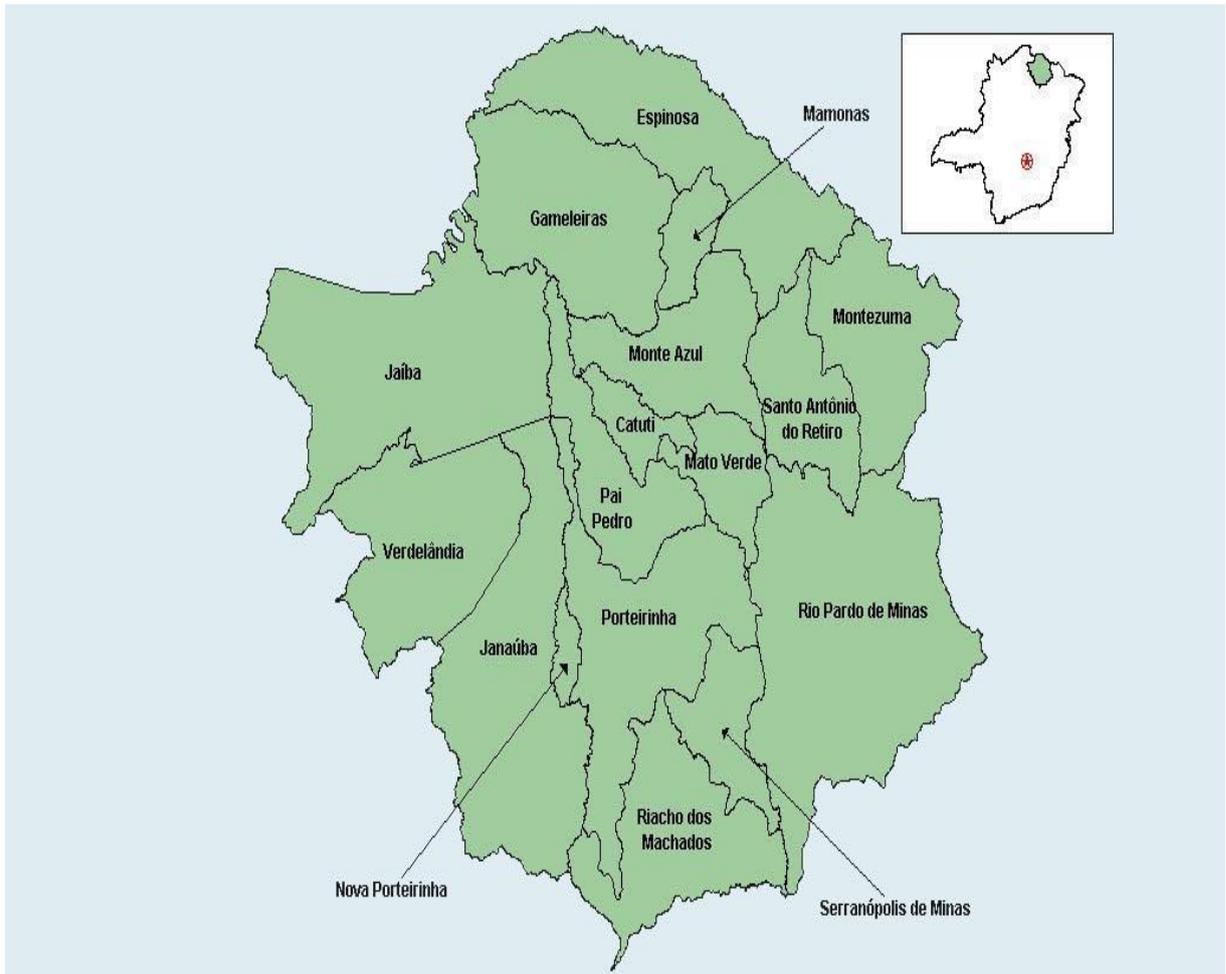
Como se pode observar na Figura 2, dentro de cada SRE de Minas Gerais encontram-se: a Diretoria Educacional (DIRE), que é responsável pelos assuntos pedagógicos e de atendimento escolar; a Diretoria de Pessoal (DIPE), que cuida da gestão dos recursos humanos, processando o pagamento dos funcionários, como também organiza o plano de carreira e toda a documentação dos profissionais da própria SRE e dos gestores das escolas, e orienta as escolas na organização das pastas dos seus profissionais; e a Diretoria de Administração e Finanças (DAFI), que cuida de todo o assessoramento administrativo e

gerenciamento financeiro e prestações de contas da própria SRE e das escolas sob sua jurisdição.

A SRE Janaúba integra o Polo Regional Norte na divisão dos polos da SEE/MG. Até o ano de 2004, integrava a regional da SRE de Montes Claros, quando esta foi desmembrada devido à grande extensão territorial à qual prestava assistência aos municípios. Criaram-se, então, cinco SREs independentes: Montes Claros, Januária, Pirapora, Araçuaí e Janaúba. Assim, essa SRE, doravante denominada SRE/JB, passou a ser independente, com sede no município de Janaúba. Com a nova divisão territorial das superintendências de ensino, Janaúba, junto com Araçuaí, responsabilizou-se pelos municípios localizados mais ao norte de Minas Gerais, região com precárias condições econômicas e sociais, próxima ao Vale do Jequitinhonha, que demanda maior assistência do Estado.

A SRE/JB pertence ao polo Regional Norte e atende a 17 municípios, sendo eles: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Montezuma, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Santo Antônio do Retiro, Serranópolis de Minas e Verdelândia, com um total de 313 escolas, destas, 90 da rede estadual, 206 da rede municipal e 17 escolas privadas, apresentados no mapa na Figura 3.

Figura 3 – Mapa da Regional da SRE de Janaúba em Minas Gerais



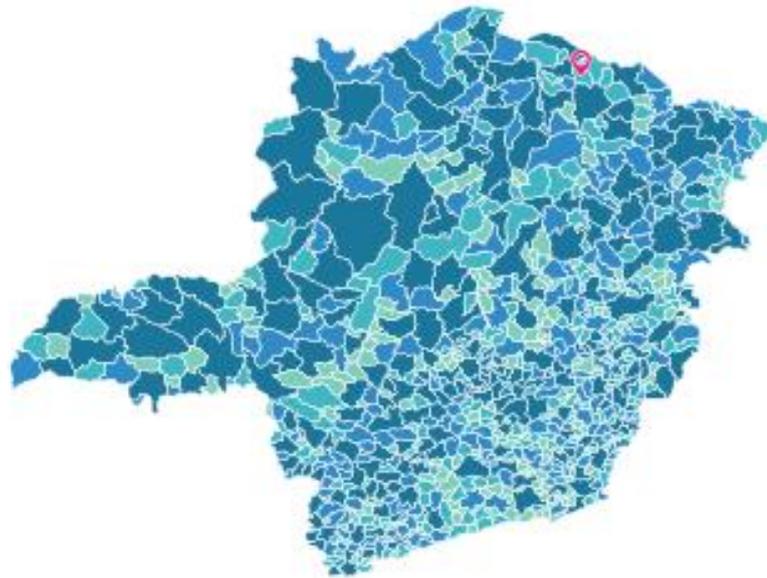
Fonte Minas Gerais (2019b).

Pode-se observar que Santo Antônio do Retiro localiza-se na região leste do território atendido pela SER/JB, ficando a 120 km da sede, situada no sudoeste da região da SRE. Quando foram iniciados os primeiros trabalhos na sede dessa SRE, no ano de 2003, realizou-se um diagnóstico das condições físicas e de funcionamento das escolas dessa regional pelos inspetores escolares, durante as visitas em cada escola. Foi constatada grande precariedade nas instalações físicas dos prédios escolares, necessidade de capacitação continuada dos servidores, regularização de situações de atos de funcionamento e administrativos das escolas, e baixos resultados de aprendizagem nas avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Assim, compete a cada SRE desenvolver um trabalho articulando as políticas públicas da SEE/MG, voltadas para a melhoria das escolas por ela supervisionadas, atendendo as particularidades de cada escola e município de sua responsabilidade. A seguir, apresenta-se a escola *locus* da pesquisa.

2.3.2. A Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa

A Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa situa-se na Praça Sete de Setembro, número 84, Centro de Santo Antônio do Retiro - MG. Esse município localiza-se no extremo norte do estado e conta com uma população local estimada, para 2020, em 6.955 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, igual a 0,57. (IBGE, 2013). A economia do município é baseada na agricultura familiar e no comércio local. Dados do IBGE (2016) apontam que 58% da população percebe, *per capita* e mensalmente, a média de 1.6 salários mínimos. As estatísticas ainda apontam para uma proporção de 3,1% o número de pessoas ocupadas em relação à população total (IBGE, 2013).

Figura 4 – Localização de Santo Antônio do Retiro/MG



Fonte: IBGE (2020).

A escola iniciou suas atividades no ano de 1935 com apenas quarenta e três alunos. Na época, a instituição pertencia à cidade de Rio Pardo de Minas. Posteriormente, a escola recebeu o nome atual, por ter sido criada pela prefeitura, sob administração do, então, prefeito Odílio Torres Costa (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2017). A praça onde a escola se localiza é simples, arborizada ao centro, conta com alguns canteiros gramados, é circundada por duas ruas, sendo que a frontal possui calçamento e é bem sinalizada. A fachada da escola é apresentada na Figura 5. Já as Figuras 6 e 7 representam os anexos pertencentes à escola.

Figura 5 – Fachada da escola sede.



Fonte: Arquivo da Escola (2019).

Figura 6 – Fachada do Anexo São Joaquim.



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola (2019).

Figura 7 – Fachada do Anexo Brejo Grande



Fonte: Arquivo fotográfico da escola (2018).

Conforme dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade) (MINAS GERAIS, 2019d), a escola atende a 78 (setenta e oito) alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais; 109 (cento e nove) alunos do Ensino Fundamental, anos finais, do 6º (sexto) ao 9º (nono) anos; e 393 (trezentos e noventa e três) alunos do Ensino Médio, distribuídos num total de 24 (vinte e quatro) turmas; destas, 03 (três) são atendidas no Anexo da localidade de São Joaquim e outras 03 (três), no Anexo da localidade de Brejo Grande, ambas situadas na zona rural do município.

Nos anexos “São Joaquim” e “Brejo Grande”, há três turmas do Ensino Médio para cada, a fim de atender à demanda dos discentes nas localidades, denominadas de “Povoado de São Joaquim” e “Povoado de Brejo Grande”. A existência de turmas no segundo endereço visa a atender a comunidade local, evitando que os estudantes se desloquem diariamente para a sede da escola, no endereço principal, com distância de 23 quilômetros para o primeiro anexo (São Joaquim) e 55 quilômetros para a segunda comunidade (Brejo Grande). Assim, torna-se mais viável o funcionamento das turmas no prédio escolar municipal, cedido pela secretaria municipal de educação de Santo Antônio do Retiro, situado na zona rural do município, no qual se mantém a integridade física dos alunos e a redução dos gastos com o transporte escolar.

Nesses prédios secundários é ofertado o Ensino Médio, do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro,) ano, sendo uma turma de cada série, no turno matutino. Nos anexos são atendidas as turmas do Ensino Médio, os prédios são coabitados, funcionando, no mesmo espaço, uma escola municipal e a escola estadual. As dependências físicas cedidas para a oferta do Ensino Médio, na escola, são três salas de aulas, além dos espaços físicos compartilhados com os servidores e estudantes da rede municipal, sendo: cozinha, refeitório, secretaria e quadra em céu aberto.

Ao olhar a estrutura das outras escolas, percebe-se que a atuação da gestão escolar nesses anexos rurais apresenta pontos a serem observados dentro das suas singularidades e, portanto, com problemas educacionais distintos e inter-relacionados como: distância entre os prédios; dificuldade na comunicação, uma vez que no anexo “Brejo Grande” não há sinal telefônico; mobiliário insuficiente, pelo fato de os prédios serem coabitados; recursos humanos escassos, pois o comporta do estado não leva em consideração a existência de prédios distintos. Outro agravante é o fato de que a escola sede é consideravelmente grande, com 18 turmas, o que demanda muita atenção por parte da gestão. Assim, a gestão da escola convive com três espaços físicos com peculiaridades e características diversas.

Para tentar prestar um atendimento razoável nesses anexos, confeccionou-se um cronograma de atendimento com os 3 vice-diretores, de maneira que, a cada mês, um vice-diretor fica responsável em visitar os anexos, duas vezes por semana, para atendimento pedagógico e administrativo. O Quadro 4 apresenta o número de alunos, conforme a localização.

Quadro 4 – Número de turmas, turnos e alunos da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa

Turnos	Turmas	Alunos	Localização
Matutino	1º	32	Sede
	1º	34	Sede
	1º	33	Sede
	1º	24	Anexo São Joaquim
	1º	19	Anexo Brejo Grande
	2º	29	Sede
	2º	26	Sede
	2º	22	Sede
	2º	36	Anexo São Joaquim
	2º	29	Anexo Brejo Grande
	3º	25	Sede
	3º	22	Sede
	3º	26	Sede
	3º	22	Anexo São Joaquim
	3º	14	Anexo Brejo Grande
Vespertino	1º anos iniciais	12	Sede
	2º anos iniciais	14	Sede
	3º anos iniciais	13	Sede
	4º anos iniciais	19	Sede
	5º anos iniciais	20	Sede
	6º	31	Sede
	7º	30	Sede
	8º	16	Sede
	9º	32	Sede
Total	24 turmas	580 alunos	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Simade (MINAS GERAIS, 2019d).

O quadro de servidores é composto por um total de 85 funcionários, vinculados às atividades administrativas, de docência, gestão e manutenção da escola. Todos os professores são formados em nível superior com licenciatura na área de atuação. Do total de servidores 37 são funcionários efetivos na escola e 48, designados temporariamente, conforme normas estabelecidas pela Resolução SEE/MG nº 4.112, de 08 de janeiro 2019, o que representa uma grande rotatividade de funcionários (MINAS GERAIS, 2019e). A gestão de pessoas é outro fator desafiador, que perpassa questões relativas à estabilidade da equipe docente na escola, aos problemas de falta de professores e de pessoal para apoio pedagógico, ao absenteísmo e à

rotatividade de professores. Problemas associados ao processo de gestão tendem a afetar o funcionamento da escola e, por consequência, o desempenho escolar dos alunos (SOARES, 2002).

A equipe gestora apresenta, ainda, a questão de preparação dos novos professores para entenderem a missão e visão da unidade escolar, visando ao fortalecimento das ações e projetos desenvolvidos. Esse preparo é efetivado utilizando-se dos dias escolares previstos no calendário anual, por meio do qual toda equipe docente, juntamente com a equipe pedagógica e gestora, se reúne para traçar metas e objetivos para o ano corrente. O Quadro 5 sistematiza o número de profissionais da escola.

Quadro 5 – nº de funcionários da E.E. Prefeito Odílio Fernandes Costa em 2019

Categoria	Nº de funcionários
Diretor	01
Vice-Diretor	03
Secretário	01
Especialista/supervisora escolar	02
Assistente técnico da educação básica	04
Auxiliar de serviços gerais	12
Professores de uso de biblioteca	02
Professores regente de aula	43
Professores regente de turma	05
Professor eventual	01
Professores de apoio a alunos com necessidades especiais	10
Professor Atendimento Educacional Especializado	01
Total	85

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Quadro de Identificação de Turmas e alunos da escola.

A estrutura física da escola não segue os padrões da Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução dos Prédios Escolares do Estado (CARPE), pois foi construída inicialmente em um único bloco e se realizaram ampliações, no decorrer dos tempos, por contar com uma área extensa de aproximadamente 10.000 m². Apesar de ser uma construção muito antiga, o prédio passou por algumas reformas e ampliações e se apresenta bem conservado. Em 2013, a escola foi contemplada com uma reforma geral, ampliação e construção de quadra poliesportiva coberta, que melhorou consideravelmente sua estrutura física em geral.

O Quadro 6 apresenta as informações sobre as dependências existentes no prédio.

Quadro 6 – Estrutura física da E.E. Prefeito Odílio Fernandes Costa

Dependências	Quantidade
Diretoria	01
Secretaria	01
Sala de atendimento pedagógico	01
Sala de professores	01
Banheiro para servidores masculino e feminino	02
Sala de aula	10
Biblioteca	01
Cantina	01
Refeitório	01
Laboratório de informática	01
Laboratório de Ciências/Física/Química	01
Sala de Multimeios/Vídeo	01
Sala de recursos	01
Deposito de alimentos	01
Dispensa de vasilhames	01
Depósitos de material de limpeza	01
Almoxarifado. Depósito geral.	02
Banheiro feminino	01
Banheiro feminino e masculino para deficientes	02
Banheiro masculino	01
Quadra Coberta	01

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da planta baixa da escola.

A estrutura física da escola, até o ano de 2013, era considerada precária, como mostra a Figura 8. Mediante a danos concernentes a desabamento do telhado da quadra poliesportiva, a Secretaria Estadual de Educação no final de 2012 autorizou repasse financeiro para a reforma geral do prédio, ampliação e construção de nova quadra poliesportiva. Após a conclusão dessas obras, em 2014, a escola pôde oferecer aos seus alunos, funcionários e comunidade, melhores condições para execução das atividades escolares. Contudo, os prédios dos anexos, situados na zona rural, nos quais existem turmas de Ensino Médio, que são de propriedade da rede municipal de ensino, apresentam estrutura física deficiente, passível de melhorias, pois não possuem espaço para biblioteca, laboratório de informática, de ciências, tampouco dispõem de quadras cobertas.

A Figura 8 apresenta os espaços da “escola-sede” após a reforma; já as Figura 9 e 10 retratam as dependências físicas dos prédios municipais, onde funcionam os anexos.

Figura 8 – Dependências da Escola sede



Fonte: Arquivo fotográfico da escola (2019)

A Figura 9 apresenta o anexo “São Joaquim” e suas características físicas.

Figura 9 – Dependências da Escola Coabitada - Anexo São Joaquim



Fonte: Arquivo fotográfico da escola (2019).

A Figura 10 apresenta o anexo “Brejo Grande” e seus espaços.

Figura 10 – Dependências da Escola coabitada - Anexo Brejo Grande



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola (2019).

De acordo com dados do Simade, é possível depreender que a escola atende alunos de todas as regiões do município, principalmente da zona rural. Segundo dados do mesmo sistema, 54% dos alunos atendidos pela escola são da Zona Rural, 10% de bairros periféricos, e 36% da região central da cidade onde a escola está inserida (MINAS GERAIS, 2019d).

De acordo o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), mensurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a escola encontra-se no Grupo 3 no qual:

[..] os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como banheiro e até dois quartos para dormir, possuem televisão, geladeira, dois ou três telefones celulares; bens complementares como máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); a renda familiar mensal é entre 1 e 1,5 salários mínimos; e seus responsáveis completaram o ensino fundamental ou o Ensino Médio. (INEP, 2016, p.9).

A partir das considerações sobre o INSE e as realidades vivenciadas pelos alunos, o Projeto Político Pedagógico (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2017) esclarece que o INSE representa um fator significativo nas estratégias de trabalho, pois:

O Perfil socioeconômico dos alunos que fazem parte do corpo discente desta escola, em sua maioria são de classe média/baixa, desprovidos de assistência familiar e tampouco recebem o apoio de suas famílias, contribuindo para a dificuldade de aprendizagem no processo educacional [...] estes aspectos que têm levado a escola a diferenciar o trabalho desenvolvido com seu alunado (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2017, p. 06).

A EEPOFC participa do Programa Bolsa Escola/Bolsa Família, um Programa do Governo Federal em parceria com os municípios. Os relatórios de informação de frequência (2019) confirmam que 54% dos alunos atendidos na escola são beneficiários do programa e eles estão distribuídos, em sua maioria, no turno matutino. O PPP da Escola (2017) acrescenta que “Os pais ou responsáveis pelos alunos são, em sua maioria residentes da zona rural e vivem da renda do campo e de bolsas fornecidas pelo governo federal” (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2017, p.07).

Nesse contexto, a escola possui uma proposta de trabalho definida em seu PPP com relação aos projetos escolares, planos de ensino, planos de aula e plano de intervenção pedagógica, dentro de um determinado espaço de tempo (mês, bimestre ou semestre), a fim de prezar pela qualidade no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Com base nos documentos escolares, é possível depreender que:

Os planos constituem instrumentos importantes para a operacionalização e implementação do PPP no cotidiano da escola. Assim, a forma de organização e apresentação do currículo seguirá dois formatos:

- Para as ações a serem trabalhadas pelos Componentes Curriculares diretamente, serão elaborados os respectivos Planos de Ensino, de Aula, o Plano de Intervenção Pedagógica e os Planos de Trabalho dos servidores da escola;
- Para as ações de caráter complementar serão elaborados e desenvolvidos Projetos Escolares.

A programação poderá sofrer alterações, modificações em sua execução, atendendo a adequações didático-pedagógicas necessárias ao alcance das metas de aprendizagem propostas, as características dos alunos, bem como de imprevistos que venham ocorrer. (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2017 p. 26).

Procurando atender as necessidades da escola, a partir dos diagnósticos das avaliações internas e externas Simave/Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb) e Prova Brasil,

a EEPOFC participa de programas e projetos do governo, bem como desenvolve projetos próprios da escola, propondo melhoria da qualidade da educação ofertada.

Os programas e projetos escolares desenvolvidos pelos professores, com participação efetiva dos especialistas em educação, buscam a melhoria da qualidade do ensino. Neste sentido, a Escola participa de projetos e programas desenvolvidos pela SEE/MG e do Governo Federal, na intenção de agregar valores para o desenvolvimento e interação dos alunos. Os principais projetos desenvolvidos pela escola estão expostos no Quadro 7.

Quadro 7 – Projetos e programas de iniciativa federal e estadual desenvolvidos na escola

Projetos	Alunos contemplados	Características do projeto
Semana de Educação para a Vida	580 – toda a escola	Segundo site da SEE (MINAS GERAIS, 2019), a semana de Educação para a vida é um momento de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas ao longo do ano, que promovem e incentivam a participação social, política e econômica, favorecendo a troca de experiências e a convivência coletiva e cidadã dos estudantes e comunidade escolar.
Atendimento Educacional Especializado	10	De acordo com o site da SEE (MINAS GERAIS, 2019), O Atendimento Educacional Especializado possui um currículo com metas, objetivos e procedimentos próprios. Suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento que se propõe a atender, bem como deve contemplar as necessidades educacionais especiais de cada aluno, as quais devem estar fundamentadas na avaliação pedagógica. Assim, o AEE não deve ser confundido com reforço escolar, nem atendimento clínico, tampouco substitui os serviços educacionais comuns.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Simade (MINAS GERAIS, 2019d).

Além dos projetos de iniciativa governamental, dos quais as escolas são estimuladas a participar, a instituição constrói seus próprios projetos, que são realizados anualmente, visando a atender as especificidades da escola e estimular a participação dos alunos. Assim, durante a semana de planejamento coletivo, bem como nas reuniões de módulo II, efetivadas no início do ano escolar, são definidos pelos professores e pela equipe pedagógica os projetos coletivos que serão desenvolvidos ao longo do ano, com definição de cronograma das atividades que primam pelo desenvolvimento integral do aluno, ampliando e aprimorando não só o conteúdo acadêmico, mas também os valores relacionados à sua formação cidadã. A seguir, evidencia-se a frequência dos pais nas reuniões bimestrais e no colegiado na escola alvo de nossa pesquisa.

2.3.3 A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS NA EEPOC

A participação da família é essencial para o crescimento escolar dos filhos em cooperação com os educadores. A EEPOFC é composta por um quadro de docentes capacitados e abertos às melhorias de funcionamento da instituição, porém não dispõe de estratégias eficazes para envolver as famílias em seus eventos e reuniões, utilizando apenas de comunicados escritos que, muitas vezes, podem nem chegar até os responsáveis, deixando evidências de que, entre escola e família, existe uma ligação pouco explorada e uma comunicação institucional deficiente.

A partir de dados levantados nos registros escolares, especificamente nas reuniões de entrega de notas e nas atas do Colegiado Escolar, percebeu-se a falta de participação dos pais e/ou responsáveis, como é visto no Quadro 8, que estrutura o número de participantes das reuniões do primeiro bimestre do ano de 2018.

Quadro 8 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 1º Bimestre

(continua)

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 1º Bimestre do Ensino Médio realizada em 22/05/2018			
	Série/Turma (Neste ano as turmas receberam nomes de países)	Total de alunos matriculados	Total de Pais/ Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	1º Ano Espanha - sede	31	09	29,0%
	1º Ano Dinamarca - sede	27	14	51,8%
	1º Ano Inglaterra - sede	30	16	53,3%
	1º Ano Marrocos – anexo S.J.	39	25	64,1%
	1º Ano Nigéria – anexo B.G.	29	10	34,4%
	2º Ano Rússia – sede	29	14	48,2%
	2º Ano Portugal - sede	25	08	32,0%
	2º Ano França - sede	31	13	41,9%
	2º Ano Costa Rica – anexo S.J.	23	12	52,1%

Quadro 8 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 1º Bimestre

(conclusão)

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 1º Bimestre do Ensino Médio realizada em 22/05/2018			
	Série/Turma (Neste ano as turmas receberam nomes de países)	Total de alunos matriculados	Total de Pais/ Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	2º Ano Islândia – anexo B.G.	19	08	42,1%
	3º Ano Alemanha - sede	30	06	20,0%
	3º Ano Argentina - sede	25	05	20,0%
	3º Ano Austrália - sede	27	09	33,3%
	3º Ano Polônia - anexo S.J.	18	09	50,0%
	3º Ano Uruguai – anexo B.G.	31	18	58,0%
	Total:	414	168	40,5%

Fonte: Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (2018a).

Embora haja antecedência, de cinco a oito dias, na divulgação das reuniões, mesmo havendo nova publicação a dois dias da culminância desse tipo de evento, ainda assim percebe-se uma pouca constância na participação dos pais. Presume-se percentual de participação um pouco maior nas turmas da zona rural, nos prédios coabitados, em cujas dependências funcionam os dois anexos, conforme registrados nas atas de reuniões.

No Quadro 9, apresentam-se os resultados da participação de pais no segundo bimestre de 2018.

Quadro 9 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 2º Bimestre

(continua)

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 2º Bimestre do Ensino Médio realizada em 09/08/2018			
	Série/Turma (Neste ano as turmas receberam nomes de países)	Total de alunos matriculados	Total de Pais/ Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	1º Ano Espanha – sede	31	10	32,2%
	1º Ano Dinamarca – sede	25	11	44,0%

Quadro 9 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 2º Bimestre

(conclusão)

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 2º Bimestre do Ensino Médio realizada em 09/08/2018			
	Série/Turma (Neste ano as turmas receberam nomes de países)	Total de alunos matriculados	Total de Pais/Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	1º Ano Inglaterra – sede	30	12	40,0%
	1º Ano Marrocos – anexo S.J.	39	25	64,1
	1º Ano Nigéria – anexo B.G.	29	10	34,4
	2º Ano Rússia – sede	29	18	62,0
	2º Ano Portugal – sede	24	08	33,3
	2º Ano França – sede	29	11	37,9
	2º Ano Costa Rica - anexo S.J.	23	12	52,1
	2º Ano Islândia – anexo B.G.	19	08	42,1
	3º Ano Alemanha – sede	30	04	13,3
	3º Ano Argentina – sede	23	03	13,0
	3º Ano Austrália – sede	27	09	33,3
	3º Ano Polônia – anexo S.J.	18	09	50,0
	3º Ano Uruguai – anexo B.G.	31	18	58,0
	Total:	407	168	41,2

Fonte: Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (2018b).

Os dados do Quadro 10 revelam que, embora tenha ocorrido uma queda na participação geral das reuniões, algumas turmas dos anexos continuaram com melhores índices de participação em detrimento das turmas da sede.

Quadro 10 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 3º Bimestre

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 3º Bimestre do Ensino Médio realizada em 11/10/2018			
	Turma	Total de alunos matriculados	Total de Pais/ Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	1º Ano Espanha - sede	31	12	38,7
	1º Ano Dinamarca - sede	25	08	32,0
	1º Ano Inglaterra - sede	30	10	33,3
	1º Ano Marrocos – anexo S.J.	37	17	45,9
	1º Ano Nigéria – anexo B.G.	29	05	17,2
	2º Ano Rússia - sede	29	18	62,0
	2º Ano Portugal - sede	24	06	25,0
	2º Ano França - sede	29	14	48,2
	2º Ano Costa Rica - anexo S.J.	23	11	47,8
	2º Ano Islândia – anexo B.G.	19	05	26,3
	3º Ano Alemanha - sede	30	07	23,3
	3º Ano Argentina - sede	23	10	43,4
	3º Ano Austrália - sede	27	13	48,1
	3º Ano Polônia – anexo S.J.	18	10	55,5
	3º Ano Uruguai – anexo B.G.	31	13	41,9
		Total:	405	159

Fonte: Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (2018c).

Com os dados apresentados no Quadro 11, é possível verificar que, com o decorrer do ano letivo, o percentual de participação dos responsáveis nas reuniões de pais foram diminuindo, apresentando-se, no 1º bimestre, média de 40,5 %; no 2º bimestre, 41,2%; 3º (terceiro) bimestre, 39,2%; e no 4º (quarto) bimestre, 33,0% de participação nas reuniões.

Quadro 11 – Percentual de frequência na reunião de responsáveis – Escola da Sede e Anexos São Joaquim (S.J) e Brejo Grande (B.G) no 4º Bimestre

Ano	Reunião de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 4º Bimestre do Ensino Médio realizada em 20/12/2018			
	Série/Turma (Neste ano as turmas receberam nomes de países)	Total de alunos matriculados	Total de Pais/Responsáveis presentes	Percentual de Comparecimento
2018	1º Ano Espanha - sede	31	11	35,4
	1º Ano Dinamarca - sede	25	08	32,0
	1º Ano Inglaterra - sede	30	10	33,3
	1º Ano Marrocos – anexo S.J.	37	13	35,1
	1º Ano Nigéria – anexo B.G.	29	08	27,5
	2º Ano Rússia - sede	28	09	32,1
	2º Ano Portugal - sede	24	09	37,5
	2º Ano França - sede	29	13	44,8
	2º Ano Costa Rica - anexo S.J.	23	10	43,4
	2º Ano Islândia – anexo B.G.	19	10	52,6
	3º Ano Alemanha - sede	29	05	17,2
	3º Ano Argentina - sede	23	06	26,0
	3º Ano Austrália - sede	27	06	22,2
	3º Ano Polônia – anexo S.J.	18	05	27,7
	3º Ano Uruguai – anexo B.G.	31	10	32,2
	Total:	403	133	33,0

Fonte: Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (2018d).

Conforme apresentado nos Quadros 8, 9, 10 e 11, a média de participação de pais e/ou responsáveis nas reuniões bimestrais varia de 13% a 64%, resultando numa média de pouco mais de 40% de participação no 1º semestre/2018 e de 36% de participação no 2º semestre/2018.

Durante interação com a equipe pedagógica e professores, e por meio da vivência no cotidiano da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa como Diretor, percebeu-se a insatisfação dos educadores no que se refere à participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Nas turmas do Ensino Médio, é possível notar a mínima participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Sob esse viés, os professores sempre reclamam que “os pais dos alunos que mais precisam não comparecem nas reuniões”. No 1º (primeiro) bimestre de 2018, dos 414 alunos de 15 turmas do Ensino Médio, apenas 40,5% compareceram à reunião bimestral; já na reunião de pais do 2º bimestre, esse percentual apresentou pequena alteração ao atingir 41,2% de presença, em relação ao quantitativo de alunos por turma, fator que demonstra a falta de participação dos responsáveis na vida escolar dos educandos.

Outro aspecto a ser considerado na participação escola/família diz respeito ao Colegiado Escolar. Na Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa, da qual trata este estudo, de acordo com o artigo 14, da aludida Resolução SEE/MG nº 2.958/2016, o colegiado deve ser formado por doze membros titulares e doze membros suplentes, uma vez que esta escola possui o quantitativo de alunos prescrito no referido artigo para totalidade de membros (MINAS GERAIS, 2016).

Observa-se que, dos doze membros eleitos como titulares, quatro deles atuaram pelo segundo mandato consecutivo, sendo dois representantes de professores e dois representantes de pais reeleitos, tornando evidente a ausência de envolvimento dos demais sujeitos nesse órgão. O processo de votação é realizado, simultaneamente, na escola-sede e nas escolas dos anexos, sendo importante salientar que, nestes, durante as últimas eleições, não houve representatividade nos seguimentos de alunos e de pais, sob alegação do difícil acesso, uma vez que as reuniões geralmente acontecem na sede da escola. Vale ressaltar que, mesmo com três endereços distintos, a escola conta com apenas um colegiado escolar. A representação está exposta no Quadro 12.

Quadro 12 – Total de votos na Eleição para os membros do colegiado escolar ano/2016

Categoria	Quantidade de votos
Magistério	50
Administrativo	19
Pais e/ou responsáveis	55
Alunos	386

Fonte: Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa (2016).

A composição obedeceu à seguinte ordem: 4 titulares e 4 suplentes para a categoria “Docente”; 2 titulares e 2 suplentes para representantes do setor “Administrativo”; 2 titulares e 2 suplentes para comunidade atendida; e, por fim, no segmento “estudante”, os alunos escolhidos foram 4 titulares 4 suplentes. Esse colegiado tomou posse em 31/05/2016 para um mandato de 3 anos, conforme Ata nº 08/2016, constante no livro de ata de reuniões do colegiado escolar (ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA, 2016).

Assim, esta pesquisa visa a identificar de que maneira a gestão da Escola Prefeito Odílio Fernandes Costa pode melhorar a participação de pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar, identificar e analisar as possíveis causas da não participação, e propor estratégias de implementação para melhorar esse aspecto. Está claro que o envio de convites para as reuniões não está sendo suficiente para a participação dos responsáveis, pois muitos estudantes não entregam os bilhetes e muitos que recebem não comparecem. Dessa forma, novas estratégias serão necessárias para melhorar essa deficiência.

3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA E TEÓRICA: ANÁLISE DO CASO

No contexto educacional do município de Santo Antônio do Retiro, a participação das famílias de alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar da EEPOFC tem se mostrado insatisfatória por parte dos docentes e equipe gestora. Diante de tal insatisfação, elencamos como questão de pesquisa: De qual maneira a gestão da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa pode melhorar a participação de pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar?

Pautado nessa questão, este capítulo foi desenvolvido com a finalidade de desenhar a trajetória da pesquisa (Percurso Metodológico) e as opções e estratégias para a realização da pesquisa de campo. A segunda seção apresenta uma leitura mais teórica e aprofundada sobre os problemas da participação da família de alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar, valendo-se de autores de relevância no assunto, como Picanço (2012), Crepaldi (2017), Freire (1996), Pires (2017), Maimoni e Ribeiro (2006), Passos (2014), Souza (2009) e Diogo (1998). Alguns eixos centrais de análise ajudarão a compreender e considerar o problema exposto: Família, suporte vital para o ser humano, e Participação da Família no Processo de Aprendizagem, e como isso ajuda no processo ensino/aprendizagem, e apresenta de forma sucinta a importância da gestão democrática. A terceira seção apresenta os resultados que foram coletados por meio das entrevistas com pais e professores. A seguir apresentamos o percurso metodológico da pesquisa ¹.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Ressaltamos que esta dissertação é um estudo de caso com abordagem qualitativa. Godoy (1995) afirma que o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos. Godoy (1995) ainda diz que, pela perspectiva qualitativa, permite-

¹ Esclarecemos ao leitor que diferentemente do feito usualmente nos trabalhos do PPGP optamos pela apresentação do referencial metodológico como primeira seção do capítulo analítico. Isso decorre de termos adotado para o presente estudo uma caracterização dos referenciais teóricos de “forma híbrida”, com alguns feitos anteriormente a aplicação da pesquisa de campo e outros surgindo a partir dos dados. Nesse sentido a discussão de família e participação familiar nos processos de ensino e aprendizagem foram teorias a priori e a de gestão democrática surgiu mediante os dados da pesquisa de campo.

se que um fenômeno possa ser mais bem compreendido no contexto, possibilitando uma aproximação do fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas.

Para este estudo de caso, utilizamos como instrumentos de pesquisa o estudo bibliográfico, a análise documental e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Segundo Gil (1994, p. 48), “[...] o estudo bibliográfico é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos nos mais variados temas e abordagens”. Em conformidade com Medeiros (2006), tal abordagem se baseia em um tipo de pesquisa que visa responder a um problema com a utilização de material bibliográfico, estudos, análises científicas que, por conseguinte, passaram pelo crivo da Ciência para serem apresentados à sociedade. Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre um determinado assunto, mas propicia exame do tema sob novo enfoque ou abordagem, o que favorece conclusões inovadoras. Diante dessas considerações, podemos entender que a pesquisa documental teve como objetivo apontar a regulamentação, as diretrizes e os textos relacionados à participação da família de alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar. Conforme apontado por Gil (1994):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 1994, p. 51).

Lakatos e Marconi (2003, p.78) explicam que “[...] os documentos como fontes de pesquisa revelam-se como fontes ricas e estáveis, podendo ser consultadas várias vezes, o que serve para complementar informações obtidas por meio de outras técnicas”. Destacamos que a etapa de pesquisa documental, com levantamentos de dados da participação da família, encontra-se principalmente no capítulo 2 da presente dissertação. O intuito desse levantamento, em conjunto com as determinações legais da participação e integração das relações da escola e família, visa a apresentar as evidências do caso de gestão. Após esse primeiro movimento de pesquisa e sua sistematização, estabelecemos a segunda fase da pesquisa, sendo marcada pela pesquisa de campo com as entrevistas semiestruturadas.

Já a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações sobre determinado assunto ou problema. De acordo com Minayo (2010, p.10):

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

Percebemos existirem diferentes tipos de entrevista, e a que melhor se adequou a este estudo foi a semiestruturada, conforme relatado por Minayo (2010, p.34), ela “[...] combina perguntas fechadas e abertas; nesse tipo de entrevista o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada”.

Para Prodanov (2013, p.237), a entrevista " [...] consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação". Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. Ela é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

No caso desse estudo, elaborou-se um Roteiro de Entrevista (Apêndice A e B), no qual foram formuladas perguntas aos professores e pais para direcionar o diálogo a fim de conhecer os possíveis motivos da pouca participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da EEPOFC.

Inicialmente realizaríamos as entrevistas com os professores e pais e/ou responsáveis pessoalmente. Entretanto, modificamos sua aplicação para os meios de comunicação virtual, devido à situação de isolamento social em que o mundo está vivendo atualmente (2020), ocasionada pela Pandemia da *Corona Virus Disease*¹ (COVID-19)². Para haver a interação entre as pessoas, utilizamos recursos como a ligação telefônica e por WhatsApp, gravando a conversa com entrevistados. Ressaltamos que explicamos aos diferentes sujeitos sobre o registro das conversas. Dessa maneira, os diálogos foram feitos de pesquisa sem infringirmos as normas de segurança contra o COVID-19, ficando protegidos da transmissão da doença o entrevistador e os entrevistados, ao mesmo tempo em que seguimos os protocolos de isolamento social determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro de 2019 (OMS, 2020).

Devido à doença, a educação brasileira teve que adaptar suas metodologias. O estudo, em maioria, foi adaptado à modalidade remota. O ano é considerado atípico e desafiador à educação mundial.

Visamos a estabelecer esse diálogo por meio da entrevista semiestruturada com as partes envolvidas na participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio da EEPOFC, e escolhemos os seguintes sujeitos de pesquisa: 12 pais de alunos e 12 professores.

Da amostra de 12 pais, formaram-se dois grandes grupos: 6 pais que participam das reuniões e 6 que não participam. Os pais foram definidos de acordo com a seguinte percepção: 4 da Sede (2 que participam e 2 que não participam), 4 do Anexo de São Joaquim (2 que participam e 2 que não participam) e 4 do Anexo Brejo Grande (2 que participam e 2 que não participam). Para categorizar as respostas dos pais, no decorrer do texto, iremos nos referir de acordo com o Quadro 13.

Quadro 13 – Referência no texto em relação aos pais

Pai/ Responsável	Referência no texto.
Pai frequente da Sede 1	PFS1
Pai frequente da Sede 2	PFS2
Pai ausente da Sede 1	PAS1
Pai ausente da Sede 2	PAS2
Pai frequente do Anexo São Joaquim 1	PFASJ1
Pai frequente do Anexo São Joaquim 2	PFASJ2
Pai ausente do Anexo São Joaquim 1	PAASJ1
Pai ausente do Anexo São Joaquim 2	PAASJ2
Pai frequente do Anexo Brejo Grande 1	PFANBG1
Pai frequente do Anexo Brejo Grande 2	PFANBG2
Pai ausente do Anexo Brejo Grande 1	PAANBG1
Pai ausente do Anexo Brejo Grande 2	PAANBG2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Salientamos que a participação aconteceu de forma voluntária, e as entrevistas foram realizadas em dias variados para garantir a participação de todos os sujeitos. A faixa etária dos entrevistados variou entre 30 e 50 anos, o que ajudou a traçar o perfil dos entrevistados, bem como a formação acadêmica deles. Podem-se verificar sujeitos não escolarizados, outros com o Ensino Fundamental incompleto e outros com o nível superior. Dentre as profissões, visualizamos as mais variadas: de trabalhadores rurais a professores.

Já para a amostra de 12 professores, a divisão foi a seguinte: 1 professor de cada área de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) para

cada endereço da escola (Sede, Anexo São Joaquim e Anexo Brejo Grande), o que está exposto no Quadro 14.

Quadro 14 – Referência no texto em relação aos professores

Professor	Referência no texto.
Professor de Linguagens Sede	PLS
Professor de Matemática Sede	PMS
Professor de Ciências da Natureza Sede	PCNS
Professor de Ciências Humanas Sede	PCHS
Professor de Linguagens Anexo São Joaquim	PLSJ
Professor de Matemática Anexo São Joaquim	PMSJ
Professor de Ciências da Natureza Anexo São Joaquim	PCNSJ
Professor de Ciências Humanas Anexo São Joaquim	PCHSJ
Professor de Linguagens Anexo Brejo Grande	PLBG
Professor de Matemática Anexo Brejo Grande	PMBG
Professor de Ciências da Natureza Anexo Brejo Grande	PCNBG
Professor de Ciências Humanas Anexo Brejo Grande	PCHBG

Fonte: Elaborado pelo autor.

Baseando-se nesses elementos, o instrumento de pesquisa utilizado tem por objetivo analisar a percepção dos pais e responsáveis sobre a instituição escolar, mapeando a importância da educação, como professores e pais percebem as relações entre a instituição e os pais, como a escola tem objetivado as relações de aprendizagem e como a gestão escolar tem fomentando ou não as relações entre a escola e família, bem como as discussões sobre participação nas decisões da escola, o que será apresentado nas seções seguintes.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em busca da ampliação do conhecimento acerca de conceitos, legislações, objetivos, metodologias e argumentos sobre as práticas de gestão que contribuem para a maior participação da família na escola, nesta seção apresentam-se as principais abordagens sobre o assunto tratado, baseando-se em obras de autores de relevância como Picanço (2012), Crepaldi (2017), Freire (1996), Pires (2017), Maimoni e Ribeiro (2006), Passos (2014), Souza (2009), Diogo (1998), Lück (2010) e Bordenave (1994). Esses autores dedicaram suas pesquisas em analisar fatores que contribuem para a compreensão das relações entre família e

escola na rede pública de ensino, portanto, ajudarão a compor os eixos de análise posteriormente, que serão vinculados ao problema e que ajudarão a pensar a proposta de intervenção.

A seguir, expõe-se breve explanação a respeito do ponto de vista dos autores em relação à temática abordada, ao mesmo tempo em que se realiza comparação entre seus principais apontamentos acerca do assunto, uma vez que é possível perceber certa concordância entre eles sobre os fatores que contribuem ou não para a melhoria da participação da família no ambiente escolar.

3.2.1 Família: suporte vital para o ser humano

A família é a primeira instituição de convivência do ser humano, propiciando o aprimoramento de experiências significativas que servirão como ensinamentos para a vida toda, servindo de base para a formação social do indivíduo.

Segundo Leandro (2001), a palavra “família” tem origem no vocábulo latino *famulus*, que significa servidor. O “Dicionário Aurélio” da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2003) apresenta o termo “família” correspondente a “um grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto” ou que estão “ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou, excepcionalmente, pela adoção”.

De acordo com a Resolução nº 27, de 24 de fevereiro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005, p.45), o conceito de família é:

O conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade. Caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além das relações afetivas.

Nesse prisma, a escola desempenha um papel fundamental quanto ao termo “educação”, pois ele tem um sentido abrangente. Fala-se em educação formal, educação informal, educação continuada, educação à distância, educação ambiental, educação sexual, entre outras. Sob o ponto de vista legal, a educação tem quase sempre sentido limitado. Na legislação anterior, era sinônimo de ensino, seja de ensino regular, seja de ensino supletivo.

A LDB/1996, estabeleceu os princípios e fins da educação nacional, apresentado em seu artigo 2º o seguinte:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.07).

Ao atribuir a responsabilidade da educação a família e ao Estado, o dispositivo legal retrata o artigo 205 da Constituição Federal e igualmente o faz ao abordar a dimensão tecnológica da educação: qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

As fontes de inspiração de educação são conquistas da humanidade, consagradas em estatutos universais como a declaração Americana dos direitos e deveres do homem, as várias constituições nacionais, e a atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). A finalidade da educação é a tríplice natureza, ainda segundo Carneiro (1998, p. 34):

O pleno desenvolvimento do educando- significa que a educação, como processo intencional deve contribuir para que o organismo psicológico do aprendiz se desenvolva numa trajetória harmoniosa e progressiva;

O preparo para o exercício da cidadania- o conceito de cidadania centra-se na condição básica de ser cidadão, isto é, titular de direitos e deveres a partir de uma condição universal;

Qualificação para o trabalho- a relação educação/trabalho deve ser entendida como a necessidade de fazer trabalho socialmente produtivo, um elemento gerador de dinâmica escolar.

Aprender, portanto, é conhecer e aprender a fazer. A liberação das potencialidades humanas é a condição prévia da educação. Esse alicerce de todo o processo de realização individual e coletiva não pode permanecer divorciado da educação. Sendo assim, percebe-se que família e escola são uma parceria que fortalece os alicerces de um ensino que potencializa os conhecimentos dos educandos.

Nessa mesma linha, Crepaldi (2017) assegura que “[...] a família representa o alicerce para que o indivíduo construa uma boa estrutura social, pois é dentro do espaço familiar que a criança determina os primeiros relacionamentos, que depois abrangerá a escola e, por fim, a sociedade”. Por isso, a participação da família na vida do indivíduo é de suma importância, é ela que servirá de modelo de relacionamentos para que, mais tarde, ele se relacione com outras pessoas.

Segundo Diogo (1998, p.37):

A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos

destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os fatos do quotidiano individual recebem o seu significado.

Em meio à família, as crianças, adolescentes e jovens recebem instruções básicas de relacionamentos psicossociais, inspiram-se em exemplos e influências socioculturais. Dessa forma, Crepaldi (2017) assevera que “[...] à família cabe a transmissão de normas, ética, valores, ideais, e crenças que marcam a sociedade”. No campo da educação brasileira, observa-se a dificuldade encontrada pelos (as) gestores (as) de escolas em estabelecer parceria entre o espaço escolar e a família dos (as) alunos (as). Frequentemente, pode-se notar que a maioria dos (as) educadores (as) reclamam da pouca ou nenhuma demonstração de interesse da família em participar do cotidiano escolar do filho. Dessa forma, o tema torna-se objeto passível de estudo, a fim de se verificar o porquê dessa falta de participação, uma vez que a presença familiar é tão importante para o desenvolvimento de qualquer cidadão em idade escolar. No entanto, às vezes as escolas não estão abertas à participação das famílias. Isso precisa ser ponderado e analisado mais profundamente à luz das leis que respaldam e asseguram esse direito à família, pois nem todas as escolas querem as famílias participando, opinando em busca de uma gestão democrática.

A participação da família na escola está assegurada na LDB/1996 no art. 12, inc. VI e VII, que, ao tratar das incumbências dos estabelecimentos de ensino, propõe:

Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a influência e o rendimento dos alunos, bem como a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL, 1996, p.15).

No que se refere Vieira (2005, p.45):

A comunidade tem sido chamada mais vezes a escola para ocupar espaço do que para participar. Se a comunidade não percebe uma abertura, torna-se mais difícil a sua comunicação com a escola e, conseqüentemente, a participação dos pais por receio torna-se mais inviável. Nessa articulação, o professor possui um papel de elo nesta importante tarefa, no sentido de colaborar com as atividades de articulação entre a escola e a família, Isso porque, o mesmo lida diretamente com os alunos, possuindo mais proximidade com os pais das crianças, e a preparação dos professores para um trabalho com a família é uma necessidade do nosso tempo para trazer os pais como ativos aliados do processo educativo.

Uma família que acompanha a vida dos filhos tem mais vez para opinar em assuntos da escola, principalmente se for a respeito da aprendizagem dos filhos: estamos falando aqui de uma gestão democrática. Segundo Vieira (2005, p. 36):

Cada sistema de ensino deverá definir quais serão as normas que orientarão o tipo de gestão, de acordo com as suas possibilidades, tendo como um dos princípios básicos a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. A LDB não institui o Conselho Escolar, apenas sugere alternativas de gestão colegiada, sendo uma forma de garantir a participação dos diversos segmentos escolares, inclusive dos pais dos alunos. Quando a escola possui uma gestão democrática e adota a figura de um conselho participativo, onde todos têm direitos e deveres, o processo educativo se torna mais consistente, isso porque todos percebem que a escola pode ser um local de representação da comunidade.

Nesse horizonte, convém ressaltar o quanto é legítima a participação das famílias e seu engajamento, ainda que as mais comprometidas sejam minoria, mesmo assim têm a capacidade de influenciar o restante da comunidade e de mudar a escola, estabelecendo-se uma relação duradoura.

No entanto, uma das questões que podem interferir nas discussões e participações das famílias nas escolas é a forma como a gestão tem adotado e utilizado técnicas de envolvimento para com eles. Nesse sentido, Jesus (2019) destaca em sua pesquisa de mestrado uma elevação do número da participação de pais e/ou responsáveis a partir de consultas feitas sobre o melhor dia e horário de reuniões. A partir de sua experiência profissional, o autor destaca ter sido uma atitude que promoveu um aumento substancial na participação dos pais, pois ao comparar.

As listas de presença, constata-se um aumento, gradativo, na presença dos pais nas reuniões. Na primeira reunião, ocorrida em 19 de fevereiro de 2008, dos 325 pais, registra-se a presença de 107. Enquanto que na primeira reunião letiva do ano de 2009 dos 318 pais, houve a presença de 261. Um dos fatores que chamaram a atenção que, segundo o registro escolar, houve uma consulta aos pais sobre o melhor horário para as reuniões e foi apresentado que os encontros deveriam ocorrer no período noturno. (JESUS, 2019, p. 60) ³.

Além das questões pertinentes às singularidades dos pais e/ou responsáveis, para a sua frequência é necessário que a instituição atente para o novo o padrão familiar. Souza (2009) diz que:

O antigo padrão familiar, antes constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo comando centrava-se no patriarca e/ou matriarca, deixa de existir e em seu lugar surgem novas composições familiares. Ou seja, famílias constituídas sob as mais variadas formas, desde as mais simples, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais oriundos de outros relacionamentos, até famílias

³ A elevação de participação dos sujeitos na reunião, Segundo Jesus (2019), concentra-se nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Sabemos que a discussão empreendida por ele possui um corte etário diverso do proposto no estudo da EEPOFC, porém, nossa intenção aqui reside em mostrar como ao ouvir os anseios e possibilidades dos pais para a frequência a escola podem modificar percepções de envolvimento e, talvez, possa ser aplicada também ao Ensino Médio.

compostas por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas famílias. Constituídas de forma diferente, mas famílias. (SOUZA, 2009, p. 12).

Pires (2017) aponta que essa nova realidade precisa ser vista com cuidado, para que que não sejam taxadas as “novas famílias” como desestruturadas. Ao se observar de maneira cautelosa, é possível perceber a enorme capacidade de mudança e de adaptação às transformações econômicas, sociais e culturais mais amplas, bem como sua persistente relevância. Assim, a escola precisa estar atenta a como se portar e como lidar com esses elementos, proporcionando a diversidade de sujeitos que compõem a instituição de forma que se sintam acolhidos e bem recebidos. A gestão assume, nesse caso, ponto fundamental em proporcionar dentro da escola um ambiente no qual a variabilidade de perfis seja abarcada dentro dos seus pressupostos educacionais.

Sabe-se que as mudanças nas famílias ocorrem tanto por fatores sociais como econômicos. Os fatores que influenciam nessas alterações são, por exemplo: evolução das tecnologias e meios de comunicação; inserção da mulher no mercado de trabalho; e, em outros aspectos importantes da sociedade, como política e economia, problemas relacionados à moradia e à saúde financeira; ampliação do número de divórcios, entre outros. A escola, não sendo um elemento estranho aos grupos nos quais seus alunos estão inseridos, com suas condições precisa entender e articular seus processos, atentando-se para os seus fatores contextuais e singulares, efetivando os processos educacionais marcados pela pluralidade humana.

Para Picanço (2012, p.45) aponta alguns fatores que atualmente atingem e condicionam a estrutura familiar:

- A *horizontalização da comunicação* entre as pessoas, que hoje caracteriza as sociedades modernas favorecendo a relação entre membros da mesma geração e desfavorecendo a produzida verticalmente de uma geração para a seguinte;
- A *administração do tempo* que jamais se fará do mesmo modo das gerações que nos antecederam, pois, o tempo familiar é alternado não só com o tempo de trabalho como também com os tempos de lazer e formação;
- O *trabalho* e a consagração de igualdade entre o homem e a mulher que origina grandes transformações na existência, formação, vivência e até dissoluções familiares passando a existir uma maior partilha das responsabilidades familiares, designadamente no que se refere à educação dos filhos e à orientação e desempenho das atividades domésticas;
- Os *fatores demográficos* como a queda da nupcial idade, fecundidade e crescimento natural, o aumento dos nascimentos fora do casamento, o retardamento do nascimento do primeiro filho e diminuição da dimensão média das famílias, o aumento da esperança de vida e da taxa de dependência dos idosos, têm vindo a provocar adaptações importantes no desenvolvimento da instituição familiar.

É importante ressaltar que o fator “administração do tempo” pode levar a diferentes frequências de participação física, mas não necessariamente pais ausentes. Sendo assim, ao refletir sobre a citação supracitada, entende-se que a interação da família com a escola é um sonho almejado por grande parte de todos que trabalham no contexto educacional, independentemente da etapa de ensino, mas lidar com as famílias é lidar com a diversidade, pois existem famílias que têm uma base estruturada, famílias passando por crises, entre outras. Família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, pois quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito.

Mesmo com todas as mudanças apresentadas pelo arranjo familiar ao longo dos anos, a relação de vínculos afetivos entre os integrantes é no que se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Como nos diz Souza (2009, p. 14):

[...] um ambiente familiar estável e afetivo parece contribuir de forma positiva para o bom desempenho escolar do aluno. Um lar deficiente, mal estruturado social e economicamente, tende a favorecer o mau desempenho escolar das crianças. Sabe-se que, quando algo não vai bem ao ambiente familiar, o escolar será também de certa forma afetado.

Tal afirmativa nos leva a problematizar a questão da administração do tempo de Picanço (2012), que deve ser entendida, pois isso demanda da escola novas organizações sociais e, por consequência, escolares. A família é a base na formação do indivíduo, pois é o ambiente referencial e responsável pela formação de valores, entre outras coisas, ou seja, podemos definir família como um conjunto de parentes por consanguinidade ou por afinidade; descendência, linhagem, estirpe; conjunto de pessoas da mesma seita, fé, sistema, profissão, etc. Esse é o significado de família que o dicionário Aurélio nos mostra. Podemos perceber que, no ambiente familiar, as pessoas também se unem por amor, pela situação financeira e pela sobrevivência. Segundo Nobre (1987), família é:

[...] um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade. (NOBRE, 1987, p. 119).

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo como ser social, ou seja, a educação começa em casa com os pais, e a escola é apenas um complemento que irá aperfeiçoá-la. Dessa forma, podemos dizer que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p. 111).

A família deve transmitir segurança para a criança, incentivando-a desde o nascimento a gostar de aprender através de brincadeiras lúdicas, lendo histórias infantis, e muito diálogo sobre assuntos do interesse da criança. Segundo Falcão (2007, p.07):

[...] a Família foi perdendo seus principais atributos, de tal forma e com tanta rapidez que se chegou a proclamar o seu fim. Atualmente, observasse que não existe um modelo tradicional de família, mas apenas uma estruturação familiar e que dentre essa nova realidade, pode-se incluir pais que trabalham por uma necessidade de sustentar família e os que deixaram de estudar antes mesmo de ser alfabetizado, o que dificulta a participação desejada no desenvolvimento escolar do filho.

Escolher a escola que esteja adequada para os filhos acaba se tornando um desafio para os pais, pois estes devem estar atentos ao projeto educativo e ao perfil disciplinar da instituição, o que auxilia a optar por aquela cujos valores e embasamento mais se assemelhem aos da família em termos de exigências, posturas, visão de mundo. Conhecer os diferenciais da escola e os profissionais que irão trabalhar com seu filho torna-se essencial para se avaliar a escola.

A educação acaba se tornando um processo social:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Muitos pais usam como argumento de sua ausência na vida dos filhos a falta de tempo e, para compensar o tempo perdido, quando estão juntos, deixam os filhos fazerem tudo que querem, sem nenhuma cobrança de responsabilidade. Tiba (2007) afirma que o tempo que os pais ficam com seus filhos deveria reforçar a educação dada por eles. Oliveira (1999), por sua vez, alerta que se deve compensar de forma educativa o tempo que estiver ausente.

Quando um indivíduo adota, por exemplo, os mesmos valores organizacionais e comunga o conhecimento transmitido pela organização, ele é recompensado de diversas maneiras: o elogio afetuoso, a recompensa valiosa ou o alívio de ter escapado ao castigo. (OLIVEIRA, 1999, p.77).

Isso significa que os filhos se espelham no reflexo dos pais, que devem tomar consciência que suas atitudes influenciam de forma positiva ou negativa na vida de seus filhos.

É com essa pluralidade e essa heterogeneidade de tipologias e modelos de família que a escola se relaciona. Reconhecendo a complexidade que caracteriza essa relação, Souza (2009, p. 6) informa que:

[...] os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade e negar este fato é agir fora da realidade, pois as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afeta também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola.

Numa sociedade multicultural, altamente competitiva, exigente e seletiva como a atual, que evolui continuamente de forma dinâmica, e na qual se inscreve a ação educativa, construída por influência de contextos vários, cabe à escola a responsabilidade de se multiplicar em estratégias e ações, reinventando-se permanentemente, a fim de contribuir para o desenvolvimento dos discentes em suas competências essenciais, com vista à sua promoção pessoal, emocional, social e profissional.

A escola precisa estar atenta a como se porta frente a esses elementos, mas cultivando uma relação com a família. Precisa observar e não culpar muito a família por todos os pontos, pois a escola é o local onde o indivíduo irá entender regras, exercer a cidadania, formar e aperfeiçoar valores, sofrer experiências, ter um trabalho pedagógico mais formalizado, etc. Na escola acontecem nossas primeiras experiências de desvendar a plenitude que o mundo nos oferece, e é onde passamos a maior parte do nosso tempo também.

A escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, ela tem a obrigação de prestar conta de seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos, mas não é apenas a escola que educa. A sociedade também tem uma parcela de contribuição nesse processo, com as mais variadas manifestações culturais que exercem, de algum modo, influência sobre o ser humano (HEIDRICH, 2009, p.25).

É muito importante que a escola tenha uma proposta pedagógica coerente e que atenda com qualidade seus alunos. Toda escola deve ter um projeto pedagógico traçado dentro dos parâmetros educativos que auxiliam no desenvolvimento do indivíduo. A Lei de Diretrizes e Bases diz que a escola deve vincular-se ao mercado de trabalho e à vida social, fazendo assim

com que a educação escolar prepare o estudante para a vida e que o inspire princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana.

Segundo Tiba (1996, p. 121), “Cada aluno traz dentro de si sua própria dinâmica familiar, isto é, seus próprios valores (em relação a comportamento, disciplina, limites, autoridades, etc.) cada um têm suas características psicológicas pessoais”.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se observar que o caráter e a personalidade de cada criança são formados desde sua infância, no berço familiar e no seio escolar, sendo que a escola oferece um grau maior de socialização, pois a partir dela que a criança começa a conviver com outras crianças e a experimentar um ambiente novo, com regras e conceitos, um lugar para formar pensadores.

Segundo Moraes (1997, p. 209), “A paz e a solidariedade, harmonia é alguma coisa que se aprende sim na escola, e a escola é profundamente responsável por isso, não através dos conteúdos que ela cria para pessoas e principalmente para as crianças”. Isso quer dizer que tanto a família como escola devem estar ajudando o aluno a adquirir, a entender e a participar socialmente e politicamente dos problemas de sua comunidade: somente assim se conseguirá construir uma sociedade mais igualitária e mais democrática.

3.2.2 Participação da Família no Processo de Aprendizagem

Uma instituição social muito importante no sustento da educação é a família. A união entre família e escola exerce um papel fundamental para o desempenho escolar favorável e de qualidade, como nos pontua Picanço (2012, p. 15), “[...] a família e a escola são os principais contextos do desenvolvimento humano”. Ao ingressar na escola, Crepaldi (2017, p.68) aponta que a criança “[...] já traz experiências que adquiriu em seu ambiente familiar, as quais a auxiliaram na formação do seu ‘eu’ em relação ao meio. Esse processo é determinante para o seu desenvolvimento”.

É muito importante que família e escola se unam na criação de uma “aliança” com vista a conseguirem auxiliar educadores e, conseqüentemente, alunos, de maneira que eles consigam se tornar cidadãos ativos e capazes de agir na sociedade dos dias atuais, considerando que Maimoni e Ribeiro (2006) constataram, em seus estudos, que os filhos são influenciados pelo comportamento dos pais no que se refere à importância que atribuem à escola.

Crepaldi (2017) reforça que a participação dos pais na vida do aluno é essencial, e quando se estende até a escola, transforma o processo de aprendizagem na extensão daquilo

que se iniciou no convívio familiar. Com essa participação dos pais no processo de aprendizagem, o aluno se torna mais confiante, uma vez que percebe que todos se interessam por ele, agregando-se, a isso, o amadurecimento adquirido pela compreensão acerca de suas dificuldades e de seus conhecimentos.

Nesse sentido, Picanço (2012) lembra que, ao longo do tempo, a relação escola-família foi sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, na qual era atribuído maior poder à escola e papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade, em que a colaboração estreita entre família e escola é desejável.

Pires (2017) ressalta que, quando a escola e a família vivenciam uma parceria para melhorar o conhecimento e a compreensão sobre os filhos e os alunos, conseqüentemente aumenta a capacidade de comunicação e de adequação das estratégias didáticas, o que eleva as chances de um trabalho escolar bem-sucedido. Nunes (1999 *apud* PÍCANÇO, 2012) reforça a necessidade de que as famílias devem receber contribuições de instituições adequadas, através de programas de informação e de formação, para orientá-las quanto à formação de hábitos, no desenvolvimento de atitudes que preparem, favoravelmente, a criança para a aprendizagem escolar e a apoiem ao longo da sua escolaridade.

Crepaldi (2017, p.15) enfatiza que “[...] criança que advém de uma família que valoriza a escola e mantém com esta um relacionamento cujo interesse é o ensino-aprendizagem, apresenta melhor desenvolvimento sócio cognitivo e aprende mais”, e conseqüentemente se tornará um jovem comprometido e interessado pelos assuntos escolares quando estiver cursando o Ensino Médio.

Nesse sentido, Pires (2017) salienta que não é fácil definir o papel dos pais na escola e no conjunto do sistema educacional. Eles têm dupla perspectiva de colaboração e de controle, tornam-se, assim, as primeiras referências no tocante à apreciação qualitativa dos resultados da educação, mas o grupo gestor das instituições escolares precisa orientá-los permanentemente.

Frente aos marcos legais, refletir sobre a participação da família na escola nos remete à garantia de diversas finalidades, tais como: o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o fortalecimento da gestão democrática da escola; o envolvimento da família nas condições de aprendizagem dos filhos; o estreitamento de laços entre comunidade e escola; o conhecimento da realidade do aluno; entre outras (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p.21).

Em sua pesquisa, que analisa as práticas de gestão escolar, Passos (2014) investigou uma escola que vem conseguindo transformar suas ações em resultados positivos, destacando-

se no desempenho dos alunos e na participação dos pais. Nesse estudo, constatou-se que o sucesso da escola se deve ao desenvolvimento de vários projetos, alguns oriundos da SEE/MG e da SRE e alguns do governo federal, além dos que foram criados pela própria escola, que vem adotando uma gestão participativa, que, de acordo com Machado (2013, p.45), “[...] uma das características da gestão participativa é estimular a participação do maior número de pessoas possível no processo”.

Para Crepaldi (2017, p.14), “[...] participar é estar presente em todos os eventos realizados na escola; cobrar seus direitos; ter deveres para com a escola e a criança; participar até nas decisões do que é melhor para a escola”. Souza (2009, p.204) enfatiza que:

[...] a presença da família na escola contribui muito no intuito de a escola conhecer melhor seus alunos e com aqueles que lhes são próximos, e podem, desse modo, inteirar-se das suas necessidades. Assim, todos serão capazes de reconhecer e avaliar qual o melhor procedimento a ser tomado frente a problemas que envolvem os alunos.

Ou seja, é preciso conhecer e dialogar com os pais, compreender a realidade de vida das pessoas que se relacionam diretamente com seus educandos.

Ainda no mesmo estudo, Passos (2014, p.78) concluiu que “[...]a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos muitas vezes se deve à má comunicação, pelo fato de os professores não conhecerem as famílias e elas não saberem como funciona a escola dos filhos [...]”. Somam-se a isso, o fato dos pais não serem incluídos no planejamento pedagógico, não entenderem as estratégias da escola e não saberem o que se espera deles (nesse sentido, é imprescindível ouvi-los para identificar o que podem oferecer); a perda de interesse dos pais na vida escolar dos filhos a partir do 6º ano, fazendo com que o aluno se sinta perdido.

Ainda no que tange à importância da boa comunicação, Crepaldi (2017, p.67) relata que “[...] a integração da escola com a família e de toda a comunidade, por meio de diálogos, é fundamental, uma vez que a escola é compreendida como um elemento de mediação entre o aluno e a família”.

É comum professores terem por base outra percepção sobre o aluno do que a própria família que, em muitos casos, surpreende-se ao ser convidada a comparecer na escola para ouvir certos comentários em relação ao filho. A atividade do professor é complexa, carregada de conflitos e exige posturas éticas e políticas.

Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não

escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos. (CREPALDI, 2017, p. 13).

Tardiff (2010, p. 149) explana que a complexidade de ser professor não está somente em “ser professor”, mas sim em ser “profissional-pessoa”, e ter a sensibilidade de perceber que o ser humano está inserido no mundo complexo, onde a cultura, a razão, o afeto e a vida em sociedade podem conduzir os diversos caminhos da existência e, por meio dessa trajetória, estará se constituindo.

Freire (1996, p. 145) comenta que a educação não pode ser compreendida “[...] como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos”. Ao contrário, estes elementos, tão essenciais, devem ser extravasados.

A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Sendo assim, Crepaldi (2017) reforça que essa relação deve ter como ponto de partida a própria escola, visto que os pais têm pouco ou nenhum conhecimento sobre características de desenvolvimento cognitivo, psíquico e tampouco entendem como se realiza a aprendizagem, por isso a dificuldade em participar da vida dos filhos.

3.2.3 Gestão democrática e participativa

A Gestão Escolar é extremamente importante na transformação da instituição escolar para que se atenda às atuais exigências sociais de uma sociedade democrática. Por este motivo, torna-se indispensável que os gestores, enquanto responsáveis pela liderança escolar, não atuem como meros administradores escolares, pois o termo gestão vai além da administração. A administração escolar é uma forma de atuação restrita às ações mais burocráticas, enquanto a concepção de gestão escolar extrapola as tarefas metódicas, abrangendo uma motivação coletiva, na qual a postura do gestor é de agente transformador.

Conforme é mostrado por Lück (2010, p.37):

Gestão é o trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva.

Assim, compreendemos que a Gestão é o ato de gerir, ou seja, realizar ações que conduzam à realização dos objetivos e metas propostas. Abrange dimensões de trabalho pedagógico, político, financeiro, administrativo e também humano, dispondo de atribuições abrangentes para a mobilização coletiva da comunidade escolar.

Segundo Menezes (2006, p.15), o conceito de gestão escolar participativa:

[...] foi criado para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar. Foi constituído a partir dos movimentos de abertura política do país, que começaram a promover novos conceitos e valores, associados, sobretudo à ideias de autonomia escolar, à participação da sociedade e da comunidade, à criação de escolas comunitárias, cooperativas e associativas e ao fomento às associações de pais. Assim, no âmbito da gestão escolar, o estabelecimento de ensino passou a ser entendido como um sistema aberto, com uma cultura e identidade própria, capaz de reagir com eficácia às solicitações dos contextos locais em que se inserem.

Para haver gestão democrática faz-se necessário a participação efetiva de todos os envolvidos no processo escolar, como professores, especialistas, demais funcionários, pais e alunos. Essa parceria entre o gestor e a comunidade escolar, na qual todos podem se mobilizar e participar das tomadas de decisões da escola, é chamada de gestão democrática e participativa. Segundo Castro et al (2012, p. 29), “[...] etimologicamente a palavra participação origina-se do latim *participatio* (*pars + in + actio*) que significa ter parte na ação. Para ter parte na ação é necessário ter acesso ao agir e às decisões que orientam o agir”. Ela pode ser entendida como governo do povo, e abarca os diferentes segmentos que compõem um grupo social ou nação e trata-se do envolvimento do grupo pensando o agir e o executando para o alcance comum das metas definidas coletivamente, sentindo-se parte do processo educacional.

Segundo os estudos de Libâneo (2004, p.112):

[...] a participação é o principal instrumento para a garantia da gestão democrática da escola, posto que ela viabiliza o comprometimento dos profissionais da educação e do público atendido pela escola no processo de tomada de decisões, bem como o adequado funcionamento da organização escolar.

Esse elemento transita e está posto dentro das preocupações escolares ao ouvir e estabelecer as bases de entendimento. Existem evidências de que o aprofundamento teórico sobre a gestão participativa possibilita maior integração entre escola e a comunidade, e que essa integração é realizada através do colegiado, como órgão representativo dos anseios da sociedade e da comunidade escolar, sendo, portanto, integrante da base da formação dos conselheiros escolares

Quando Bordenave (1994, p.16) diz que “[...] a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde [...]”, fica claro que, ao abrir o espaço para a participação da comunidade, esta última acaba tendo responsabilidade com a tomada de decisões iniciadas pela escola, possibilitando que todos os membros, sejam eles pais ou funcionários, sintam-se importantes no fazer da educação, abrangendo novas metas.

Bordenave (1994, p.11) enfatiza que, “[...] como nenhum homem é uma ilha e desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado as formas históricas que a vida social foi tomando”. Para o mesmo autor,

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. (BORDENAVE, 1994, p.16).

Assim, não há participação sem autonomia, uma vez que o conceito de participação se fundamenta justamente no de autonomia, pois esta opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão. Nesse sentido, seria o gestor, então, um dos maiores responsáveis por propiciar à sua comunidade escolar (pais, professores, funcionários) um ambiente participativo e democrático de forma deliberativa e efetiva.

Sobre isso, Lück (2009, p. 22) diz que:

Os gestores escolares, constituídos em uma equipe de gestão, são os profissionais responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. Para tanto, cabe-lhes promover a abertura da escola e de seus profissionais para os bens culturais da sociedade e para sua comunidade. Sobretudo devem zelar pela constituição de uma cultura escolar proativa e empreendedora capaz de assumir com autonomia a resolução e o encaminhamento adequado de suas problemáticas cotidianas, utilizando-as como circunstâncias de desenvolvimento e aprendizagem profissional. (LÜCK, 2009, p. 22)

Segundo Lück (2009, p. 69), “[...] o gestor deve liderar e garantir a atuação democrática efetiva e participativa dos conselhos escolares e de classe, grêmios estudantis entre outros colegiados educacionais”. Observa-se que os desafios apresentados ao gestor ao assumir tal função abarcam: designar a visão de conjunto associada a cooperação; promover um clima de confiança; valorizar as capacidades e aptidões dos participantes em associar

esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços; estabelecer demanda de trabalho centrada nas ideias e não em pessoas; e desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto. Enquanto líder desse processo, o gestor adota o desafio de consolidar a proposta de gestão democrática-participativa como princípio inerente a sua função.

A respeito disso, Brose (2001) afirma que participar vai muito além de “estar presente”, ou seja, significa “tomar parte” no processo, emitir opinião, concordar/discordar. Enfim, significa “se sentir parte de”, não apenas estando em algo, mas interferindo no processo de tomada de decisão nas organizações às quais se pertence sobre as condições de sua vida e na construção dos caminhos de sua transformação.

Conforme Bordenave (1994, p. 46) “Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. Dessa forma, entende-se que é preciso demonstrar aos pais e familiares a importância e os benefícios de sua presença na vida escolar dos filhos. Da mesma maneira, são necessárias aos sujeitos internos da escola (gestores, docentes e demais funcionários da instituição) a conscientização e a integração com os pais e/ou responsáveis.

Oliveira (2017, p.112) diz que:

Cabe à escola exercer o papel de instrução e conscientização da família a respeito de sua importância na vida acadêmica de seus filhos. Por isso, quando a escola não investe em ações voltadas para a presença da família na escola, esse fato é somado com os diversos outros motivos relacionados à ausência dos pais no que diz respeito ao acompanhamento escolar, sendo o aluno o maior prejudicado.

Sendo assim, a relação escola família é uma via de mão dupla. Ao passo que é importante a participação da família dentro do ambiente de aprendizagem e é sabido que isso reflete positivamente, da mesma maneira a escola tem o dever de estar aberta a esse elemento, fomentando e buscando resolver o problema. Muitas vezes o problema não está somente na não participação da família, mas também no que essa escola possibilita de espaços para os pais.

A próxima seção trata de analisar, por meio de uma visão crítica/construtiva, as entrevistas, e propõe uma discussão dos resultados em busca de entender o porquê da baixa participação das famílias na vida escolar dos alunos do Ensino Médio Da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa e, assim, poder subsidiar estratégias para a melhoria da participação da família no capítulo III.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contempla a análise dos resultados das entrevistas realizadas com professores e pais de alunos matriculados na escola. A fim de melhor apresentar e discutir os resultados da pesquisa de campo, ela foi organizada em três pontos de análises. A primeira versa a respeito da gestão democrática e da participação da família na escola. Na segunda, faremos uma discussão sobre as questões de tempo e espaços, atentando-se para as questões demográficas e sociais dos sujeitos investigados. A terceira apresenta a relação das famílias nos processos de ensino-aprendizagem a fim de compreender a participação delas na vida escolar dos alunos. A partir desse conjunto, os instrumentos de pesquisa buscaram obter informações dos dois segmentos escolares, pais e professores, sobre suas percepções acerca da participação da família na escola.

3.3.1 Análise da gestão democrática

A gestão democrática constitui-se a partir do entendimento da participação dos sujeitos na vida escolar, promovendo o compartilhamento de responsabilidades e distribuição de tarefas que fortalecem a autonomia institucional. Uma leitura complementar diz-nos que a gestão democrática também nos traz elementos de entendimento das diversidades no interior das escolas. Por conseguinte, a escola deve ser entendida como instituição social capaz de promover um ambiente onde exista a busca por novos caminhos que avancem na direção de uma escola eficiente, aberta à diversidade e ao diálogo.

Para Picanço (2012), sendo a escola um espaço privilegiado de participação, construção e execução coletiva de projetos, é salutar discutir como isso está ocorrendo no seu interior. Nesta perspectiva, é de suma importância refletir e debater sobre a participação da comunidade escolar no processo de construção e vivências da gestão democrática.

Já para Crepaldi (2017, p.69):

A democratização da gestão escolar (...) supõe a participação da comunidade em suas decisões, podendo ocorrer através de órgãos colegiados e instituições auxiliares de ensino. (...) O gestor torna-se um líder eficaz quando valoriza o trabalho dos indivíduos, estimula o ambiente e acredita no potencial de sua equipe e de seus auxiliares.

Dessa maneira, a democracia pressupõe participação, mas pressupõe também a discussão de público diverso na sua singularidade, acerca disso, faz um alerta ao afirmar que

no conceito da igualdade material ocorre uma espécie de discriminação inclusiva: tratam-se os “diferentes” de forma diferente para garantir que eles tenham as mesmas condições de acesso a serviços básicos que a outra parcela da população menos prejudicada. Remetemos, neste ponto, à citação de Santos (2003) quando nos diz que

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p.56).

Assim, para iniciar as discussões e apresentar os resultados das entrevistas com os pais e professores, é importante afirmar que buscamos entender as particularidades de cada um, contextualizando o estudo sobre o tema participação da família na escola, devido à variedade de públicos apresentada na categorização dos sujeitos. Nesse sentido, o presente estudo selecionou um conjunto de respostas, na busca de entender a problemática levantada. A primeira pergunta apresentada tinha o objetivo de questionar aos pais de que maneira a instituição os convida para participar da vida escolar dos filhos. Obtivemos as seguintes respostas:

Bom, sempre fui chamada através de bilhetes, por ligações, e assim por reuniões, através do colegiado, tem uma boa comunicação entre os pais infelizmente muitos pais não comparecem, mas as divulgações são feitas e eu acho bacana (PPS1, entrevista concedida em 22/04/2020).

Através de bilhetes, mensagens, WhatsApp. (PPS2, entrevista concedida em 24/04/2020).

Através de convites né, que minha filha leva da escola, e por ai alguns pais às vezes leva o convite até a gente e ai a gente vai ficando sabendo. (PAS1, entrevista concedida em 24/04/2020).

Então, devido eu trabalhar sempre, quando eles me mandam a notificação, e eu moro distante, sempre a minha mãe que vai ter que comparecer, então fica um pouco meio que difícil de eu sempre está presente nas reuniões, mas sempre que posso eu ligo e passo a saber do que se trata e por que motivo daquela reunião. Por telefone ou Whatsapp. (PAS2, entrevista concedida em 24/04/2020).

As falas selecionadas acima demonstram as variadas formas de convite à participação nas tomadas de decisão da escola. Apresenta desde o colegiado da escola, que realiza contato com os pais, até mesmo a utilização dos recursos tecnológicos existentes nas localidades. Cabe ressaltar que, na atualidade, as comunicações via WhatsApp são uma das formas de convites mais utilizadas nas novas configurações da escola analisada. O aplicativo de mensagens tem proporcionado novas formas de interação com os pais, tem possibilitado

acompanhar mais imediatamente as demandas e as multiplicidades dos sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem. Cabe observar, no entanto, algo que chama a atenção: alguns pais, quando convidados, afirmam ter dificuldades em comparecer às reuniões por diferentes motivos, dentre eles o fator geográfico (a distância entre a casa e a escola), mas, mesmo assim, tentam participar da vida escolar do filho, pois veem a escolarização como algo importante para o desenvolvimento da sua criança. Entendemos dessa maneira que, considerando-se as particularidades, há uma estreita relação entre a escola e a família, mesmo que não sejam sempre presenciais. Segundo Crepaldi (2017), família e escola devem se configurar como partes indissociáveis dessa rede.

Cabe ressaltar, sobre cada família, que a maneira diferente de participar da vida escolar do educando deve ser considerada e a gestão deve estar atenta a esse elemento, pois deve considerar os são sujeitos em seus tempos e espaços em articulação com suas demandas. Dessa maneira, a relação entre família e escola deve ser vista como uma das prioridades da gestão escolar. Sobre isso, percebemos nas discussões de Crepaldi (2017) a necessidade de se chamar a família para participar da vida escolar dos filhos. Deve-se considerar, no entanto, que devido às demandas atuais, como rotinas de trabalho, afazeres domésticos e distanciamentos territoriais entre residência e escola, pode-se obter pouca participação física das famílias aos eventos escolares. Isso coloca a necessidade da escola utilizar novas posturas e criar oportunidades, tempos e espaços para atender a esse público ausente fisicamente. Percebe-se através dos relatos dos pais que a comunicação existe e vai além do convite e da ligação telefônica. Cabe ainda ressaltar a necessidade da utilização de novas formas de participação considerando-se a disponibilidade da família, como conversas formais e presenciais agendadas; conversas informais via telefone ou aplicativos de comunicação; projetos alternativos nos fins de semana ou em feriados; ou seja, o gestor precisa ter uma postura aberta à comunidade e buscar ampliar as estratégias de aproximação.

É importante ainda salientar que as falas dos pais demonstram, considerando-se cada contexto, que são participativos. Há de se adequar às novas formas de interação entre família e escola. São essas posturas ditas novas, que fogem ao modelo tradicional de participação, que precisam ser absorvidas. Se a escola, enquanto instituição pública, não acompanhar a evolução da sociedade, não conseguirá uma parceria efetiva com os pais. Tem-se que considerar-lhes o contexto, a vivência, a necessidade e o anseio.

Isso nos leva a refletir que, quando a família é convocada a participar da vida do aluno, na visão de Oliveira (2017), a escola deve oportunizar formas para que essa participação seja mais efetiva, pois o gestor precisa levar em consideração que temos uma rede de sujeitos que

possuem particularidades das mais diversas (geográfica, social, histórica e cultural), que devem ser consideradas para que a gestão democrática se concretize.

Com base nas respostas elencadas acima, percebe-se que é necessário pensar na multiplicidade de formas de diálogo e interação entre a escola e a família. Essa é uma tarefa complexa para os gestores, mas que deve ser pensada visando às multiplicidades de sujeitos existentes. O gestor deve estar atento às variedades constitutivas da escola e como elas podem ser pensadas dentro da instituição para o estabelecimento dos momentos de convocação e debate entre os sujeitos (PICANÇO, 2012).

Para melhor compreensão do estudo, é importante apresentar também a visão dos professores, para saber de que forma a escola busca envolver a comunidade em seu cotidiano. Por conseguinte, obteve-se a seguinte afirmação de um dos docentes:

Apesar das dificuldades encontradas para manter esta relação comunidade/escola. A escola tem proporcionado parceria por meio de palestras, conscientização. Envia mensagens de texto informando sobre os horários de reuniões bimestrais. Divulga os eventos por meio de Facebook, WhatsApp ou também pelos tradicionais comunicados escritos. Organiza jogos recreativos em datas comemorativas. (PCNMG, entrevista concedida em 23/04/2020).

Ao analisar a fala do professor, percebe-se que existe uma fragilidade de ações em tentar efetivar a parceria da escola com a família. Isso se nota novamente na seguinte afirmação de outro professor: “Através de apresentações de teatros, de trabalhos desenvolvidos pelos nossos alunos professores e também pela direção da escola e em reuniões bimestrais para apresentar a vida escolar dos nossos alunos”. (PMS, entrevista concedida em 23/04/2020).

Se analisarmos as falas dos professores, perceberemos que as ações que buscam envolver a comunidade no cotidiano da escola são ainda tradicionais. Cabe salientar que não se buscam culpados nesse cenário, mas soluções que visem democratizar as tomadas de decisões da escola.

Ao interpretarmos as entrevistas, percebemos que, na visão dos professores, eles fazem o seu melhor, juntamente com a gestão para atrair a família à escola. Se compararmos, entretanto, as falas dos docentes às dos pais, percebemos uma lacuna: a forma como os pais participam não se assemelha à que a escola deseja. Percebemos a necessidade de a educação primar pela dialogicidade.

Continuando a discussão, apresentou-se outra pergunta, que tinha como objetivo saber como os pais acompanham a vida escolar dos seus filhos. As respostas foram as seguintes:

Eu ligo, mando mensagens, tanto para os professores dele para ficar sabendo né ou até mesmo para escola ou para o aluno que é meu filho. (PAS2 entrevista concedida em 24/04/2020).

Comparecendo nas reuniões né, visitando a sala de aula, além disso sempre verifico as atividades em casa. (PFASJ1 entrevista concedida em 24/04/2020).

Observam-se, nas falas acima, duas visões de acompanhamento da vida escolar dos filhos. Em primeiro momento, temos um entrevistado que afirma acompanhar por meio de mensagens aos membros da escola ou pelo filho. O que se percebe na visão do entrevistado é que ele tem uma forma de participar da vida escolar do filho. No entanto, ao apontar os meios usados por ele, percebe-se que existe uma lacuna entre participação efetiva e participação subjetiva. A primeira dessas participações coloca em cena os pais frequentes ao ambiente escolar e aqueles que participam de outros momentos e formas. Nesse cenário, por exemplo, a participação efetiva acontece de maneira mais tradicional, pela constante presença das famílias nas escolas, que participam, cobram, ajudam e, acima, de tudo estão engajadas no processo ensino/aprendizagem dos educandos. Já na subjetiva, o sujeito é concebido como um indivíduo que adota posições próprias, atuando conscientemente, responsabilizando-se por seu comportamento e comprometendo-se com as emoções e as ideias que compõem a sua produção de sentidos nos diversos espaços sociais em que se insere. Essas diferentes formas de participação podem ser entendidas na diferença, considerando-se os fatores sociológicos e até mesmos geográficos. Nesse sentido, a escola se coloca como uma mediadora de possibilidades de interação dos pais e dessas diferentes formas de ir à escola (ALMEIDA, 2014).

Uma pergunta lançada para se compreender os aspectos de uma gestão democrática no âmbito da escola em estudo tinha como objetivo entender e propor ações que melhorem as expectativas dos pais em relação à escola. Nesse prisma, quando os professores foram indagados sobre de qual maneira a gestão chama os pais para pensar e contribuir com os processos da escola, um deles afirmou:

Através de reuniões convites para assistir apresentações dos alunos comemoração da família. E também convidando a comunidade para contribuir com o PPP, itinerário e também para que eles possam opinar sobre como a gestão pode melhorar em algo para escola e convidar a participar de indicação para o colegiado e outras coisas também que são realizadas na escola (PMS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Com base na fala do professor, evidencia-se que a escola busca a participação da família no contexto escolar, uma vez que ela não pode se omitir e precisa apresentar ações

eficazes que vão ao encontro das reais vivências dos pais, considerando as suas características regionais, culturais e históricas. Para isso acontecer de fato, precisa-se da opinião dos próprios pais e de suas impressões sobre suas vivências e a escola.

Ainda acerca da visão docente, os professores criam momentos em que a família é convidada a participar das tomadas de decisões da escola. Cabe considerar, aqui, a indagação de Bordenave (1994). Ele deixa claro que a escola precisa propor ações que vão ao encontro dos aspectos sociais de uma comunidade. É imprescindível que ela crie pontos para a participação coletiva dos pais em uma gestão, só assim ela será realmente democrática. Sobre isso, percebe-se que, na visão do entrevistado, a escola busca essa parceria, mas ela precisa olhar além de seus muros para, assim, propor parcerias que contemplem, de fato, os sujeitos em seu contexto social.

Outra visão apresentada é notada na fala do professor PLS, quando questionado sobre de qual maneira a gestão os chama para pensar e contribuir com os processos da escola:

A instituição se preocupa muito com a boa relação com a comunidade, por isso há sempre comunicados via avisos impressos que são levados pelos alunos, mensagens em redes sociais e em igrejas e ligações telefônicas feitas muitas das vezes pelo professor coordenador da turma. (PLS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Ao analisar a fala do professor, percebemos que a escola procura manter a família informada e busca formas de interação. No entanto a gestão precisa entender os processos que circundam o contexto social dessas famílias e pontuar alguns aspectos que podem auxiliar e melhorar a efetiva parceria entre as instituições (família e escola). Isso implica em um olhar sociológico das condições familiares.

Para Leandro (2001), observa-se um olhar voltado para a sociologia, e isso revela que a escola deve trabalhar focando no caráter relacional e institucional da vida humana, que implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos na escola, mas também dos espaços sociais em que essas relações são produzidas.

Com efeito, a subjetividade das famílias no contexto educacional constitui-se mutuamente no plano individual (subjetividade individual) e no plano social (subjetividade social) em que as famílias estão inseridas. A escola deve proporcionar ações que valorizem essa subjetividade e criar estratégias para que a parceria entre escola e família ocorra da melhor forma possível.

Na sequência desse questionamento, buscamos compreender como a escola se atenta para as diversidades ocorridas. Tendo por base os momentos de interação, questionou-se como os pais são chamados a comparecer à escola. Obteve-se como respostas:

Sou aquela mãe bem chata sabe, eu costumo ir à escola, gosto de olhar os cadernos das crianças, converso bastante com eles e cobro mesmo porque os pais têm que cobrar né, não castigar, mas nós devemos cobrar porque é o futuro deles, e sempre estou indo na escola, chego de surpresa, as vezes fora de horário da reunião, então é isso, é participar mesmo da vida escolar **deles tanto aqui em casa quanto lá na escola.** (PFS1, entrevista concedida em 22/04/2020, grifo nossos).

A direção escolar, acho que deveria conhecer mais as nossas necessidades, ou seja, dificuldades, ou saber onde moramos, que muitas das vezes moram na roça, tem dificuldades de vim participar da reunião, é difícil as vezes né, de comparecer em todas as reuniões, mas assim mesmo com as dificuldades, estamos buscando sim, estamos prontos para resolver o que precisar de resolver na nossa escola ou do nosso filho. (PFASJ1, entrevista concedida em 24/04/2020, grifos nossos).

O meu motivo de eu não participar porque eu não dou muito bem de viajar, as vezes tem meu problema também, **que eu não dou bem de ficar assim com as pessoas que as vezes eu fico um pouco nervosa, mas não é nervoso assim que incomodado com as pessoas né,** é devido mesmo ao problema que eu tenho, porque eu não era assim antes, eu participava da escola, que nem eu tenho quatro filhos, eu tenho só dois que tão estudando agora né, ai tem minha filha mais velha e tudo, quando ela estudava, meus dois filhos mais velhos eu participava, ai depois os problemas foi ficando mais pior, mais atacado, ai hoje eu quase assim não tenho assim aquele, tenho vontade as vezes de participar de tudo mais fico mais assim, mais em casa, mas quando tem as reuniões que a gente recebe o convite pra participar ai o pai dele vai né “num” deixa de num ir não. Ele pode tá trabalhando, eu falo pra ele, não hoje você vai pra reunião, ele vai. **Por que o pai dele trabalha né, todo dia sozinho, porque eu não posso trabalhar aí sobre esses negócios da escola eu que fico prestando atenção.** (PAASJ1, entrevista concedida em 22/04/2020).

Um ponto para problematizar nessas falas diz respeito a entender as singularidades desses pais, como diz o segundo excerto. De acordo com o pai frequente do Anexo São Joaquim é fundamental que a gestão se atente para as singularidades geográficas e sociais da localização. Isso se assemelha à discussão pontuada por Picanço (2012) ao remeter os pontos de heterogeneidade de relações sociais. Segundo a autora, aspectos sociodemográficos, como novos arranjos sociais, tendem a provocar e mostrar à escola a necessidade de adaptações da instituição escolar. Em nossa percepção, podemos ampliar esse elemento representado pela mãe ausente do anexo São Joaquim. Em sua fala, ela nos diz ficar nervosa na “presença de pessoas” devido a problemas de saúde. Entretanto, ao analisarmos esses pontos, sem nos aprofundarmos em quais problemas que possui, ela deveria encontrar na escola, tal como seus filhos, um ambiente acolhedor e coeso, possibilitando que mesmo com questões médicas sentisse-se segura e representada.

A mesma mãe, durante a entrevista, pontuou-nos não saber ler e escrever, e pode ser que seu sentido de pertença e envolvimento com a escola estejam aliados a esses pontos, entendendo o local como um “lugar afastado” de si. Assim, cabe à gestão estar atenta a esse processo para efetivar a democracia na diversidade. A partir de Santos (2003), destacamos que, para as relações sociais de fato acontecerem dentro da escola, é necessário entender as diversidades existentes entre os membros e, assim, reverter os processos desiguais de participação.

Cabe destacar aqui uma característica da escola em estudo: ela tem três prédios, um na sede (na zona urbana) e dois anexos na zona rural; todos bem distantes entre si. Acerca disso, é preciso considerar as diferentes percepções dos pais a respeito do que é “participação” na vida escolar do filho. Com esse cenário sociocultural diverso, emerge à escola a necessidade de se adequar a cada público e atender-lhes consoantes às suas particularidades, garantindo-lhes, sobretudo, que as informações e os saberes necessários sejam-lhes consolidados.

Diante disso, os pais, os professores e os gestores precisam ter em mente que a construção da gestão democrática na escola perpassa por mudanças de comportamento de todos os membros da comunidade escolar. Deve-se, para tanto, deixar de lado o pensamento arcaico de que a escola é um aparelho burocrático do Estado. Sendo usuários da escola, os membros da comunidade escolar devem também ser parte integrante nas definições de metas e objetivos estabelecidos de forma coletiva e consensual, pois:

A gestão democrática deve estar impregnada por certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de criação de novos cursos ou novas turmas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não suficiente. Precisamos de métodos democráticos e efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho. (GADOTTI, 2004, p.36).

O que se percebe na visão do autor acima citado é que o trabalho focado em uma gestão democrática deve primar e pensar nas especificidades de cada pai, pois a gestão democrática demanda um olhar holístico sobre a comunidade escolar, bem como seus aspectos sociais, geográficos, históricos e culturais.

Com o objetivo de saber a opinião dos professores, indagou-se sobre de qual maneira a gestão chama os pais para pensar e contribuir com os processos da escola. Foram nos dadas as seguintes respostas:

A gestão atua de forma bem democrática, a todo momento chamando a atenção de cada um para este processo. Chamando a atenção para a gestão pedagógica que é um dos principais pilares e também nos chama a atenção para a gestão administrativa e a gestão financeira. Os pais também são chamados a todo momento para estar participando e tudo envolve a escola que se abre para a comunidade a partir do projeto político pedagógico até outros projetos, outras ações que são desenvolvidas dentro da escola, os pais, eles são chamados pela gestão escola para estar participando ativamente. (PLSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

Bom, a gestão escolar, ela promove reuniões e eventos. É como eu já falei anteriormente existe algumas estratégias como premiação para os alunos destaque, é uma forma bem interessante que eu acredito que chama um pouco atenção dos pais para essa questão de ter o seu filho premiado na escola, é uma forma de estar chamando os pais e chamando atenção de outros que também para ter vindo e observe mais a participação dos filhos dentro da escola e os próprios pais também tem esta participação que existe uma comunicação assim na escola. A escola busca fazer sempre através das redes sociais também tem essa busca por esta participação dos pais. (PCHS, entrevista concedida em 23/04/2020).

Ao observar as falas dos professores, percebe-se que, para esses sujeitos, a família é chamada a todo o momento a participar das tomadas de decisão e propõe ações que merecem destaque, como premiação para alunos, chamar para gestão pedagógica, entre outros. É importante, ao analisar as falas dos professores, entender como o mesmo assunto se processa, ou processou para os pais. Se analisarmos as falas dos professores, encontraremos discussão que nos mostra um olhar democrático da gestão com as famílias, mas na visão dos pais ainda existe uma discrepância sobre o que eles anseiam com o que se concretiza na prática.

Na visão dos pais, essa democracia não os atinge diretamente, pois afirmam que a escola deveria conhecer mais a realidade das famílias e, assim, criar estratégias para que a participação seja mais efetiva. Sendo assim, percebemos que a escola precisa repensar suas ações e adequá-las às reais necessidades e possibilidades das famílias. Se para os professores ocorre uma gestão democrática e para os pais existe um distanciamento, é preciso que os docentes consigam compreender a maneira de participação desses pais. Como isso pode acontecer? Não se trata de um trabalho fácil, pois, enquanto escola, precisamos olhar além das lentes pedagógicas e buscar um olhar social, contextualizado nas famílias que buscam na escola possibilidades de aprendizagens para seus filhos. Para isso, deve-se partir do ponto em que a escola deve questionar-se: qual contexto familiar a escola atende e de que forma podemos efetivar uma parceria que tenha sucesso e amenize o distanciamento entre a instituição e a família.

Na tentativa de responder a tal prerrogativa, outra questão levantada ao longo do estudo tinha como foco saber como os pais contribuem e/ou participam da vida escolar, e ainda conhecer de qual maneira a gestão os chama para pensar e contribuir com os processos da escola. Nesta questão obtivemos respostas como:

A direção sempre convida para participar de reuniões para entrega de boletins, para prestação de contas e participação em eventos que a escola desenvolve no decorrer do ano. (PFASJ2, entrevista concedida em 24/04/2020).

Eles chamam pra gente poder ir lá, pra poder tratar sobre o projeto, pra vê como é que os meninos tá na escola, se tá fazendo alguma coisa errada né, a gente tem que ir pra resolver. Ensinando eles como é que faz né, respeitar os professores, respeitar outros alunos também, respeitar a escola, porque a escola é de todos né, não quebrar, não bagunçar. (PAASJ1, entrevista concedida em 24/04/2020).

Nas respostas apresentadas acima, percebe-se que os pais são convidados a participar da vida escolar de seus filhos em diversos momentos: eventos, prestações de contas, projetos, entre outros, para saber da vida escolar dos alunos. Esse convite à participação é uma das ramificações da gestão democrática. No entanto, não basta que se tenha o convite, a escola, na figura do gestor, de sua equipe e dos diferentes sujeitos envolvidos em sua gestão e no processo educacional, precisa buscar estratégias eficazes para que essa participação se concretize. Para isso, precisa-se quebrar as barreiras de que a escola é uma instituição que somente chama a família para tratar de projetos, para falar sobre prestações de contas, para informar como estão os filhos na escola, ou seja, para “resolver algo”, como disse o entrevistado PAASJ1. É preciso ter um olhar de que a família não pode ser convidada somente para participar das tomadas de decisão, de assuntos burocráticos. Em outras palavras, é preciso entender que a família é a própria escola e que essa “escola” deve ser parceira na aprendizagem discente.

Um ponto importante da fala do PAASJ1 é que ele afirma que a escola é de todos. Isso nos remete a uma ideia de pertencimento ao local e às suas atividades. Sendo assim, convém salientar também que é necessário que a escola conheça as necessidades das famílias, bem como os mecanismos pertinentes à melhoria da qualidade da educação, o que deve ocorrer visando uma maior participação da família na escola. Pressupõe-se, portanto, que os gestores devem ser conhecedores da realidade sociocultural dos alunos que a escola atende e ainda devem ser capazes de contribuir com a sua experiência de vida prática-comunitária na formulação de políticas que atendam aos interesses da comunidade.

Na tentativa de entender como se processa a relação entre os pais e escola, se realmente existe uma relação próxima entre gestão escolar e os pais, perguntamos como classificariam a relação entre a gestão da escola e eles. Obtivemos respostas como:

É normal né. Pra mim é normal. É boa. Sempre é respeitado na escola também. A gente também respeita né os professores, o diretor, sempre que podem eles mandam um recado e chama a gente lá o que a gente pode fazer a gente faz. Então, eu acho muito bom no meu ponto de vista. (PAASJ1, entrevista concedida em 24/04/2020).

É muito bom né, quando tem reuniões todo mundo explica. Junta todo mundo e conversa, é muito bom né. A relação é saudável e boa. (PFANBG2, entrevista concedida em 24/04/2020).

As respostas apontaram que a relação da gestão com os pais é boa. Isso possibilita o diálogo entre esses sujeitos e amplia a perspectiva de um trabalho conjunto entre a família e a escola. Essa gestão democrática considera uma educação numa visão sociológica e busca sempre trazer a família para os debates de âmbito escolar.

Por ter uma boa relação com a família, a gestão escolar deve, de maneira eficaz, buscar parcerias com os pais de diversas maneiras. Krawczyk (2011) aponta que uma parceria efetiva se baseia na ação de criar espaços para a participação dos pais na comunidade. Essas ações diferenciadas criam um ambiente mais aproximado entre a escola e a família, e rompem, conseqüentemente, algumas barreiras, oportunizando um olhar de um ambiente de socialização, de trocas de conhecimento, e não de meramente uma instituição pautada em regras e ensinamentos desvinculados à realidade familiar.

Outra pergunta lançada propunha saber quais são as expectativas em relação ao que a escola pode proporcionar aos seus filhos. Obtivemos as seguintes respostas:

Muitas coisas boas, por exemplo: eles propõem curso para ajudar no Enem, outra coisa assim que os meninos precisam muito né pra passar nas provas assim né, eles ajudam muito os meninos, eles são muito educados. (PAANBG1, entrevista concedida em 24/04/2020).

Coisa boa né, espero tudo coisa boa pra mim, graças a Deus né, porque minhas menina é tudo inteligente né. Eu falo pra elas para ter cuidado né também, estando bem cuidadinha, elas também caça jeito de se cuidar. (PAANBG2, entrevista concedida em 24/04/2020).

É nítida a percepção dos pais de que a escola pode contribuir para o futuro dos filhos, pois afirmam que o espaço possibilita aprendizagens significativas. Observamos que a família percebe o valor da escola para a vida dos filhos. O que falta para se ter uma maior aproximação é a criação de canais que proporcionem aos pais uma participação mais efetiva e próxima da realidade que os circundam.

A próxima seção busca entender os tempos e espaços da participação dos pais na escola pesquisada, bem como os processos de interação entre a família e a escola, levando em consideração o tempo e o espaço que permeiam esses sujeitos.

3.3.2 Tempos e espaços de participação dos pais na escola pesquisada

A presente seção busca apresentar de forma concisa os tempos e os espaços de participação dos pais na escola pesquisada. Para isso, recorre-se, em primeiro momento, a Leandro (2001), autor que afirma que a escola é indispensável no processo de formação do cidadão e que não pode estar distante das questões que ocorrem no exterior dela e dos familiares. O envolvimento da família no contexto escolar tem como objetivo fundamental o desenvolvimento das crianças na escola e é também imprescindível para o crescimento da escola. A busca de harmonia entre família e escola deve ser constante, levando em consideração o sucesso educacional do educando, tendo como foco a formação de um indivíduo autônomo e crítico, capaz de exercer sua cidadania. Nesse sentido, segundo Menezes (2006, p.15), o conceito de gestão escolar pode nos ajudar a compreender as características necessárias à instituição, pois:

[...] foi criado para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar. Foi constituído a partir dos movimentos de abertura política do país, que começaram a promover novos conceitos e valores, associados, sobretudo à ideia de autonomia escolar, à participação da sociedade e da comunidade, à criação de escolas comunitárias, cooperativas e associativas e ao fomento às associações de pais. Assim, no âmbito da gestão escolar, o estabelecimento de ensino passou a ser entendido como um sistema aberto, com uma cultura e identidade própria, capaz de reagir com eficácia às solicitações dos contextos locais em que se inserem.

Com base na citação e nos estudos de Picanço (2012), a participação de pais e/ou responsáveis deve ser fomentada e com horizontalidade em seus objetivos. Sendo assim, é preciso analisar a percepção dos pais e professores sobre o relacionamento da escola com as famílias.

Para iniciar a discussão, foi lançada uma pergunta que objetivava saber há quanto tempo o professor trabalhava na escola, bem como o significado da escola para ele. Obtivemos como resposta:

E o que a escola representa para mim, é que eu vejo a escola muito mais de um emprego ou mesmo uma instituição de ensino. Onde eu estudei todo o Ensino Fundamental e parte do Ensino Médio aqui. Minha mãe foi funcionária e se aposentou como ASB, então esta Escola Prefeito Odílio, ela faz parte da minha vida. Foi onde eu vivi toda minha infância e parte da minha adolescência eu tenho muita alegria e muito orgulho de trabalhar aqui nessa escola. (PCHS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Observa-se que a participação na escola gera um senso de pertencimento, considerando-a como um ambiente familiar, em que podemos vivenciar a experiência de lidar com diversos comportamentos. Essa resposta possibilita entender uma relação de proximidade e satisfação do docente com a escola. Isso pode criar oportunidades e situações de como se pode ampliar e efetivar a participação dos pais nesse espaço. O entrevistado, anteriormente, já esteve do outro lado como estudante, e isso o possibilita ter um olhar crítico sobre as ações que se fazem necessárias à parceria entre as instituições.

O entrevistado percebe a escola como um universo de conhecimento em que, ao mesmo tempo em que ensinamos, também estamos aprendendo com os alunos, colegas de profissão e até mesmo com os responsáveis pelos educandos. Tal pensamento nos leva as ideias de Crepaldi (2017), pois para o autor a escola precisa criar possibilidades diversas de participação da família no contexto escolar. Isso implica em olhar o mundo ao redor, seu diverso contexto e forma de enxergar os sujeitos.

Ao dar seguimento ao estudo, apresentou-se outra pergunta, que tinha como objetivo conhecer de que forma a escola busca envolver a comunidade em seu cotidiano. Observa-se nas falas dos professores entrevistados que a comunidade é envolvida no processo ensino/aprendizagem em tempos e espaços muito específicos, como reuniões e projetos voltados para o cunho pedagógico. Esses momentos podem fomentar o combate à fragmentação de escola e comunidade, principalmente em cidades pequenas, como é o caso da escola em estudo.

Através de reuniões e projetos que muitas das vezes têm comunidade como convidada. (PLS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Através de apresentações de teatros, de trabalhos desenvolvidos pelos nossos alunos, professores e também pela direção da escola e em reuniões bimestrais para apresentar a vida escolar dos nossos alunos (PMS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Ainda pela fala da professora, nota-se que a gestão disponibiliza apenas alguns momentos de temporalidade para a participação dos pais nos processos escolares. No entanto, a instituição deveria ter, além desses momentos alternativos para contatar os pais. Os contatos telefônicos, por exemplo, seja via voz ou mensagens, são uma das alternativas. É possível, por este meio, pedir sugestões, oferecer apoio, demonstrar afeto. Outra forma de contato informal relatado pelos sujeitos da pesquisa consiste naquele realizado na rua, na padaria, na missa, no supermercado. Isso demonstra que, apesar de muitas vezes os pais dos jovens não estarem

presentes no cotidiano escolar, ainda buscam informações sobre a situação de seus filhos em ambientes extraescolares.

Acerca disso, Almeida (2014) observa que a escola, enquanto instituição de ensino, necessita buscar a parceria com as famílias, primando pelas multiplicidades de tempos e espaços, que devem ser avaliadas nos diversos contextos. Essas possibilidades criadas certamente possibilitarão à comunidade sentir um senso de pertencimento à escola. Essa integração tende a propiciar grandes momentos democráticos dentro do ambiente escolar.

Os pais, quando foram questionados sobre os motivos para sua participação ou não, e de qual maneira a gestão poderia contemplar suas especificidades, disseram que:

Eu gosto de saber sobre a vida escolar dos meus filhos e em geral não só dos meus filhos como de todos os alunos né, porque eu como mãe, então assim, eu vejo aquelas mães que não vão na reunião, aquele pai que não vai na reunião, aqueles responsáveis que não vão na reunião, as vezes por motivo assim que não possam ir porque está ocupado, as vezes por descuido mesmo, porque a gente sabe né, infelizmente tem isso, descuido, ou até mesmo a falta de conscientização porque tem alguns que pensam assim: ah meu filho tá na escola eu não preciso ir, e não é assim, é onde a gente tem que ir, tem que tá sabendo a vida escolar participar não só a vida do filho na casa como na escola também, porque ele passa mais tempo na escola na maioria das vezes né. (PFS1, entrevista concedida em 22/04/2020).

Percebe-se na fala do entrevistado uma interconexão entre escola e família. Autores como Castro (2009), Crepaldi (2017) e Picanço (2012) mostram os benefícios da participação da família no processo de ensino-aprendizagem. Para conseguir efetivar tal ação, porém, faz-se necessário que a instituição entenda que as famílias devam ser vistas por um prisma sociológico, como sujeitos que possuem tempos e espaços peculiares. É preciso, portanto, oferecer-lhes possibilidades de estarem presentes. Para Leandro (2001), a importância de proporcionar espaços de interação com as famílias deve ser entendida dentro das especificidades existentes na atualidade, considerando-se o tempo, o espaço e a localização dos sujeitos. O autor ainda aborda a necessidade de se atentar às especificidades de cada família, e talvez esse seja o ponto central para se alcançar o sucesso da interação entre as instituições.

Com base nessa percepção, visualizamos a seguinte resposta de um pai:

Muitas das vezes é falta de tempo da gente mesmo, enrola, geralmente nos dias das reuniões estou trabalhando, as vezes estou fora, nos afazeres de casa mesmo, a gente acaba enrolando e não indo. A gestão poderia perguntar os pais em quais dias e horários seria mais interessante fazer a reunião, então, avisar com antecedência o dia de reunião e eventos para planejarmos melhor e também marcar horários diferentes de reuniões por turma. (PAS1, entrevista concedida em 20/04/2020).

Quando o pai expõe, para se planejar melhor, que a gestão poderia perguntar para eles em quais dias e horários seria mais interessante fazer a reunião, bem como avisar com antecedência o dia dos eventos e também marcar horários diferentes de reuniões por turma, ele nos aponta a necessidade da equipe diretiva adequar as atividades de interação escolares às realidades familiares ou, ao menos, consultar as famílias. Assim, a proposta desse pai pode ser entendida como o ajuste dos encontros aos momentos previamente estabelecidos, considerando-se os fatores regionais, geográficos, culturais, históricos, temporais e sociais de cada pai. Se isso acontecer, de fato, haverá maior participação da família na escola.

Quando foi levantada a pergunta aos professores, com o intuito de saber como era a participação das famílias no cotidiano escolar dos jovens do Ensino Médio, obtivemos as seguintes respostas:

Considero através da observação durante estes anos que a participação é muito baixa, muitas vezes insuficiente pela quantidade de alunos que temos. (PLS, entrevista concedida em 20/04/2020).

Bom, eu acredito que uma boa parte acompanha em casa, ajudando com as tarefas e os trabalhos extraclasse, mas a grande maioria não participa muito nem das reuniões e existe uma parcela que a gente percebe que não sabe nem em que série, em que ano ou a turma do próprio filho. Então a participação, ela é um pouco falha ainda. Uma parte, além das reuniões acompanha em casa, mas eu acredito que uma grande parcela não acompanha não. (PCHS, entrevista concedida em 23/04/2020).

Percebe-se que a participação dos pais e responsáveis tem uma maior abrangência nos anos iniciais do ensino fundamental. Já do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio esta participação diminui a proporção de pais ou responsáveis que vão com frequência às reuniões na escola. Os números também refletem a complexidade do Ensino Médio, etapa em que os alunos matriculados vivem um momento de transição em suas vidas, então, desejam ter esta maior autonomia, estes alunos do Ensino Médio, mas ao mesmo tempo continuam precisando da confiança e orientação dos pais e de outros adultos. E aí a responsabilidade de agir, de criar esta ponte entre família/comunidade/escola não deve ficar somente nos ombros da escola. Mas isso não significa que não pode ser feito nada. Enquanto as condições ideais não estejam presentes, nós fazemos de tudo para estar chamando a atenção destes pais da importância que tem cada um neste processo de formação de cada um. Há muitas ações que podem ser tomadas também a partir da liderança do diretor que a gente vê que lidera muito bem, e o diretor neste papel central, nesta tarefa, mas não pode ser direcionada somente a ele, cabe aos funcionários a pessoas dos mais antigos aos mais novos precisam estar abertos a ouvir as famílias também. E necessitam entender o esforço que a escola realiza para o desenvolvimento de seus filhos. Só assim todos, com essa contrapartida, com essa participação será melhor e vamos dar o melhor para estes protagonistas que são os alunos. (PLSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

Diogo (1998) aponta em um de seus estudos a necessidade de a escola proporcionar momentos para a integração da família à escola, tendo uma visão holística das classes sociais para, assim, criar momentos de participação. Isso nos remete à ideia de apresentar oportunidades diversas de tempo e espaço para que esses pais possam efetivamente participar

da vida escolar dos filhos. Nessa perspectiva, o autor aponta para uma discussão: os pais são sujeitos com tempos e espaços únicos. Eles acompanham o filho à sua forma e em consonância às suas condições sociais. Cabe destacar que cada família possui visões de mundo diferentes e, portanto, o processo de acompanhamento da vida escolar é peculiar a cada instituição familiar. Eles são sujeitos que buscam, à sua maneira, fazer o melhor aos filhos. Cabe à escola, portanto, criar condições para que isso ocorra de forma mais democrática e efetiva possível no âmbito escolar.

Isso pode ser comprovado na fala do entrevistado PLS, que vê a necessidade de se repensar os tempos e os espaços diversos para a participação mais efetiva das famílias na escola. Acreditam da mesma forma o PCHS e o PLSJ, ao afirmarem que alguns pais veem a escola como algo importante para os seus filhos, que o que ela precisa é criar mecanismos para que essa parceria seja mais eficaz. Os professores veem a mesma necessidade. Logo, é preciso entender os fatores que norteiam o contexto dessas famílias, pois, para elas, o processo educacional é relevante à vida social do filho e, à sua maneira, contribuem com a escola no processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ressaltar a importância de a gestão escolar planejar, junto às famílias, os dias e os horários para reuniões e outros eventos. Assim, certamente, cria-se um ambiente democrático e os laços fortalecem-se entre escola e família, e efetiva-se a visão sociológica que perpassa o trabalho educacional.

Ao analisar as respostas dos professores, em uma visão geral, a participação da família se deve ao fato de a unidade escolar desenvolver ações que integrem a família a esse ambiente, pois a escola não é um elemento isolado dentro da comunidade, caracterizada por seus aspectos sociais. A família é elemento integrador entre a instituição e o aluno.

Para o professor PCHS, uma parcela das famílias acompanha o processo escolar dos filhos, outra não. Novamente, os docentes percebem que o problema da não participação familiar existe e é preciso criar estratégias para amenizar a situação. A solução pode estar na organização do trabalho em equipe e na delegação específicas de cada função. Afinal, a escola não é somente um lugar de aprendizagem, é também um lugar de socialização, onde a criança e o jovem aprendem a viver e a desenvolver-se no seio de uma coletividade, que tem como função fundamental favorecer sua inserção social e profissional.

As percepções das relações humanas hoje fazem-se necessárias e precisam ser contextualizadas no tempo e no espaço para se assegurar o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre a comunidade escolar à coletividade local, à associação de pais e mestres e, eventualmente, aos membros do colegiado escolar. Sendo assim, é fundamental que

a escola e seus professores entendam os diversos e diversificados espaços de participação utilizados pelas famílias. Leandro (2001) corrobora a ideia.

Na visão do PLSJ, é importante a interação da gestão com a família mostrando como esses pontos são integrados. Para ele, há uma necessidade de ouvir as famílias. No entanto, em alguns momentos, é colocado que os pais são chamados a participar, mas não vão à escola. Isso não significa que fiquem às margens dos processos educacionais. Se não vão à escola, é necessário que a escola pense em como se mobilizar para eles estarem atentos às singularidades educacionais, independente de frequência em reunião. Há de se considerar os outros espaços e momentos de participação para os pais participarem da vida escolar dos filhos de formas diferentes. Eles apresentam outras formas de participação e de interação que a escola deve considerar para as tomadas de decisões.

A partir das respostas dos pais e dos professores, notamos que a escola precisa se atentar mais às questões sociais, ver melhor como esse público da escola é constituído para pensar como eles podem ser integrados. A partir disso, encontramos ressonância com Pires (2017) ao defender que:

A escola precisa estar atenta a como se portar e lidar com esses elementos proporcionando a diversidade de sujeitos que compõem a instituição de forma que se sintam acolhidos e bem recebidos. A gestão assume, nesse caso, ponto fundamental em proporcionar dentro da escola um ambiente no qual a variabilidade de perfis seja alcançados dentro dos seus pressupostos educacionais (PIRES, 2017, p. 56)

Apesar de Pires (2017) dizer tais aspectos de diversidade, ele coloca em cena, em sua leitura, não somente os pontos sociais e históricos de modificações familiares, mas sobretudo entender ainda os setores historicamente afastados da instituição, como aparece nas falas dos sujeitos. É necessário se atentar para essas questões de comunicação, pois para Paro (2007, p. 48):

A comunicação eficiente entre família e a escola está muito distante da realidade atual, e que os valores importantes no que diz respeito ao ensino ficam prejudicados nesse tipo de relação. [...] A falta de iniciativa dos educadores contribui de maneira significativa para este quadro. Para ele, os docentes deixam a desejar nas atitudes, além de haver escassez de trabalho em conjunto com a família dos alunos.

A escola precisa se adequar às demandas da atualidade. Precisa-se criar iniciativas que contribuam significativamente para melhorar esse quadro. Se por um lado a escola possui o papel de educar para a sociedade, ela deve entender para que a sociedade se educa. Isso nos leva a refletir se as ações da escola em estudo estão contribuindo para melhorar a participação

dos pais e aproximando-os. O que fica evidente é a necessidade de uma gestão que trabalhe e proporcione diversos espaços e tempos às famílias, afinal a escola é a comunidade e chamá-la para participar efetivamente nas tomadas de decisão é o caminho correto a percorrer para se ter uma parceria eficaz entre escola e família.

Como a gestão é fundamental na aproximação entre escola e família, faz-se necessário entender que ela é responsável por ter uma visão global e criar estratégias de ações interligadas. Sobre esse aspecto, Lück (2006) afirma que:

A gestão escolar constitui, portanto, uma área importantíssima da educação, pois, por meio dela se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto, buscando abranger pela orientação com visão estratégica e ações interligadas tal como em rede, pontos de atenção que funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente reforçando-se reciprocamente (LÜCK, 2006, p.5).

Observa-se, na citação supracitada, a importância de se reforçar a reciprocidade, pois por meio dela o gestor consegue ter uma visão global do contexto educacional em que está inserido, e pode levar em consideração os diversos fatores que contemplam as famílias, entre eles os ligados a aspectos geográficos, históricos e sociais. Isso possibilita ao gestor entender e propor uma melhor forma de gestão escolar. O que se percebe nas respostas dos pais, juntamente com as dos professores, é que as relações familiares, laborais e escolares devem ser pensadas dentro da perspectiva da coletividade e que a gestão deve atentar-se e pensar possibilidades de atendê-la.

Outra pergunta tinha como objetivo saber de qual maneira a gestão poderia contemplar as especificidades dos pais para o atendimento escolar. A resposta que abrange uma visão global em relação aos demais foi:

Eu acredito assim, é o que vem sempre, como eu já falei lá atrás né, na estadual, é ouvindo sugestões nossas, como os pais e responsáveis, ideias, colocando em prática muita das vezes uma sugestão não é a plausível, mas assim, você ter duas, três, de repente sai alguma coisinha ali então, é assim, é a sugestão, é o diálogo, é a conversa, são ideias, ideias que muitas das vezes dá pra se colocar em prática né, eu vejo assim e que tem sido feito assim e tá funcionando, eu acredito. Eu sugeria além do, porque assim, a escola liga, fala com alguns pais, a escola manda pelo WhatsApp, manda o bilhetezinho, só que tem aluno que ele não vai entregar o bilhetezinho pro pai eu sei que tem porque tem alguns que falam comigo, tia eu não vou entregar, entendeu? Então assim, tem pais que não tem um telefone, os da zona rural mesmo, é mais difícil, é estranho eu falar que tem pai que não tem telefone, mas existe gente, infelizmente na nossa região, onde nós moramos tem, tem aquele pai que não tem a condição, não tem o telefone, o filho as vezes um ou outro tem o telefone mas não são passados isso, então eu vejo assim, talvez não sei, uma vez por mês, deslocar alguém para ir até esse pai, principalmente na zona rural pra ver o que está acontecendo se o pai está sabendo, que muitas das vezes o pai nem sabe, se houver essa possibilidade eu acredito que muitos que estão evadindo da escola eu acredito que os pais sabendo

vai se preocupar. Porque tem aquele pai que não se preocupa, mas já tem aquele pai que não toma atitude por não saber. Eu penso assim, porque eu converso com muitos pais converso com muitas mães, e eu vejo desta forma, como eu já fui do colegiado, então assim, eu sei como é que é, infelizmente é a realidade, tem muitos filhos que não levam os bilhetes, não entregam, e tem pais que não tem esse meio de telefone, WhatsApp, essas coisas, final do ano eu vou lá ficar a parte do que está acontecendo. (PFS1, entrevista concedida em 20/04/2020).

O entrevistado pontua que a grande maioria dos pais não participa da vida escolar do filho devido às suas atividades diárias e também devido à dificuldade de locomoção, uma vez que existe uma distância considerável entre a escola e a residência dos alunos. Os pais, de forma diferente dos professores, responderam que acompanham a vida escolar dos filhos e não ligam diretamente essa participação a comparecimento em reuniões. Segundo Lück (2006, p. 86) “A participação dos pais na vida da escola tem sido observada em pesquisas, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola”.

Para entendermos as novas formas de participação dos pais no contexto escolar, precisamos ressaltar a importância da análise do tempo e do espaço nessas relações. Para alguns pais, a participação por meio do diálogo é essencial. Então, para que esse diálogo ocorra, a escola precisa criar estratégias para que os pais possam ser ouvidos.

Percebe-se na fala do entrevistado que os pais da zona rural possuem dificuldade em participar de forma efetiva nas decisões da escola. Em busca da participação, deve-se criar formas e mecanismos de contatos eficientes, e apresentar as demandas da escola a esses pais. Isso é uma possibilidade de unir-se aos ausentes. Em seu artigo 14, a LDB/1996, estabelece que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e observando os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.15).

Conhecer o contexto que limita a participação da comunidade na escola possibilitará o desenvolvimento de projetos que possam atender aos objetivos e aos anseios da comunidade escolar. Para se ter essa participação de forma mais efetiva, entretanto, faz-se necessário, sem dúvida, repensar como a família na atualidade está estruturada, e criar condições para ela participar no processo educacional de seus filhos é iminente.

É notório que a relação entre família e escola sofreu muitas mudanças ao longo do tempo. Para Gallo (2009), os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma

entidade estranha, desconhecida, e que sua participação ativa nessa instituição é muito importante e contribui para o rendimento escolar de seus filhos e o bom desenvolvimento dele.

Isso nos leva a crer que a escola deve entender a diversidade de pais. A gestão e os docentes precisam estar cientes das multiplicidades de sujeitos, suas particularidades, pois não basta simplesmente apontar os pais como responsáveis pela falta de parceria. É preciso se perguntar: o que a escola tem feito para melhorar essa parceria? Tem analisado a família também com um foco sociológico? Essas perguntas deveriam nortear as ações do gestor a criar estratégias para buscar a família para as tomadas de decisões da escola.

Leandro (2001) ressalta que, ao invés de culpar os pais que, por vezes, possuem uma participação subjetiva, a escola precisa visualizar suas ações em práticas não convencionais, ou seja, atentar-se que há formas variadas de participação dos pais, portanto deve-se aproveitar todas e quaisquer maneiras de atuação da família. Isso deve pautar-se em valores culturais e não sistemáticos. Logo, abriria um leque de possibilidade imensurável para que a parceria entre as instituições acontecesse eficazmente.

Já a próxima pergunta, que é um dos principais pontos do estudo, tinha como objetivo buscar saber na visão dos professores o que eles achavam, e por quais motivos, os pais participam ou não das reuniões. Essa pergunta possibilita, na visão docente, perceber em quais outros momentos a família vai à escola para conversar sobre o desempenho de seus filhos. Ainda apresenta a visão deles sobre se os pais conversam com a gestão a respeito de mais alguma questão escolar além do desempenho de seus filhos. Os professores disseram que:

Na verdade, nossa região é formada por 70% das pessoas oriundas da zona rural, e isso aumenta a desvantagem na participação destes pais nas reuniões. A maioria só procura a escola em últimos casos. Muitos reivindicam a dificuldade de acesso, outros que trabalham muito, outros não dão nem satisfação, e raramente eles vêm à escola para conversar com alguma coisa pertinente sobre esta questão escolar, além do desempenho de seus filhos. Raramente eles procuram a escola para falar sobre outro assunto, não são de ir à escola falar de outro assunto não. Em relação à educação é preciso ter até clareza, de como era antes, o que avançou e como queremos avançar. Isto aí poderia ser uma especificidade que poderia estar contemplando este atendimento escolar. Isto nos leva a uma reflexão sobre a educação, porque a educação. Porque o importante é buscar uma parceria bem ativa, buscar um relacionamento interpessoal. (PLSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

A escola poderia criar um canal de informações, uma espécie de Call Center, isso iria ajudar a locomoção entre pais e escola. Um profissional que poderia ligar e fazer este canal entre escola e o pai e está agendando periodicamente para que o pai escolha a data que quer vir à escola, uma vez que quando a gente marca a reunião com os pais na escola, eles, não sei se é uma desculpa mas tem uns por trabalho, outros por falta de transporte, outros falam que o filho já está bem e às vezes não há

a necessidade de estar presente. Mais aí se organizasse um Call Center, onde um profissional iria estar ligando, agendando uma data com o pai, para saber quando é que ele pode estar vindo à escola não só para reunião, não só para mostrar o pai o desempenho do filho, mas também para elogiar, para mostrar os projetos que a escola desenvolve e criar situações para que a família participe mais dentro da escola. Criar pelo menos dois eventos no ano, onde o pai e o filho juntos, eles fiquem dentro da escola para que o pai conheça melhor cada professor com que o filho tem este contato cotidiano. Parceria, a presença da família na escola é diretamente proporcional ao bom rendimento do seu filho. Visto que família presente na escola agrega valor, quem ganha são sempre os alunos. A participação das famílias na escola, ela é diretamente proporcional ao resultado dos seus filhos. (PMSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

Na fala do entrevistado PLSJ, são perceptíveis trechos que apontam que alguns pais buscam saber da vida escolar de seus filhos, e usam momentos diversos para que isso ocorra. Entre esses momentos, destacou conversas na Missa, na rua, na feira, ou seja, ele disse que em outros espaços existe uma participação, talvez não registrada, mas há uma busca em saber sobre rendimento escolar dos filhos. Nesse sentido, para atender a essa questão, além das atuais configurações de família, é preciso entender como tais pontos estão postos ao conscientizar esses pais para pensar a escola.

Para o professor PMSJ, uma das estratégias seria criar um canal de informações, uma espécie de Call Center, que iria ajudar a comunicação entre pais e escola. No entanto, se observarmos o contexto em que a escola e as famílias estão inseridas, essa ferramenta talvez não seja a mais indicada. É preciso criar outra estratégia para aproximar os pais/responsáveis. Sendo assim, esses professores precisam entender as especificidades da escola, da comunidade em que está inserida. A única coisa que não se pode deixar de frisar é que a escola precisa criar possibilidades para que a família participe. Não se trata de um trabalho fácil, pois são inúmeras realidades, vivências e visões de mundo. Diante disso, a escola precisa ter ações pautadas em uma visão sociológica, que para Leandro (2001, p.134) “[...] é um debruçar sobre a cultura local e entender como ela emerge no contexto educacional.”. Tal perspectiva nos leva a entender que buscar olhares diferenciados, focado na inclusão desses sujeitos, é o caminho mais viável a seguir.

A participação da família na escola deve firmar-se no auxílio pedagógico, dando uma coerência entre as atuações escolares. Os pais devem acolher seus filhos, se mostrar interessados pelo processo educacional no qual ele se encontra. Compete aos pais manter-se informados dos resultados obtidos pelos filhos; colaborar com o professor, auxiliando-o no desenvolvimento das tarefas; e valorizar a escola para criar nos filhos o hábito de respeitar essa entidade. Para isso, a escola deve proporcionar aos pais um ambiente propício de acolhimento e respeito à alteridade que a compõe. Os pais, mesmo os de alunos do Ensino

Médio, devem se sentir valorizados e identificados pela escola. Mas como fazer isso? A resposta encontra-se de forma simples em nossa sociedade: é incluir os pais nas tomadas de decisões. Para isso, a escola tem que valorizar os sujeitos em suas particularidades. Criar um ambiente favorável à participação dos pais na escola deve ser a premissa que norteia o processo ensino-aprendizagem e a parceria entre escola e família.

Jardim (2006, p. 43) enfatiza que:

A responsabilidade de educar não pode ser só atribuída à família ou a escola, pois se a família atua de forma profunda e durante mais tempo, a escola oferece condições especiais para influir sobre o educando, pela formação especializada de seus elementos. A família e a escola são parceiras [...] tomando-se assim o bom relacionamento entre ambas, contribuindo cada uma com a sua experiência e respeitando as exigências de cada uma para que possa evitar que o educando sofra consequências (JARDIM, 2006, p. 43).

Sendo assim, é possível afirmar que a parceria entre família e escola é fundamental para a vida escolar, ao passo que a gestão deve criar mecanismos que possibilitem a maior participação da família com a escola. Essa relação se desenvolve numa parceria necessária, pois ambas têm o objetivo de formar cidadãos de bem, capazes de interagir e agir na sociedade. Um bom relacionamento entre ambas faz com que se faça uma educação melhor e de qualidade. Todos precisamos dessa troca de experiências, pois “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1996, p. 68).

Com base nas ideias de Freire (1996), é por isso que é fundamental entender as diversidades e como essas famílias podem ser colocadas na escola. Para haver essa participação das famílias, precisamos entender quais formas de interações e ações são possíveis criar para buscar uma escola que dialoga com a comunidade. A partir disso, questionamos aos sujeitos qual importância da relação entre a escola e a família, com o objetivo de entender como se produz esse processo na escola em estudo. Observe as respostas encontradas:

É uma relação assim bem importante né escola e família porque é o essencial para a construção de uma boa educação, como eu falei, é muito importante, pois a escola é a segunda casa dos nossos filhos, falei lá atrás que muitas das vezes os nossos filhos nossos adolescentes, crianças passam muito tempo na escola, então, eu vejo dessa forma assim, tem que ter uma relação bacana, aberta, com diálogo, se não tiver diálogo uma relação boa, não vai ter resultado bom pra ninguém então muita das vezes assim, um pai, por exemplo eu, ah aconteceu isso e isso na escola, eu vou saber o que aconteceu primeiro, não posso sair brigando, quebrando o pau, tipo eu como mãe, vou ver o que está acontecendo, se precisar quebrar o pau, vamo quebrar o pau rsrs, dentro daquilo ali, saiu dali, acabou o assunto, a reunião é lá, resolveu o

problema, então assim, muitas das vezes precisa ter uma discussãozinha, nada agressivo, pra poder chegar a um consenso. Porque se não tiver uma relação de diálogo, de conversa, e se for uma relação só no quebra pau, um quebrapauzinho assim só pra resolver ali, acabou resolveu tá bom, morreu o assunto, as coisas ficam muito mais difícil, então sempre eu bato na tecla do diálogo e o diálogo na escola eu acredito que está sendo bacana né, até o momento, não tenho o que reclamar, que quando tenho que reclamar eu vou até o diretor reclamo eu vou até o colegiado e reclamo eu vou até o coordenador reclamo, coordenador de sala, porque eu fui do colegiado então eu sei que os pais cobram e cobram mesmo infelizmente os da zona rural não são muito de cobrar e aqueles em que os filhos não entregam os bilhetes que não levam não tem o que eles fazer que eles não sabem. (PAANBG2, entrevista concedida em 24/04/2020).

Na visão do entrevistado, a escola é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, sendo fundamental a participação dos pais, dos professores e dos próprios alunos. Cada família deve promover um intercâmbio de ideias com a escola, para que ela tenha uma noção de informações básicas para avaliar o perfil de cada aluno e assim gerar uma avaliação mais específica, que acontecerá efetivamente de forma positiva.

Como fundamental, o entrevistado coloca a perspectiva do diálogo. Isso posto, sabemos que a gestão deve entender como esses dois grupos se colocam: pais e professores, junto à escola, e como a gestão vai equilibrar essas tensões para poder oferecer relações entre tais sujeitos. A chave para o sucesso, na visão de Freire (1996), baseia-se no diálogo, a partir do qual as pessoas podem entender seus anseios, dúvidas e dificuldades, em que olhar o ser humano como sujeitos em construção é algo de grande valor. A escola não pode estar à margem dos processos de interação com a comunidade onde está inserida. Precisa oportunizar um conhecimento que valorize o ser humano na sua essência, em seu tempo e espaço; só assim as famílias se sentirão valorizadas e buscarão cada vez mais adentrar a escola. Buscando contemplar algumas especificidades das famílias em estudo, fez-se necessário lançar uma pergunta que tinha como objetivo saber de qual maneira a gestão poderia contemplar as especificidades dos pais para o atendimento escolar. Observe as respostas dos professores:

Esta é uma questão até um pouco complicada, mas sempre que esses pais vão à escola, por um motivo ou outro é uma grande satisfação por parte da gestão e de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, então a gente nota que são bem acolhidos tanto pela gestão como pelos professores. Quem sabe juntos não surja uma ação mais forte. (PCHSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

No anexo onde trabalho os pais tem especificidades bem peculiares por serem produtores rurais. Seria preciso pensar, por exemplo, em horário, local e linguagem adequada para as reuniões. A sexta-feira, por exemplo, não é um dia ideal para se marcar reuniões ou eventos, pois neste dia os pais estão para a feira ou estão se preparando para ir ao sábado, porque é a forma deles adquirirem suas rendas. Outra questão é a linguagem, muitos pais são de origem simples e alguns até analfabetos,

por isso é preciso conversar com eles usando uma linguagem mais simples e mais clara. (PLBG, entrevista concedida em 23/04/2020).

Na visão do entrevistado PCHSJ, é uma satisfação enorme ter os pais no contexto da escola, no entanto, ele entende a dificuldade dos mesmos, pois percebe que são sujeitos inseridos em diversos contextos, com suas peculiaridades, e que muitas vezes a distância da escola é um empecilho para a participação efetiva na vida escolar dos filhos. Para Leandro (2001), a família possui um caráter educativo, que em parceria com a instituição escola é aprimorado e realizado com ênfase nos processos de socialização. No entanto, percebemos a dificuldade desses pais em estarem presentes na escola, o que nos leva a pensar em qual tempo e espaço poderiam ser criados para que essa parceria fosse fortalecida. Observa-se que cada pai possui uma história de vida diferente e suas próprias particularidades, como exemplo: localidades de difícil acesso, distância da escola, falta de sinal de celular, entre outros. Nesse sentido, faz-se necessário que a gestão perceba a necessidade de se repensar as possibilidades para melhorar a participação das famílias no contexto escolar, tanto a nível do Ensino Fundamental quanto no Médio.

Para dar continuidade às análises, observa-se que o entrevistado da PLBG se articula com as falas dos pais quando aponta que seria preciso pensar, por exemplo, em horário, local e linguagem adequada para as reuniões. A relação escola-família deve se resumir no respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores em linguagem e meios adequados à realidade das famílias. Dessa forma, os pais poderão garantir sempre a possibilidade de expor suas opiniões e trocar pontos de vista em momentos que contemplem a realidade dos mesmos.

Nesse sentido, a escola deve estar consciente do papel que possui na construção dessa parceria, a fim de que as intervenções pedagógicas sejam também no sentido de considerar a necessidade da família se fazer presente em reflexões que possibilitem a ela a reconstrução de sua autoestima, a fim de que se sintam integrados no processo, não acusados, recepcionados e não rejeitados, bem como reconhecidos e fortalecidos enquanto parceiros nessa relação.

Por meio da fala do entrevistado, a educação se relaciona com processos de comunicação e interação nos quais os membros de uma sociedade compreendem saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio de inserção da instituição e, com isso, é necessário estar atento a outros saberes, técnicas e valores. É evidente que o mundo na contemporaneidade pensa em educação e isso é importante para que haja uma mudança real e profunda no contexto social. Zago (2011) busca a inserção da família na escola, incentivando-se contatos informais e conversas breves, nos quais cada escola e cada educador desenham em

conjunto com a família caminhos e alternativas de trocas. O propósito com isso é construir essa parceria através de uma intervenção planejada e consciente, a fim de que a escola possa criar espaços de reflexão e compartilhamento de experiências de vida numa comunidade educativa, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre essas duas instituições (família-escola).

A próxima seção busca apresentar as percepções para a consolidação da participação dos pais no contexto escolar. Trata de entender as possibilidades de se ter uma parceria mais efetiva dos pais com a escola, sendo assim, fundamental para o estudo.

3.3.3 Percepções sobre a consolidação da participação dos pais no contexto escolar

A seção busca discutir, à luz das entrevistas, a visão sobre possíveis formas para se consolidar a participação dos pais no contexto escolar, percebendo existir algumas formas de participação das famílias no contexto escolar, mas que ainda é preciso criar ações para melhor consolidá-las.

Nesse contexto, foi lançada uma pergunta que tinha como objetivo entender a importância da relação entre a escola e a família. Essa pergunta busca mostrar se, para a família, é importante a consolidação dessa relação. Obtivemos as seguintes respostas:

Parceria, a presença da família na escola é diretamente proporcional ao bom rendimento do seu filho. Visto que família presente na escola agrega valor, quem ganha são sempre os alunos. A participação das famílias na escola, ela é diretamente proporcional ao resultado dos seus filhos. (PMSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

No meu entendimento é uma ferramenta muito importante no processo de ensino-aprendizagem. Quando a relação família e escola é efetiva todo mundo sai ganhando: a gestão, a equipe pedagógica, o corpo docente, a família e principalmente o aluno. Quando a escola e a família caminham juntos os conflitos são resolvidos com mais facilidade. E as vitórias e os bons resultados podem ser compartilhados entre todos. Dessa forma a escola tem a família como aliada e a família tem a escola como parceira no processo de ensino/aprendizagem na educação de seus filhos. (PLBG, entrevista concedida em 23/04/2020)

Cabe aqui registrar que muitos pais relacionam a formação de valores com a educação escolar; a escola não está totalmente isenta dessa função, pois convém discutir a possibilidade de uma ação docente que crie condições para se vivenciar valores na escola. No entanto, é de extrema importância que a gestão da escola também entenda que ela contribui para esse processo (PASSOS, 2014).

Para o PLBG, o sucesso do processo ensino-aprendizagem acontece quando existe essa parceria entre escola e família. Para ele, é indiscutível que a família seja o fator predominante no processo de escolarização dos alunos e serve como patamar para a escola e os profissionais da área de educação. Muito se discute acerca da contribuição e influência que a família exerce nas ações educativas envolvendo o processo de aprendizagem. Assim sendo, cabe a ela a designação de instituição social. O cenário educacional mostra justamente o contrário. Em sua grande maioria, a família busca auxiliar a escola na obrigação que lhe cabe, resultando, dessa forma, em uma possibilidade de parceria entre escola e família.

Observamos nas entrevistas que existe a participação dos pais na escola. No entanto, faz-se ainda necessário que a escola entenda o contexto sociológico, histórico, cultural e geográfico das famílias, e busque alternativas para ampliar ainda mais essa parceria. Uma pergunta lançada buscava saber a quem os sujeitos recorrem quando precisam conversar sobre os alunos e tirar dúvidas sobre a escola. Os professores apontaram que:

Recorremos primeiro ao conjunto direção e corpo pedagógico da escola ou mesmo comunicamos aos pais sempre que há dúvidas sobre seus filhos, para tirar dúvidas com eles sobre o desempenho escolar. Temos o prazer de conversar com estes pais. Ou mesmo o contrário, quando o aluno demonstra dificuldades procuramos ajudar e isto em conjunto com os pais. Quando os pais são convidados e não nos respondem recorremos a ajuda do conselho tutelar (PCHSJ entrevista concedida em 23/04/2020).

A resposta apresentada pelo entrevistado PCHSJ ilustra que buscam os representantes da escola, em seguida os pais. A pergunta com o mesmo prisma foi lançada aos pais, com o objetivo de saber a quem eles recorrem quando precisam conversar sobre os filhos e tirar dúvidas sobre a escola. Os pais responderam que:

Como eu disse, eu vou sempre ao diretor, vou em “Dim”⁴ ou outro diretor que já passaram pela escola, procuro os coordenadores de turmas, como foi falado, professores, supervisor, eu procuro até o porteiro se eu precisar de alguma informação pra eu saber como é que ta alguma coisa. Então todos na escola que estão englobado, eu não faço uma distinção naquilo que a gente fala assim, tem a hierarquia, então dentro da escola, eu sei que tem a hierarquia, mas pra mim ali dentro da escola todos tão ali pra um objetivo, tem aquele amor, aquele carinho, e todos eu pergunto eu sou até chata e chego em um, então é isso, eu procuro todos eles, talvez eu esteja sendo chata, mas eu procuro, rrsrsrs. (PAANBG2, entrevista concedida em 24/04/2020).

Percebemos existir na resposta o prazer dos pais e/ou responsáveis em conversar com os representantes da escola, buscando uma parceria para ajudar a diminuir as dificuldades dos

⁴ Apelido pelo qual o pesquisador e diretor da escola é conhecido na cidade.

alunos. Com base nas falas dos entrevistados, contrapondo-as, é necessária a análise das problemáticas que envolvem o tema, buscando encontrar respostas no campo prático, que devem se desenvolver visando a realidade dos sujeitos envolvidos. Para isso se materializar, a escola, juntamente com sua equipe gestora, deve proporcionar momentos diversos de interação. Trata-se de repensar a forma e as possibilidades de buscar a parceria entre escola e família. Partindo dessa premissa, para que se consolide a parceria, faz-se necessário um novo pensar sobre essas famílias, o que implica em mudar o olhar sobre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Quando se fala sobre os profissionais envolvidos no trabalho com a família, não se pode deixar de apresentar Szymanski (2009), que enfatiza:

Antes de se iniciar qualquer trabalho, é necessário que os próprios profissionais envolvidos se conscientizem de seus próprios modelos de família e de seus preconceitos em relação aos “desvios” desse modelo e conheçam as famílias com as quais vão trabalhar nos seus contextos históricos e sociais. É um cuidado para que não adotem posturas normativas e impositivas durante sua atuação (SZYMANSKI, 2009, p. 43).

Assim, é necessário um trabalho que se baseie em um envolvimento mútuo das partes interessadas, qual sejam a escola, a família e o aluno. Assim, devem ser definidas atitudes específicas para que se consolide uma parceria entre escola e família para que todos colham bons resultados, em especial o aluno, reduzindo o máximo possível o acionamento de outros órgãos como o conselho tutelar, etc.

A última pergunta elencada na entrevista aos professores foi: Quais pontos você considera que sejam obstáculos para uma participação mais ativa dos sujeitos no cotidiano escolar? Observe as respostas que se apresentaram relevantes para o estudo:

Às vezes eu penso que a falta de perspectiva de vida e ao mesmo tempo eu acho que, por exemplo, quando a criança, ela se inicia na escola o acesso dos pais é maior, bem maior, os pais estão sempre presentes nas reuniões, eles fazem de tudo para estar ali presentes e de acordo os nossos alunos vão crescendo parece que vai soltando a vão se distanciando, aí fica parecendo que não acredita tanto mais aqueles sonhos e quando eles eram crianças, então eu acho que falta mais assim: companheirismo, confiança e tentar se aproximar mais desses jovens e mostrar que eles podem vencer e conquistar os sonhos que eles querem. (PMS entrevista concedida em 23/04/2020).

A cultura, muitos de nossa comunidade têm uma cultura de baixa estima, a gente vê aquela falta de perspectiva, aquela cultura de não precisar estudar para ser bem-sucedido, falta às vezes muita motivação, falta o conhecimento, às vezes não compreende aquele assunto direito. Aquela velha visão contraditória da importância que tem a educação. Às vezes a gente se depara com estes motivos que atrapalha a educação destes sujeitos que estão inseridos em nossa comunidade ou então em nosso cotidiano escolar (PLSJ, entrevista concedida em 23/04/2020).

Novamente, na fala do professor PMS, vemos de forma bem específica que ele atribui a pouca frequência à etapa da educação em estudo. No Ensino Médio, trata-se de uma relação que necessita da cooperação com a família, pois o professor precisa “sair de seu local de conforto” e entender como isso se coloca para as práticas cotidianas, deixar de lado o comodismo que os muros das escolas lhes proporcionam. É preciso ir além do que se vê, é preciso ter uma visão de sujeitos distintos em seu tempo e espaço, buscar fazer o diferente, inovar sua visão de mundo e deixar as práticas tradicionais de lado. Trata-se de uma busca contínua em que o olhar holístico apresenta uma possibilidade de enxergar as especificidades das famílias e usá-las a favor da aproximação da escola.

Para que se possa ter a consolidação entre a parceria de família e escola, faz-se necessário um diálogo constante. De acordo com o professor PLSJ, a própria cultura dos pais permite esse distanciamento, no entanto, enquanto escola, faz-se necessário entender o contexto sociocultural dessas famílias e criar estratégias. Antes de aprofundar sobre os possíveis caminhos para estreitar os laços, surge um elemento essencial nesse recorte: a comunicação. Essa ferramenta pode ser considerada como a ponte principal que interliga os projetos pedagógicos, os alunos e os pais e/ou responsáveis. Aliada à comunicação pode estar a observação, ou seja, ao perceber que as famílias começam a buscar a participação mais efetiva da vida escolar dos filhos, a escola prontamente passa a considerar o comportamento familiar para conhecer um pouco a realidade dos educandos.

Saber ouvir e receber de forma adequada e personalizada colabora para um bom relacionamento e com isso maior auxílio por parte das famílias. Alguns pais apenas precisam ser ouvidos, explanar suas perspectivas, suas dificuldades, suas alegrias e medos quanto ao desenvolvimento dos filhos. A escola deve estar aberta a essa orientação, disponibilizando a equipe responsável para situar os familiares de todas as etapas e condicionamentos do aluno para que se sintam satisfeitos e seguros quanto ao atendimento.

Participar é comprometer-se com a escola. É opinar, colaborar, decidir, exigir, propor, trabalhar, informar e informar-se, pensar, lutar por uma escola melhor. Participar é viver a escola não como um espectador, mas sim como protagonista. A participação dos pais na escola exige a transparência informativa, a possibilidade de eleger livremente, a capacidade real de intervir nas decisões. Não bastam as estruturas formais. É necessário enchê-las de uma prática aberta, transparente e honesta.

A partir da construção dessa relação entre família e escola, será possível planejar e estabelecer compromissos e acordos mínimos para que seja proporcionada ao educando/filho uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola (SOUZA, 2009).

O professor PLSJ, define que a educação recebida na família, na escola e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição do sujeito, mas que a cultura arraigada na comunidade local é de baixa-estima, a educação não possui significado para a formação ao longo da vida. No entanto, isso difere em relação às falas dos pais, pois ao analisar as entrevistas dos pais, percebemos que eles veem sim a importância da participação, mas, muitas das vezes, não conseguem ir. Sendo assim, a fala do professor se distancia da dos pais. Se para o professor existe essa dificuldade de os pais irem à escola, precisa-se criar possibilidades e alternativas para que eles possam participar. Para isso, a escola precisa se debruçar sobre novas formas de interação e diálogo que proporcionem a consolidação da parceria e participação.

A próxima seção apresenta o papel da família, os processos de ensino aprendizagem e a necessidade de uma participação efetiva na escola.

3.3.4 As famílias e as participações nos processos escolares

Por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, constatou-se que é importante compreender a parceria entre família e escola, e como estão postas essas relações, no intuito de levar a gestão a pensar o contexto social da escola como ambiente participativo da família na vida escolar dos filhos. Para Gallo (2009), é evidente que a família precisa participar da vida escolar de seu filho, visto que essa participação propicia uma melhor socialização dos educandos e torna-se o caminho mais viável para conseguir efetivar de fato a educação necessária. Diante desse problema, partimos para verificar junto aos professores o que poderia ser feito para que família e escola possam caminhar juntas no processo de ensino e aprendizagem do educando.

Com base nos dados, pode-se destacar, por meio de análises da participação dos pais nas entrevistas, o fato de que alguns possuem um grau de escolaridade mais baixos que os filhos e, com isso, sentem distanciamentos dos processos. Entendem a importância da educação, como já foi ressaltado, mas se sentem mais distantes.

Os dados encontrados na pesquisa de campo demonstraram que a escola precisa se reinventar, criar ações que proporcionem a participação dos pais na escola de forma que eles se sintam parte da vida escolar do filho. A dúvida que nos cerca pode ser respondida através da busca pelo diálogo, comunicação e formas de participação que atraiam os pais para a escola, para dessa forma concretizar a aprendizagem através de experiências reais, habilitando cada um a cumprir sua verdadeira função dentro do contexto escolar.

A relação entre família e escola está no sentido de educar os estudantes, havendo assim uma participação na vida escolar dos filhos e um incentivo da escola para trazer os pais mais para a escola, tudo como estratégia de êxito escolar. Na atualidade, a participação parece ter um meio e um fim, mas Demo (2001, p.81) discorda dessa afirmação dizendo que: “Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir a ser sempre se fazendo”.

De acordo com Palato (2009, p. 102-104): “Seria positivo se a família em conversas com professores e coordenadores explicasse sua situação e qual seria a melhor forma de participação para a educação de seu filho, com certeza tudo poderia ser bem melhor”. Falta, ainda, a participação dos pais em atividades escolares, sendo que a própria escola muitas vezes não adequa seus horários aos deles, e os pais que trabalham infelizmente sofrem o descaso. Demo (2001) nos diz sobre isso que:

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado. (DEMO, 2001. p.19-20).

Completando com as palavras de Bordenave (1994, p. 25):

Desde o começo da humanidade, os homens têm participação no meio social, no meio familiar, nas tarefas de subsistência e nos cultos religiosos. E essas participações são por ele definidas como: participação de fato, a espontânea, a imposta, a voluntária, a provocada e a concedida.

Trabalhar, portanto, essa participação de forma que a ela oriente caminhos alternativos para a comunidade escolar, juntamente com a família e com todos envolvidos no processo de desenvolvimento dos indivíduos, não é uma tarefa fácil, porém não é impossível. Deve ser vista como uma oportunidade de acertar na educação das crianças, potencializando suas habilidades e fornecendo um lugar que possibilite novas experiências, uma melhor vivência social entre família e escola, pois, afinal, ambas são capazes de provocar transformações no processo de desenvolvimento e na formação de um indivíduo, então por que não trabalhar juntas?

É importante lembrar na visão de Diogo (1998) que a vinculação de famílias no processo ensino e aprendizagem torna-se essencial. Nesse sentido, criar estratégias, com ações eficazes para que a família se torne parte efetiva do contexto educacional de seus filhos, é crucial para promover tal vínculo.

Ao finalizar este capítulo, observa-se nas falas dos professores, pais e teóricos apresentados na discussão que, tradicionalmente, a família tem sido apontada como parte fundamental do sucesso escolar. A busca de uma harmonia entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tem como foco a formação de um indivíduo autônomo. Essa harmonia entre escola e família baseia-se na divisão do trabalho de educação de crianças, jovens e adultos, envolvendo expectativas recíprocas. Levando em consideração que o ser humano aprende o tempo todo, nos mais diversos interesses que a vida lhe apresenta, o papel da família é essencial, pois é ela que determina, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, quais são as instituições que devem frequentar, o que é necessário saberem para tomarem as decisões que os beneficiem no futuro. Este tema estudado é relevante devido à necessidade que a sociedade contemporânea está passando: percebe-se os apelos que uma boa parte da sociedade faz para as autoridades e comunidades numa tentativa de resgatar a família e seus valores. Participação familiar na escola é uma necessidade contemporânea e almejada por todos que fazem parte do contexto escolar, daí a importância voltada para identificar essa possível falta de participação da família no contexto escolar. Porque educar é uma função de todos e quando a família participa da educação da criança, ela pode sair-se muito melhor na escola e na vida.

Segundo D'Antola (1983, p. 8):

A participação da família nas atividades escolares tem como princípio fundamental, além de otimizar a utilização dos recursos disponíveis na comunidade, propiciar uma educação que tenha como característica principal a troca entre a cultura veiculada pela escola e a cultura do contexto social onde a escola está inserida.

Com base na citação, o envolvimento da família no processo de ensino aprendizagem do aluno significa que, além de cumplicidade com os resultados, é um processo integrado à realidade em que o discente vive. Sendo assim, o processo estará contextualizado com o que ele conhece, com o cotidiano do qual faz parte, com os valores que fundamentam as práticas e as ações do seu cotidiano.

Os conceitos e visões acerca das categorias escola, família, aluno e aprendizagem consistem numa tentativa de compreensão e interpretação da participação dos pais no processo educacional. A análise desses elementos tem a proposição de apreender e codificar o fenômeno sobre a participação da família na vida escolar dos seus filhos, bem como conhecer as influências sociológicas e históricas desse fenômeno no referido processo.

No capítulo 4, apresentam-se as propostas para amenizar os conflitos e buscar uma gestão democrática, sendo assim, veremos algumas propostas para contribuir para a melhoria da parceria entre escola e família. Para tanto, serão criadas ações para uma gestão compartilhada, contemplando os principais pontos levantados pelos entrevistados. Além disso, é necessário pontuar ser fundamental que a gestão reconheça educandos e educadores enquanto sujeitos do processo educacional.

4 PLANEJAMENTO PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CONTEXTO ESCOLAR

O presente capítulo propõe algumas ações que podem fortalecer a parceria entre escola e família. No capítulo 2, levantamos evidências nos registros documentais da escola sobre a participação dos pais no cotidiano escolar. Assim, ao mapearmos o percentual de participação, notamos um indicativo de ausência dos responsáveis pelos alunos do Ensino Médio nas práticas cotidianas da escola. Por meio da pesquisa, percebeu-se que existem algumas dificuldades enfrentadas devido à participação das famílias no contexto escolar.

O capítulo 3 analisou a percepção dos pais e professores sobre os motivos da não participação das famílias na vida escolar dos filhos. Tal capítulo foi crucial, pois, ao analisarmos as falas dos pais e professores, pode-se encontrar pontos que geram a pouca participação da família na escola em busca de uma gestão compartilhada e, assim, torna-se possível propor algumas ações que poderiam ser efetuadas no capítulo 4.

Com conhecimento dos principais pontos que geram a dificuldade da participação da família, o presente capítulo propõe ações para serem desenvolvidas no âmbito da gestão da escola para, assim, atingir os objetivos de forma assertiva.

Para buscar atender uma gestão compartilhada e minimizar a falta de participação dos pais no processo ensino e aprendizagem, a dissertação apresenta algumas ações a serem tomadas. Entre elas, criação de grupos de WhatsApp para debater ações de forma participativa dos pais. Isso fortaleceria os laços e estreitaria o distanciamento entre as famílias e a instituição, pois essa discussão virtual entre escola e família poderia ser algo abrangente e organizado, que irá visar uma melhor gestão das ações escolares e ampliar a participação da família nas tomadas de decisões do contexto escolar.

Tal ação tem como objetivo aproximar as famílias da escola e definir uma gestão compartilhada para as escolas, através de debates e informações virtuais que envolvam os membros das famílias e das escolas. A criação de um grupo de WhatsApp irá facilitar o desenvolvimento das atividades pedagógicas e melhorar as tomadas de decisões por meio de uma gestão compartilhada. Para isso, cabem considerar algumas regras: 1. A participação aos grupos é voluntária; 2. Serão criados grupos por turma/série; 3. A responsabilidade por administrar o grupo será de um coordenador pré-determinado por turma. Ele organizará as postagens, que serão permitidas apenas ao administrador; 4. As opiniões dos demais membros do grupo devem ser encaminhadas ao administrador que as analisará e, se julgar pertinente,

compartilhará no grupo; 5. Caso haja desrespeito, *Fake News*, e/ou desobediência a outras regras definidas, membros podem ser excluídos do grupo.

A segunda proposta parte do princípio de que se deve haver, nesse processo de participação da família no ambiente escolar, uma gestão democrática e, para isso, faz-se necessário fortalecer a presença da família nas reuniões, com o intuito de deliberar ações referentes às diversas dimensões da gestão escolar. Para isso, o colegiado escolar desempenha um papel fundamental, pois ele possui representantes de todos segmentos da escola, e a deliberação dos assuntos pertinentes as escolas, com a participação dos mesmos, contribuirá para uma gestão mais compartilhada e participativa desses seguimentos, em que o foco das decisões deliberativas não esteja somente nas figuras dos diretores e sim em outros segmentos da sociedade. Além disso, a participação da família também precisa passar por ações que visem o acompanhamento de outros segmentos escolares, fortalecendo as ações da gestão democrática.

A terceira ação prevê reuniões semestrais entre família e escola. Para isso, será feito previamente, em forma de calendário, conforme apresentado nas entrevistas por um pai, possíveis datas e horários para atingir o maior público possível. Após as reuniões, a escola deve comprometer-se em enviar um representante da escola nas casas dos pais que não puderam participar, para assim apresentar as demandas pautadas pela escola, bem como possibilitar aos pais opinar e discutir sobre os assuntos pertinentes a eles. Tais ações visam contribuir para uma aproximação entre essas famílias e o cotidiano da escola, e contribuirá para uma gestão mais democrática e conjunta com os pais, que terão a oportunidade de debater, ouvir e buscar, junto com as famílias, melhoria para o processo ensino/aprendizagem.

A última proposta baseia-se em implementar um projeto de horta escolar, uma vez que a escola em estudo possui terreno próprio e adequado ao cultivo, além de estar inserida num contexto social de grandes desigualdades. A horta na escola, além da integração dos pais, alunos e funcionários, também poderá servir como forma de trazê-los com seus saberes para dentro da escola, criando, dessa maneira, um sentido de pertença e reconhecimento deles com a escola ao convidá-los. Assim, além dos benefícios da horta, tal ação irá colocar os pais agricultores como participantes dos processos escolares reconhecendo seus saberes perante a escola e os valorizando, pois, a cidade na qual a escola se insere apresenta uma produção rural agrícola. Ao mesmo tempo, os professores podem integrar os conhecimentos disciplinares com os conhecimentos apresentados durante essa atividade. Para exemplificar, o professor de matemática pode trabalhar sua disciplina com os alunos e pais na preparação dos canteiros, medindo forma e grandeza. O professor de biologia poderá trabalhar o preparo da terra, o não

uso de agrotóxicos em busca de uma alimentação saudável. O de química, ao propor inseticidas caseiros, entre tantos outros fatores que incluem essa disciplina. O de geografia pode trabalhar a época de plantio juntamente com as fases da lua, etc.

O projeto estimulará também o melhor aproveitamento e o reaproveitamento de alimentos e, ainda, possibilitará a produção e o cultivo da horta como aprendizagem na teoria e prática pelos alunos, incentivando também os pais a transmitirem seu conhecimento adquirido no trabalho rural. Além de todos os aspectos educacionais adquiridos com a implantação e cultivo da horta escolar, será possibilitado que o aluno aprenda também a consumir as hortaliças produzidas. O estudante pode aprender a prepará-las de forma criativa e ser informado sobre seu valor nutritivo ao participar do seu cultivo, e ter a satisfação de consumir o que ajudou a plantar. A existência de uma horta na escola irá enriquecer a alimentação, estimular a mudança por hábitos alimentares mais saudáveis, e despertar o interesse dos alunos e pais pela conservação e cuidado com o meio ambiente. Essa ação visa sensibilizar e aproximar as famílias, envolvendo-as no processo ensino-aprendizagem de forma participativa para que possam fomentar sua importância na aprendizagem dos filhos.

O Quadro 15 apresenta os principais problemas identificados e as ações a serem desenvolvidas com os professores e pais em busca de melhorar a parceria entre família e escola e, assim, melhorar o processo ensino/aprendizagem da referida escola.

Quadro 15 – Ações para a melhoria entre família e escola

CONCLUSÃO	PROPOSTA DE AÇÕES
Necessidade da promoção de uma gestão compartilhada com a comunidade escolar por meio das redes sociais.	Criação de um grupo de WhatsApp para comunicação com os pais e, depois disso, tomadas de decisões de forma mais participativa.
Necessidade de palestras semestrais sobre o processo de participação dos pais na escola.	Propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola.
Necessidade de fortalecer o envolvimento dos pais na participação nas tomadas de decisão.	Calendário de reuniões, visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola.
Necessidade de propor momentos de participação dos pais em momentos específicos na escola.	Criação de horta no contexto escolar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A próxima sessão apresenta a proposta da criação de grupos de WhatsApp. Tal ação permitirá que as famílias e gestores alinhem os trabalhos e a dinâmica do trabalho escolar de forma democrática, por meio de uma gestão participativa das famílias. É importante dizer que todas as ações estão previstas para a Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa,

endereço principal na sede, e seus Anexos localizados nos povoados de São Joaquim e de Brejo Grande.

4.1 CRIAÇÃO DE GRUPOS DE WHATSAPP PARA A PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO COMPARTILHADA COM A COMUNIDADE ESCOLAR

A presente seção busca apresentar uma ação que visa fortalecer a parceria entre a família e a escola nas tomadas de decisões. A tecnologia tem se mostrado eficiente na transmissão de informações, na comunicação e na construção do conhecimento. Através do uso da internet, é possível fazer os mais diversos tipos de pesquisas, ter acesso a conteúdos completos de livros, revistas, bem como manter um contato direto com o mundo, adquirindo informações em tempo real bem próximo à comunicação face a face.

Nesse sentido, os aplicativos de troca de mensagens têm se colocado como possibilidades de interação, e nas entrevistas realizadas os pais, eles mencionaram recorrer a esse instrumento para sanar dúvidas. Diante disso, percebe-se estarem integrados ao uso, podendo essa ser uma ferramenta para fortalecer a parceria entre família e escola.

Diante de tal elemento, a criação de um grupo pode contribuir para a melhoria da comunicação e espaço de interação. Importante demarcar aos pais que aquele é o espaço de diálogo entre a escola e os responsáveis, e as atividades ali desenvolvidas.

Nesse sentido, apresenta-se o Quadro 16. Nele apresentamos uma ação voltada para a criação de um grupo de WhatsApp de pais. Sendo assim, ele pode melhorar a comunicação e, por conseguinte, aumentar a participação, gerando como consequência uma gestão compartilhada.

Quadro 16 – Criação de um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação com os pais e, consequentemente, gerar uma gestão compartilhada

(continua)

Objetivo: Propor a criação de um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação com os pais, e consequentemente, uma gestão compartilhada	
O QUÊ?	Criação de um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação e, assim, promover uma gestão compartilhada.
POR QUÊ?	Melhorar a comunicação com os pais pelo grupo de WhatsApp de pais para a promoção de uma gestão compartilhada.
ONDE?	Escola sede e seus dois anexos em estudo, na hora da matrícula os pais forneceriam o contato para a criação do grupo.
QUANDO?	Início de cada ano letivo.
QUEM?	Gestor da escola, pois o mesmo seria o administrador do grupo.

Quadro 16 - Criação de um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação com os pais e, conseqüentemente, gerar uma gestão compartilhada

	(conclusão)
COMO?	Será feita uma busca dos números de telefones dos pais nas fichas de matrícula para a criação do grupo de WhatsApp.
QUANTO	Sem custos, pois a escola já possui um telefone institucional e internet disponível para o uso.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no quadro, observa-se que tal ação busca aproximar as famílias das tomadas de decisão de forma mais participativa, pois tem como objetivo traçar uma gestão democrática e, ainda, possibilitar ações conjuntas com as famílias, o que, de acordo com as entrevistas, se faz necessário.

Em primeiro momento, será criado um grupo de WhatsApp de pais para melhorar a comunicação para, assim, possivelmente promover uma gestão compartilhada. Isso tem como intenção central melhorar a comunicação com os pais pelo grupo de WhatsApp para a promoção de uma gestão compartilhada, que ocorrerá por meio de mensagens de texto e mensagens de áudio, pois, ao longo das entrevistas, pode-se verificar que alguns pais não sabem ler e escrever.

Na hora da matrícula no início do ano letivo, os pais forneceriam o contato para a criação do grupo que seria formado, bem como ocorreria uma busca dos números de telefones dos pais nas fichas de matrícula para a criação do grupo de WhatsApp. Tal grupo teria como administrador o gestor da escola, que iria definir previamente suas regras e procuraria administrar e promover uma comunicação mais eficaz com os pais, na busca de uma gestão mais compartilhada. É importante dizer que tal ação não tem custos, pois na escola já há um telefone institucional e internet disponível para uso.

Espera-se que, com tal ação, haja uma participação mais efetiva dos pais na participação da vida escolar dos filhos, bem como uma gestão mais democrática, pois esse recurso possibilita aos pais participarem de forma direta das tomadas de decisões, entre outros assuntos que a escola possa ter.

Acredita-se que a participação mais ativa desses personagens nas tomadas de decisões e participação das atividades, entre a escola em estudo e os pais, trará benefícios não só para o gestor, mas para toda a comunidade escolar. Por isso, é importante que tal ação seja reforçada e incentivada. Nesse sentido, uma das formas de a gestão fazer isso é ampliar os canais de participação, estando sempre em comunicação e mantendo diálogo aberto com esses

representantes. Além disso, é fundamental que ela também proporcione liberdade para que o gestor execute seu papel e o poder político que possui da melhor forma democrática possível.

A próxima seção apresenta uma ação voltada para a sensibilização dos professores sobre a forma de participação dos pais na vida escolar dos filhos.

4.2 PALESTRAS PARA SENSIBILIZAR OS PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA

A presente seção vem apresentar uma ação que visa sensibilizar os professores por meio de palestras sobre o processo de participação dos pais nas escolas. Nos dias de hoje, o mundo contemporâneo modificou progressivamente as antigas formas de participação humana, no que se percebe as mudanças na forma de interação, participação etc. Embora na escola a preocupação maior seja a transmissão e a construção do conhecimento, as relações entre família e escola são bastante evidentes, pois a transmissão do conhecimento implica sempre uma interação entre as pessoas para que ocorra um ensino/aprendizado eficaz.

É certo dizer também que o convívio social tem se tornado cada vez mais complicado. Buscando melhorar as relações interpessoais, deve-se inicialmente compreender que cada pessoa tem sua complexidade e personalidade própria, que é construída ao longo de sua vida. Isso acarreta em ter no mesmo ambiente de trabalho pessoas com formas diferentes de ver os fatos, a vida e o trabalho, influenciados seja pelo ambiente familiar em que o indivíduo vive, seja pelos aspectos culturais da sociedade em que está inserido, pela idade ou estágio de amadurecimento, dentre outros fatores.

Pode-se dizer que a democracia na gestão escolar ainda é incipiente quando pensada enquanto mola mestra de propulsão de todas as ações da escola. Cabe aos professores, juntamente com os gestores e pais, fomentarem as discussões, o planejamento e a viabilidade do processo de construção e reconstrução do saber e da participação democrática.

Com base na afirmação acima, a presente seção busca apresentar a proposta de realização de palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola e, assim, apresentar a eles que os pais participam e preocupam-se com a vida escolar dos filhos, conforme está apresentado nas entrevistas. Poderão, assim, consultar sobre ações conjuntas, de forma democrática, visando uma gestão compartilhada de ações, principalmente no que se refere a assuntos relacionados a família e escola.

Esse conselho oportunizará ações conjuntas nas tomadas de decisão, lembrando que relações sociais das famílias devem ser a base para que haja um fortalecimento entre família e

escola. A ação proposta tem como objetivo descentralizar as tomadas de decisões das mãos do diretor, trazendo os representantes da comunidade para participar, a fim de que o processo se torne mais democrático e menos desigual.

Nesse sentido apresenta-se o Quadro 17. Nele existe uma ação voltada para a criação de um conselho que busque o fortalecimento do colegiado escolar por meio de uma parceria dos pais nas tomadas de decisões para a promoção de uma gestão compartilhada.

Quadro 17 – Propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola

Objetivo: Propor palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola.	
O QUÊ?	Palestras para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola.
POR QUÊ?	Sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola.
ONDE?	Refeitório das escolas sede e anexos.
QUANDO?	Início de cada semestre.
QUEM?	Gestor e professores da escola.
COMO?	Palestra sobre formas de participação dos pais na vida escolar dos filhos em seus diversos contextos.
QUANTO	Será custeada com recursos próprios da escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre as palestras, os professores receberão uma convocação semestral para a participação. Elas serão feitas durante o Módulo II, momento em que o professor já está na escola. Elas terão como objetivo discutir pontos importantes elencados ao longo do estudo, que apontam a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, baseando-se no contexto social em que estão inseridos. Essa participação não se concretiza da forma como alguns professores almejam, mas ela ocorre, e existem possibilidades de ampliar ainda mais essa parceria. Para isso, o professor precisa ter um olhar diferenciado para os diversos contextos que emergem nas escolas.

As palestras buscam ampliar a visão dos professores sobre o tema e, assim, criar estratégias voltadas para a melhoria do processo ensino/aprendizagem. Elas ainda buscam sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola.

As palestras serão ministradas nos refeitórios das escolas, sede e anexos, mediadas pelo gestor no início de cada semestre, com temas que mostram as mudanças ocorridas na sociedade e as novas formas de participação dos pais. Para isso, propomos usar a própria dissertação, aqui desenvolvida, como ferramenta para mobilizar os professores para as discussões sobre a integração entre a comunidade escolar. Assim, podemos criar ações

juntamente com os professores para a efetivação da participação das famílias na escola. Trata-se de uma ação que será custeada com recursos próprios da escola.

A próxima ação busca de forma simples e eficaz uma proposta de um calendário escolar, entendendo as especificidades de cada localidade, com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola. Isso possibilitará uma gestão mais transparente e participativa dos membros envolvidos.

4.3 CALENDÁRIO ESCOLAR COM VISITAS ÀS FAMÍLIAS E ENVIO DE ÁUDIOS SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES ÀS TOMADAS DE DECISÕES DA ESCOLA

A presente seção busca apresentar uma ação de compartilhamento de informações por meio de um calendário escolar, construído através das especificidades das famílias oriundas dos três endereços da escola. Tal ação tem como objetivo aproximar a escola das famílias em busca de propostas conjuntas que serão executadas ao longo do ano. Trata-se de reinventar uma nova forma de gestão que vise à aproximação com as famílias por meio de datas acordadas e agendadas com a comunidade escolar.

A sugestão, quanto ao desenvolvimento das atividades previstas em um calendário, foi algo que, após as pesquisas de campo, apareceu como forma de fortalecer a participação das famílias nas tomadas de decisões das escolas, pois o calendário proporcionará um compartilhamento de ações de interesses da família, aumentando, assim, a participação dos pais no contexto escolar, pois ao serem consultados poderão pensar em elementos que facilitarão sua ida à escola.

Nesse sentido, o estabelecimento do calendário possibilita uma consulta prévia aos pais, e tem por finalidade realizar um levantamento de qual dia e horário é melhor para a participação da maioria e, com isso, pode acontecer uma integração tão almejada entre família e escola. O Quadro 18 apresenta detalhes da ação que propõe um calendário.

Quadro 18 – Calendário escolar com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola

(continua)

Objetivo: Criar um calendário de reuniões, visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola	
O QUÊ?	Elaboração de um calendário escolar com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões das escolas.
POR QUÊ?	Aumentar a participação das famílias nas tomadas de decisões das escolas.
ONDE?	Escolas em estudo, sede e anexos.

Quadro 18 - Calendário escolar com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola

(conclusão)

QUANDO?	Início de cada ano letivo.
QUEM?	Equipe gestora.
COMO?	Reunião anual para criação de um calendário escolar com o objetivo de alinhar propostas de reuniões, visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões das escolas
QUANTO	O calendário será custeado com recursos próprios da escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Fica notório que a criação de um calendário escolar com visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes à tomada de decisões da escola possibilitará uma gestão compartilhada, pois o mesmo será elaborado por meio de uma gestão democrática. A cada início de ano, o gestor convocará a comunidade escolar para, assim, elaborarem em conjunto um calendário que atenda às necessidades das escolas e das famílias.

Cumprir notar que tal ação será conduzida pelo diretor, de maneira ética, e priorizará uma gestão compartilhada nas tomadas de decisão, pautada nas legislações e orientações legais. Nessas condições, é importante dizer que tal iniciativa propõe soluções para a efetivação da participação das famílias, desde reuniões, eventos, visitas às famílias e até envio de áudios sobre assuntos pertinentes as tomadas de decisões da escola.

Sintetizando a ação, observa-se que será elaborado um calendário escolar com visitas às famílias e serão enviados áudios sobre assuntos pertinentes as tomadas de decisões das escolas. Para saber o melhor dia para as reuniões, horários, e se isso poderá ser modificado, os pais preencherão uma ficha, com a ajuda do secretário da escola, na hora da matrícula ou renovação de matrícula. Tal iniciativa busca aumentar a participação das famílias nas tomadas de decisões das escolas.

A ação será desenvolvida na escola em estudo, endereço principal e anexos, em todo início de cada ano letivo, com organização pela equipe gestora, que irá propor o calendário escolar com o objetivo de alinhar propostas de reuniões, visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões das escolas. O calendário será custeado com recursos próprios da escola.

Espera-se, com essa ação, poder atender as especificidades locais das escolas, levando em conta aspectos geográficos, culturais e históricos de cada escola e, assim, poder efetivar a parceria entre escola e famílias com o processo ensino/aprendizagem das escolas em estudo.

A seção seguinte apresenta a criação de uma horta no contexto escolar. Trata-se de apresentar uma nova roupagem para a participação mais efetiva dos pais na escola e, assim, tentar melhorar a participação dos pais nas tomadas de decisões.

4.4 CRIAÇÃO DE HORTA NO CONTEXTO ESCOLAR

A presente seção busca inovar as propostas que visam melhorar a participação dos pais na escola. Devido às escolas se encontrarem em locais pequenos, é importante dizer que a agricultura familiar se torna presente. A criação da horta na escola trata-se de momento distinto em que a comunidade escolar é chamada a participar.

O objetivo é mostrar aos pais que os conhecimentos que eles possuem são significativos, assim valorizando os sujeitos em seu tempo e seu espaço em uma visão sociocultural. Trata-se de apresentar para as famílias que elas também podem fazer parte da vida escolar de seus filhos, que a aprendizagem pode ocorrer de forma interdisciplinar e que a escola é um complemento da aprendizagem que os alunos trazem de casa, ao mesmo tempo que integra os pais com os professores. Os pais no conhecimento prático e os professores com os teóricos, por meio de um trabalho interdisciplinar com os professores em momentos específicos, o que pode gerar uma aprendizagem significativa para os educandos e o fortalecimento da participação da família com a escola, pois os saberes dos pais estariam sendo valorizados e oportunizados de forma integrativa com os professores e alunos, possibilitando a eles um senso de pertencimento ao processo ensino/aprendizagem de seus filhos.

Na Figura 11, apresenta-se o espaço da escola sede que pode ser destinado à criação da horta. Trata-se de um lugar espaçoso que possibilita desenvolver tal ação de forma eficaz. A Figura 11 apresenta os espaços para a horta da “escola-sede”, e as Figuras 12 e 13 retratam as dependências dos espaços destinados à horta dos prédios municipais onde funcionam os anexos.

Figura 11 – Dependências para a horta da Escola Sede5



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola (2019).

Figura 12 – Dependências para a horta da Escola Anexo São Joaquim



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola (2019).

⁵ Optamos por apresentar as fotos da sede e dos anexos para o leitor visualizar o ambiente destinado a horta pertencente a cada escola.

Figura 13 – Dependências para a horta da Escola Anexo Brejo Grande



Fonte: Arquivo fotográfico da Escola (2019).

Conforme as Figuras 11, 12 e 13, percebe-se que as escolas possuem espaços que podem ser utilizados para desenvolver uma horta, juntamente com os professores, alunos e pais. Busca-se, com essa ação, o fortalecimento do vínculo entre escola e família. Para isso, serão convidados os pais para participarem, tendo como possibilidades momentos nos finais de semana para a confecção da horta, preparação do solo e plantio. Será utilizado, sempre que possível, os sábados letivos para essa atividade. É importante dizer que se faz necessário verificar previamente o momento mais adequado juntamente com os pais. Os cuidados com as verduras e legumes será feito pelos alunos e funcionários durante a semana, e a escola estará aberta nos finais de semana para os pais poderem fazer a capina, entre outras ações que se fizerem necessárias. O Quadro 19 apresenta a criação de uma horta, com o intuito de fortalecer o vínculo entre família e escola.

Quadro 19 – Criação de horta no contexto escolar

Objetivo: Criar horta no contexto escolar em parceria com os pais.	
O QUÊ?	Criação de uma horta em parceria com as famílias.
POR QUÊ?	Fortalecer o vínculo entre família e escola.
ONDE?	Escolas em estudo, sede e anexos.
QUANDO?	No início e no meio do ano letivo.
QUEM?	Gestor e professores das escolas e familiares dos alunos.
COMO?	Parceria entre família e escola para a confecção.
QUANTO	O material para a confecção da horta será de R\$ 3.000 reais e será custeado com recurso próprio da escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por meio das entrevistas, observou-se a vontade dos pais em participar das ações das escolas, no entanto não conseguem uma participação efetiva como desejam. Sendo assim, proporcionar momentos trazidos por essa ação possibilita abrir novos caminhos para que esses pais participem em momentos específicos. Isso gerará um senso de pertencimento às tomadas de decisões das escolas por parte dos pais. Tal ação torna-se viável pois é importante manter contatos saudáveis entre família e escola que gerem sentimentos positivos, facilitando não só a harmonia entre as pessoas, como também a produtividade e a eficácia do processo ensino/aprendizagem.

Essa ação busca, principalmente, mostrar aos pais o valor de seus saberes de vida e perspectiva de participação no cotidiano da escola, sobretudo no Ensino Médio. A discussão da ação será mostrar a esses sujeitos que podem ser reconhecidos e reconhecer-se pela instituição dentro de suas estruturas de forma interdisciplinar aos conteúdos presentes na estrutura curricular, que devem estar transversalmente ligados aos saberes que os educandos e suas culturas possuem.

Ressalta-se, ainda, que tal ação leva o pesquisador a ter ciência de que essa proposta pode ser de médio prazo, para poder provocar a mobilização dos pais, e que se trata de algo que precisa ser pensado focando nos saberes das famílias, para assim se sentirem parte da aprendizagem dos filhos.

Para sintetizar a ação, e contextualizar o leitor sobre o que será realmente feito, a criação da horta, tanto na sede quanto nos anexos, será produzida em parceria com as famílias, com o objetivo de fortalecer o vínculo entre família e escolas em estudo no início e no meio do ano letivo, com a ajuda do gestor e professores das escolas e familiares dos alunos. O material para a confecção da horta custará em média R\$ 1.000,00 reais por escola, e será custeado com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), utilizados para adquirir materiais de custeio como: mangueiras, sementes, mudas, regadores, tela sombrite, etc.

Vale ressaltar que o PDDE tem a finalidade de contribuir para a manutenção da infraestrutura física e pedagógica da escola com conseqüente elevação do desempenho escolar. Sendo assim, disponibiliza anualmente recursos financeiros para aquisição de matérias de custeio e de capital, e que os materiais a serem utilizados na horta serão levados ao conhecimento e deliberação pelo colegiado escolar antes da sua aquisição.

Logo em seguida, apresenta-se as considerações finais, bem como ponderações alcançadas ao longo da dissertação. Trata-se de apresentar as conclusões mais significativas,

bem como o estudo de caso que oportunizou entender em campo as visões dos pais e professores sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, que se propôs a estudar o tema parceria entre família e escola, foi algo que veio ao encontro de anseios que motivaram o pesquisador a desenvolver o tema com muito esmero, pois além de ser um tema de grande relevância para o sucesso escolar, é algo vivenciado na prática pelo pesquisador que investigou e discorreu sobre o assunto.

A pesquisa mostrou que existe uma dificuldade em efetivar a parceria entre escola e família e, com base nessa conclusão, propôs ações diversas, entre elas: Criação de um grupo de WhatsApp para tomadas de decisões de forma mais participativa; proposição de palestras semestrais para sensibilizar os professores sobre o processo de participação dos pais na escola; calendário de reuniões; visitas às famílias e envio de áudios sobre assuntos pertinentes às tomadas de decisões da escola; e a criação de horta no contexto escolar.

A criação de tais ações busca apresentar que a gestão democrática na escola é uma realidade legalmente constituída. Mesmo que instituídas formalmente, tais ações necessitam de aperfeiçoamento e articulação para que possam desempenhar seus objetivos numa perspectiva democrática. As proposições elencadas necessitam ser incorporadas no agir da comunidade escolar e em especial dos representantes de cada escola em estudo para que a família possa ser incluída nas tomadas de decisão das escolas, em seus anseios e necessidades.

Propor mudança para aumentar a parceria entre família e escola parece fácil quando os elementos necessários para sua execução são palpáveis, quantificáveis ou já fazem parte de instrumentos de uso corriqueiro da população envolvida; para fazer mudanças pela via da participação popular, depara-se com barreiras como a pouca tradição democrática, que não dá sustentação ao diálogo como ferramenta de negociação e definição coletiva de projetos.

O estudo mostrou que se faz necessário o diálogo, a experimentação e o aprendizado, pois são elementos das propostas de construção de uma parceria entre escola e família que precisa tê-los incorporados no seu cotidiano, enquanto instrumentos do exercício democrático, para desenvolver um olhar mais crítico sobre a escola, sua gestão e seus resultados.

Sendo assim, o estudo responde a pergunta norteadora, que queria saber de qual maneira a gestão da Escola Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa pode melhorar a participação de pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Médio no cotidiano escolar, ao apresentar ações que mostram que, para que essa participação entre família e escola se torne real, é necessário criar condições concretas para seu exercício. Nesse contexto, percebe-se que as fragilidades na parceria entre família e escola persistem no processo ao longo do tempo, até porque as ações das instituições são incipientes, ficando restritas parcerias apenas no que

tange as questões financeiras, disciplinares, resultados avaliativos dos estudantes, mudança de gestores e conselheiros e não uma parceria efetiva, que chame os pais em momentos distintos de interesse coletivo.

Por fim, esta pesquisa foi de grande relevância pois colaborou no entendimento de que a escola deve ser um espaço onde as pessoas podem e devem educar para o respeito mútuo, e não só os professores, mas todos aqueles que dela fazem parte têm um importante papel na construção dessa caminhada. É através do fortalecimento desses vínculos entre família e escola que a gestão participativa ocorre.

Conclui-se, então, que para haver uma gestão democrática e compartilhada com as famílias dos estudantes, são necessárias algumas ações propostas ao longo do estudo para se alcançar esses objetivos. Sendo assim, a participação da comunidade escolar torna-se fundamental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. B. de. **A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno**. Campinas, SP, 2014.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 8 ed.1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 abr. 2019.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L394.htm. Acesso em: 18 ago. 2019
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº27, de 24 de fevereiro de 2005**. Define as diretrizes para o desencadeamento do processo de discussões e pactuações consideradas relevantes para a aprovação da nova Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB). Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102844>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Seção 3. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2007/04/24/Secao-3?p=2>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensivo artigo a artigo**. Petrópolis: vozes, 1998.
- CASTRO, J.M.; REGATTIERI, M. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.
- CASTRO, R. M. M. *et al.* **Aspectos Qualiquantitativos da Gestão Recursos de Gestão para o Educador**. São Paulo: Pearson, 2012.
- CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**. 1. ed. São Paulo: Gente, 2001.

CREPALDI, E. M. F. A Importância da Família na Escola Para a Construção do Desenvolvimento do Aluno. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, XIII, Curitiba, 28 a 31 ago. 2017. **Anais...**Curitiba: EDUCERE/UNESPAR, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

D'ANTOLA, A. (coord.). **A participação de mães na pré-escola: a monitoria de mães em questão**. São Paulo: Pioneira, 1983.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

DIOGO, A. M. **Famílias e Escolaridade: representações parentais da escolarização, classe social e dinâmica familiar**. Lisboa: Colibri, 1998.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA **Ata nº8 - Resultado final do processo de eleição do colegiado**, 31 maio 2016.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA. **Projeto Político Pedagógico**. Santo Antônio do Retiro, MG, 2017.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA. **Atas das Reuniões de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 1º Bimestre do Ensino Médio**, Santo Antônio do Retiro, MG, 22 maio 2018a.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA. **Atas das Reuniões de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 2º Bimestre do Ensino Médio**, Santo Antônio do Retiro, MG, 09 ago. 2018b.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA. **Atas das Reuniões de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 3º Bimestre do Ensino Médio**, Santo Antônio do Retiro, MG, 11 out. 2018c.

ESCOLA ESTADUAL PREFEITO ODÍLIO FERNANDES COSTA. **Atas das Reuniões de Pais e/ou Responsáveis para entrega dos boletins do 4º Bimestre do Ensino Médio**, Santo Antônio do Retiro, MG, 20 dez. 2018d.

FALCÃO, D. **Desafios da família**. Salvador: Publigráf, 2007.

FERREIRA, A. B.de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. São Paulo 2003.

FERREIRA, N. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências e desafios**. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

GALLO, M. **A parceria presente: a relação família-escola numa escola da periferia de São Paulo**. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun.1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

HEIDRICH, G. A escola da família. **Revista Nova Escola/Guia do Ensino Fundamental de 9 anos**, São Paulo, n.225, p. 25 -46, abr./set. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico – 2013: **Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Minas Gerais: IBGE, 2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/rndh/Carta%20do%20Rio.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Documentação do Censo**. Minas Gerais. Brasília: IBGE, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama - Cidades**. Santo Antônio do Retiro. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santo-antonio-do-retiro/panorama>. Acesso em: 21 abr. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação Básica. **Indicador Sócioeconômico das escolas**. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2016.

JARDIM, A. P. Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino-aprendizagem. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-66278/relacao-entre-familia-e-escola--uma-proposta-de-acao-no-processo-ensino---aprendizagem> .Acesso em: 21 abr. 2019.

JESUS, E. S.S. **Bahia, o Brasil começa aqui!** Salvador: Bahia, 2019.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.41, n.144, p. 752-769, set./dez.2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEANDRO, M. E. **Sociologia da família nas sociedades contemporâneas**. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

LEITE, F. M. O sentido da escola: Concepções de estudantes adolescentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.20, n.2, p. 339-348, maio/ago. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão).

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

MACHADO, C. Avaliação Externa e Gestão Escolar: reflexões sobre o uso dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jan./jun. 2013.

MAIMONI, E. H., RIBEIRO, O. M. Família e escola: uma parceria necessária para o processo de letramento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 217, p. 291-301, set./dez. 2006.

MENEZES, E. I. N. **A escola, a família e a sociedade: união necessária para a garantia da qualidade de ensino**. São Paulo: Grupo direcional, janeiro/2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 2.958, de 29 de abril de 2016**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 30 abr. 2016. Disponível em: http://srebarbacena.educacao.mg.gov.br/images/.../Resoluo-SEE-2958-de29_04_16.doc>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência Regional de Ensino de Minas. **Portal Educação**, Belo Horizonte, MG, 2019a. Disponível em: [ghttp://www2.educacao.mg.gov.br/images/2019/Superintend%C3%AAsncias_Regionais_de_Ensino_de_MG.pdf](http://www2.educacao.mg.gov.br/images/2019/Superintend%C3%AAsncias_Regionais_de_Ensino_de_MG.pdf). Acesso em: 16 ago. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Mapa da Regional da SRE de Janaúba inserida em Minas Gerais. **Portal Educação**, Belo Horizonte, MG, 2019b. Disponível em: [ghttp://www2.educacao.mg.gov.br/images/2019/Superintend%C3%AAsncias_Regionais_de_Ensino_de_MG.pdf](http://www2.educacao.mg.gov.br/images/2019/Superintend%C3%AAsncias_Regionais_de_Ensino_de_MG.pdf). Acesso em: 16 ago. 2019.

MINAS GERAIS, Governo do Estado. Notícias. **Polos regionais e suas respectivas superintendências regionais de ensino**. **Portal Educação**, Belo Horizonte, MG, 2019c. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/polos-regionais-sres.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MINAS GERAIS. **Sistema Mineiro de Administração Escolar**. Belo Horizonte, MG, 2019d. Disponível em: <http://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/SimadeWeb/inicio.faces#>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MINAS GERAIS. **Resolução nº4.112, de 08 de janeiro de 2019**. Estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais de educação básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais a partir de 2019 e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2019e. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4112-19-r.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 10- 38.

MORAES, M. C. **Paradigma Educacional Emergente**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

NOBRE, L. F. Terapia Familiar: uma visão sistêmica. In: PY, L.A.et al. **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 108-126.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diminuindo diferenças**: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde: documento de discussão. Rio de Janeiro: OMS; [2020]. Disponível em: http://www.who.int/sdhconference/discussion_paper/Discussion_Paper_PT.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

OLIVEIRA, S. N. Família e educação escolar no contexto neoliberal. **Revista da FAEEBA/Universidade do estado da Bahia**, Salvador, ano 8, n. 11, p.71-90, jan./jun.1999.

OLIVEIRA, F. G. B. **Gestão democrática e a participação da família na escola**: estudo de caso de uma escola estadual do Amazonas. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Pública e Avaliação da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2017.

PALATO, A. Sem culpar o outro. **Revista Nova Escola/Guia do Ensino Fundamental de 9 anos**, São Paulo, n.225, p. 102-114, abr./set. 2009.

PARO V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

PASSOS, J. M. A. **Práticas de gestão escolar e seus reflexos no desempenho de uma escola pública**: o caso da Escola Estadual José Américo Barbosa. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Pública e Avaliação da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2014.

PICANÇO, A. L. B. **A Relação Entre Escola e Família**. Relatório de Mestrado apresentado na Escola Superior de Educação João de Deus, para a obtenção do Título de Mestre em Supervisão Pedagógica. Lisboa, 2012.

PORFÍRIO, F. "Democracia"; **Portal Brasil Escola**. [2020]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>. Acesso em 29 set. 2020.

PIRES, I. M.M. **A Gestão escolar e o desafio de uma parceria “efetiva” com a família e a educação de “qualidade”**. Fortaleza: Conselho Estadual de Educação do Ceará, 2017.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: método e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. (Org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 2011. p.61-80.

RAMPAZZO, S. **Família e Educação**. São Paulo: Santuário, 1996.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, M. E. P. **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar**. Santo Antônio da Platina –Paraná, 2009.

SOARES, S. Avaliação educacional como instrumento pedagógico. **Trabalho e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 23-25, ago. 2002.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2009.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. 1. edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TIBA, I. **Quem ama, educa**. São Paulo: Gente, 2007.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. CEARÁ. **Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escola. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.p.25-45.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os professores do Ensino Médio da escola
Estadual Prefeito Odílio Fernandes Costa**

Prezado (a) professor (a)

Sou estudante do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho.

Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
Cláudio José Antônio Silva

RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM AS FAMÍLIAS

1. Qual é a sua formação acadêmica?
2. Há quanto tempo você trabalha nesta escola? Qual o significado da escola para você?
3. De que forma a escola busca envolver a comunidade em seu cotidiano?
4. Como é a participação das famílias no cotidiano escolar?
5. Como os pais acompanham a vida escolar dos seus filhos? Além das reuniões de pais acompanham de qual forma?
6. De qual maneira a gestão os chama para pensar e contribuir com os processos da escola?
7. Por quais motivos participam/ não participam das reuniões? Em quais outros momentos vai à escola conversar sobre o desempenho de seus filhos? Conversa com a gestão sobre mais alguma questão escolar, além do desempenho de seus filhos?
8. De qual maneira a gestão poderia contemplar as especificidades dos pais para o atendimento escolar?
9. Qual a importância da relação entre a escola e a família?
10. A quem vocês recorrem quando precisam conversar sobre os filhos e tirar dúvidas sobre a escola?
11. Quais pontos você considera que sejam obstáculos para uma participação mais ativa dos sujeitos no cotidiano escolar?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com as famílias dos discentes do Ensino Médio da escola Estadual Prefeito Odilio Fernandes Costa

Prezados pais e/ou responsáveis

Sou estudante do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho.

Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,
Cláudio José Antônio Silva

RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM AS FAMÍLIAS

1. Qual sua idade e grau de parentesco com o (a) estudante?
2. Qual a sua escolaridade?
3. A quanto tempo que seu (sua) filho (a) estuda nesta instituição de ensino?
4. Você trabalha?

Em caso afirmativo, qual a sua profissão: _____

5. Como a instituição os chama a participar da vida escolar dos seus filhos?
6. Como você acompanha a vida escolar dos seus filhos?
7. Como os pais contribuem e/ou participam da vida escolar? De qual maneira a gestão os chama para pensar e contribuir com os processos da escola?
8. Como classificaria a relação entre a gestão da escola e os pais? Por que?
9. Quais são as expectativas em relação ao que escola pode proporcionar aos seus filhos?
10. Por quais motivos participam/ não participam das reuniões?
11. De qual maneira a gestão poderia contemplar as especificidades dos pais para o atendimento escolar?
12. Qual a importância da relação entre a escola e a família?
13. Como a instituição chamam os pais a participar da vida escolar dos seus filhos? Quais os meios de comunicação utilizados? Quais poderiam utilizar?
14. A quem vocês recorrem quando precisam conversar sobre os filhos e tirar dúvidas sobre a escola?